

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIOLOGIA**

**TARCÍSIO MOREIRA**

**A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL E O POPULISMO DE DIREITA: UMA  
ANÁLISE CRÍTICA DO CASO BRASILEIRO**

Dourados – MS

2021

**TARCÍSIO MOREIRA**

**CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL E O POPULISMO DE DIREITA: UMA  
ANÁLISE CRÍTICA DO CASO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociologia (PPGS), nível de Mestrado, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Processos de Dominação e Disputas Políticas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Davide Giacobbo Scavo.

Dourados – MS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M838c Moreira, Tarcisio

A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL E O POPULISMO DE DIREITA: : UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CASO BRASILEIRO [recurso eletrônico] / Tarcisio Moreira. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Davide Giacobbo Scavo.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Crise da Democracia Liberal. 2. Ascensão do Populismo de Extrema Direita Brasileiro. 3. Comunicação Bolsonaroista em Rede. I. Scavo, Davide Giacobbo. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL E O POPULISMO DE DIREITA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CASO BRASILEIRO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Davide Giacobbo Scavo  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Universidade Federal da Grande Dourados

---

Prof. Dr. Daniel Araújo Valença  
Programa de Pós-Graduação em Direito  
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

---

Prof. Dr. Marcilio Rodrigues Lucas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Universidade Federal da Grande Dourados

APROVADO EM: 18/06/2021

## **AGRADECIMENTOS**

A palavra que melhor descreve a vitória de vencer o processo de finalização de um mestrado é, a meu ver, gratidão. Sou extremamente grato ao professor e orientador Davide Giacobbo Scavo pela paciência, atenção... e aos professores do curso, que souberam didaticamente apresentar profusos conhecimentos, em especial, a Márcio Mucedula Aguiar, a Alzira Salete Menegat, a Rodolfo Arruda Leite de Barros, a Marcilio Rodrigues Lucas.

Agradeço a minha família, que soube interpretar momentos de ausência e ainda me fortalecerem para que continuasse na luta. Em nome da minha esposa Rosângela Pereira da Silva, dos meus filhos Rafael e Ana Júlia, da minha mãe Marilene Moreira; do meu Pai Eloi Natal Dal Ross Moreira; da minha irmã Tacieli Medianeira Moreira.

Fica meus eternos agradecimentos in memoriam a minha segunda mãe, Geni Pierezan e meu segundo pai Ari Pierezan; aos avôs e às avós respectivamente Marcelo Moreira, Luís Botega Binotto, Letícia Moreira, Onorina Botega Binotto. Não poderia de me furtar de registrar o nome da amicíssima Francisca Justiniano, que aos mais de noventa anos nos irradiava de graça e alegria com suas “estórias” e muita sabedoria.

Agradeço a cada colega de curso, aos profissionais que fazem parte da comunidade de trabalho da universidade, do faxineiro aos seguranças. Enfim, agradeço...

“Quem tem um porquê enfrenta qualquer como”

**Viktor Frankl**

## RESUMO

A pesquisa utiliza o método bibliográfico e apresenta como escopo as idiossincrasias que evidenciaram a crise da democracia liberal e abertura de espaço para um novo fazer político, com ascensão do populismo de direita, em especial no Brasil, num recorte temporal que parte das jornadas de junho de 2013 à eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro. Faz-se uma análise do conflito entre a lógica do representante e do representado no universo da democracia liberal. Além disso, demonstra-se um conceito de populismo, mais propriamente o de direita, como também as características que o diferenciam do populismo tradicional. Dá-se ênfase ao entendimento das causas da pujante força do populismo no sentido de se colocar como porta-voz de uma moralidade, que detém o monopólio moral da representação, ao mesmo tempo, que ataca deliberadamente a democracia liberal, ignorando o filtro do parlamento. Em nome do povo, transveste-se de um mendacioso discurso de nova política sem vínculos vicários, contra elite. Arregimenta apoiadores, sobretudo, os virtuais, que em função de uma surrada narrativa de atender à vontade da maioria, ameaça à democracia liberal a partir de ataques à liberdade de expressão, à representação política e aos direitos civis, por meio de discursos em múltiplas plataformas de redes sociais.

**Palavras-chave:** Crise da Democracia Liberal, Ascensão do Populismo de Extrema Direita Brasileiro, Comunicação Bolsonarista em Rede.

## ABSTRACT

The research uses the bibliographic method and presents as its scope idiosyncrasies that highlight the crisis of liberal democracy and opening up space for a new political action, with the rise of right-wing populism, especially in Brazil, in a time frame that starts from the June journeys 2013 to the election of President Jair Messias Bolsonaro. An analysis is made of the conflict between the logic of the representative and the represented in the universe of liberal democracy. In addition, it demonstrates a concept of populism, more specifically right-wing, as well as the characteristics that differentiate it from traditional populism. Emphasis is placed on understanding the causes of the mighty strength of populism in the sense of placing itself as the mouthpiece of a morality, which holds the moral monopoly of representation, while deliberately attacking a liberal democracy, ignoring the filter of parliament . In the name of the people, it takes on a mendacious discourse of a new policy without vicarious ties, against the elite. It enlists supporters, above all the virtual ones, which, due to a threadbare narrative of meeting the will of the majority, threatens liberal democracy through freedom of expression, political representation and civil rights, through speeches on multiple network platforms social.

**Keywords:** Liberal Democracy Crisis, Rise of Brazilian Right-Wing Populism, Bolsonarist Network Communication.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Imagem da capa da matéria publicada no site The Intercept .....	135
<b>Figura 2:</b> Capa do jornal Folha de S. Paulo da edição de 23-06-2019. ....	136
<b>Figura 3:</b> A estrutura do debate político brasileiro nas redes sociais em 2016.....	140
<b>Figura 4:</b> Estrutura das páginas do Facebook em 2013.....	142
<b>Figura 5:</b> Capa do site CTB sobre uso de robôs.....	149
<b>Figura 6:</b> Capa do site BBC sobre uso de Trolls.....	150
<b>Figura 7 :</b> Post da Fanpage oficial Olavo de Carvalho no Twitter.....	155

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise comparativa ente nascidos a partir da década de 1930 e de 1980.

Tabela 2 – É “fundamental” viver em um país governado de maneira democrática, por coorte de idade (década de nascimento).

Tabela 3 – “Ter um sistema político-democrático” é uma maneira “ruim” ou “muito ruim” de “governar o país”

Tabela 4 – Apoio a um líder autoritário no mundo

Tabela 5– Alternativas para a crise política (%)

## **LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS**

CF – Constituição Federal

CFPB. – Agência de Proteção Financeira ao Consumidor

FCC – Comissão Federal de Comunicações

EPA – Agência de Proteção Ambiental

EUA – Estados Unidos da América

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SEC – Comissão de Títulos e Câmbio

UE – União Europeia

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I – A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL</b> .....	19
1.1 A Genealogia Da Crise.....	19
1.2 Uma Ideologia Em Suspeição.....	23
1.3 Da Decomposição Dos Mecanismos De Representação.....	30
1.4 Uma Ingrata Constatação.....	37
1.5 A Mídia A Serviço De Interesses Elitistas.....	47
<b>CAPÍTULO II – A NOVA ALTERNATIVA: O POPULISMO DE DIREITA</b> .....	54
2.1 Uma Reflexão Teórica Sobre Populismo.....	54
2.2 Criticas Ao Populismo De Direita .....	59
2.3 Abertura Para O Populismo De Direita .....	62
2.4 Eleição De Um Outsider .....	75
2.5 A Genealogia Do Recente Populismo De Direita Brasileiro.....	78
2.6 A Distorção Sistemática Da Realidade.....	88
<b>CAPÍTULO III - A ASCENSÃO DO NEOPOPULISMO DE DIREITA NO BRASIL</b> ...97	
3.1 As Origens Do Bolsonarismo.....	97
3.2 A Direita Conservadora Tem Uma Mão Amiga .....	100
3.3 Uma Nova Direita Que Maquia A Velha .....	103
3.4 Os Pontos Elementares Do Populismo De Direita Brasileiro .....	116
3.5 O Populismo E As Mídias Sociais .....	137
3.6 A Comunicação Bolsonarista Em Tempos De Mídias Sociais .....	148
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	158
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	162

## INTRODUÇÃO

As manifestações populares, após a crise financeira de 2008, que varreram múltiplos países, em diversos continentes, com os mais variados problemas, em função de crises multifacetadas, desde as econômicas até as ambientais, demonstram um ingente descontentamento popular num sentido global. O que implica necessariamente em dizer que há uma matriz para toda crise e que é responsável direta ou indiretamente pela incapacidade de gerir os problemas que se configuram cada vez mais complexos. Destarte, no decorrer do texto se evidencia não só as raízes da crise como também os elementos subjacentes que consubstanciam a desconfiança que permeia as mentes dos cidadãos que inexoravelmente ganham reflexo nas instituições democráticas. Todo esse processo culmina no feérico questionamento de um termo fundamental para qualquer regime democrático: a legitimidade. Ao perquirir a cerca da semiose dessa palavra cabe no momento a mais clara de todas as respostas, no sentido de configurá-la como disfuncionalidade, como desconfiança. Todas as vezes que alguém diz que não acredita mais em políticos, em partidos, no judiciário, no executivo e tudo que concentra, em geral, poder político, evidencia-se a crise de legitimidade, que pode singelamente ser traduzida em tudo o que não funciona. (CASTELLS, 2018).

É nesse contexto que o conceito de crise estrutural como um sistema sociometabólico, cujos elementos de crise estão intrínsecos a diferentes ordens de pensamento. Em outras palavras implica em dizer que por trás de todas as outras crises, aparece a crise política, para o qual o poder legislativo se apresenta cada vez mais fragilizado e pode ser interpretado como uma constante e ingente decomposição dos instrumentos de representação e governança, na qual a cola da sociedade, anuência ao pacto social, passa a perder aderência. O que se infere claramente na participação eleitoral, nas pesquisas de opinião que demonstram que em torno de 85% dos cidadãos do mundo não se sentem representados, ou que os políticos são em geral corruptos, que se preocupam com os próprios interesses, conforme corrobora Castells (2018, p.11):

[...] Mais de dois terços dos habitantes do planeta acham que os políticos não os representam, que os partidos (todos) priorizam os próprios interesses, que os parlamentos não são representativos e que os governos são corruptos, injustos, burocráticos e opressivos.

É como que fizessem parte de uma outra ordem social de forma a criar uma casta social, a profissionalização das próprias funções, que conflita interesses particulares de

grupos atrelados a lógica de mercado e demandas sociais não traduzidas em políticas públicas (MOUNK, 2019).

O encolhimento global da democracia vai se enraizando com matiz diáfano de tal forma que estudos de instituições importantes como a Freedom House, responsável pela avaliação de questões ideológicas, observou o descenso da democracia, no sentido de demonstrar que mais países se afastaram do que se aproximaram ao regime nos últimos treze anos. Notavelmente, a maior evidência é o fato de que muitas democracias do mundo estão nas mãos de líderes populistas: Estados Unidos, Índia, Indonésia e Brasil (MOUNK, 2019).

Não é possível afirmar, peremptoriamente que os países supracitados sejam antidemocráticos, mas acredita-se que possam violar os princípios do liberalismo como fez Hungria, Rússia entre outros. Isso porque cabe tanto a capacidade de articulação das instituições democráticas de qualquer país, as grades de proteção, para se defenderem. Haja vista que o iliberalismo, conceito contra o casamento da democracia e o liberalismo, não segue mais os paradigmas de antanho, meados de 1920 em diante, quando tanques e aviões sob o comando de generais tomavam o poder, desmantelavam constituições. Ou seja, as democracias eram inumadas nas mãos de militares. Todavia, nas últimas décadas, passaram a morrer pelas mãos de líderes eleitos legitimamente, presidentes e primeiros-ministros que se utilizam das instituições democráticas para subvertê-las (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Em função do espaço em que a descrença e a desesperança criou em muitas sociedades, surge uma nova forma de tratar o fazer político, com a arregimentação do ressentimento e do ódio, como forma de dar voz a uma ideologia pulverizada de um populismo extremo de direita, que se aproveitou das promessas não cumpridas pela política tradicional, em relação a questões econômicas, políticas e culturais. Apropriou-se de espaços que antes representavam a política tradicional, para arregimentar apoiadores, sequiosos de rancor e que encontraram na narrativa de uma nova política que luta em favor da moralidade e contra o fazer político pleno de vícios, como a famigerada corrupção endêmica.

O que esta pesquisa propõe é compreender tais dinâmicas, com objetivo geral de apresentar como a crise democrática abriu espaço para alternativas populistas, sobretudo, as de direita. Lembrando-se que o conceito de populismo apresenta matizes de sentido diferente, com peculiaridades diversas, conforme as características de cada

país. É um conceito profundamente flexível porque apresenta significantes flutantes em diferentes conjecturas (LACLAU, 1977).

Em seguida busca-se refletir sobre o novo populismo, entendido, como uma construção discursiva ou um estilo de comunicação, que articula uma variedade de reivindicações sociais que foram negligenciadas e que agora ganham voz, com o rompimento do status quo do discurso político tradicional, com a mobilização de cidadãos em nome da “vontade do povo” articulam orientações ideológicas dominantes a partir de um elemento extremamente incisivo e refinado para a composição ideológica: as redes sociais. O que implica em dizer que não se refere a algo novo, porque antes mesmo da internet difamações e boatos para deslegitimar adversários eram habituais, todavia, agora, as plataformas virtuais ganharam tamanha força que os indivíduos se tornam amplificadores ideológicos (TORMEY, 2019).

É justamente isso que diferencia o populismo de outrora e o atual, embora o teor agressivo e a ameaça à democracia liberal sejam mais pujantes. Os partidos populistas de direita, ao demarcar as fronteiras do povo em oposição às elites, transformam a política em uma luta existencial entre o povo real e inimigos do poder, reivindicando “o monopólio moral da representação”, sendo os únicos sujeitos políticos que teriam legitimidade para representar a vontade popular. Por isso, o populismo tende a ser tornar iliberal, pois, na medida que seu poder aumenta, se esvaziam as instituições que impedem a “tirania da maioria”.

Como estudo empírico, busca-se analisar criticamente o processo de ascensão e consolidação do bolsonarismo, entendido como uma forma de neopopulismo de direita no Brasil. O intuito do trabalho é pesquisar sobre a natureza do bolsonarismo, desde as manifestações de 2013 até a vitória de Jair Bolsonaro, nas eleições presidenciais de 2018.

No primeiro capítulo, tem-se como pano de fundo a tentativa de perscrutar o conceito de crise de legitimidade e representação construídos por mecanismos subjacentes a globalização econômica e midiática, que tanto destroem o debate popular, quanto acentuam o conspícuo conflito de desideratos entre a lógica do representante e a lógica do representado. Por sua vez, aprofundam-se os desígnios relativos ao apodrecimento dos instrumentos de representação e ao aprofundamento da alogia da deliberação democrática, com o conseqüente espaço para o populismo de direita sob a sombra da democracia iliberal ou iliberalismo antidemocrático, com prisma de ideologias de direita. Contudo para que fique claro antes de maiores distorções sobre conceitos

extremamente complexos como a identidade entre democracia e liberalismo, a partir da visão de que o populismo se torna iliberal e também antidemocrático, apresentam-se alguns argumentos para o esclarecimento de alguns pontos. Pois, na segunda metade do século XX forma-se uma compreensão dominante, na ciência política, sobre a complementaridade teórico-conceitual entre democracia e liberalismo, caracterizando a defesa do indivíduo e de seus direitos como “o critério que distingue a democracia liberal das democracias não liberais” (BOBBIO *et al.* 2004, 686).

Afirma-se a existência de um único tipo efetivo de democracia: aquela que se baseava nos princípios do liberalismo” e alertando contra qualquer experiência democrática fora destes pressupostos. Segundo Bobbio o liberalismo clássico é um conjunto revolucionário de teorias e práticas em defesa da liberdade do ser humano na sociedade moderna, representando o pressuposto histórico, jurídico e político da democracia moderna. (BOBBIO, 2000). Ao reconhecer o indivíduo, conjuntamente com seus direitos, limitando o poder do Estado, dividindo e equilibrando os poderes e garantindo a representação indireta contra qualquer “fetiche” da democracia direta, o liberalismo clássico teria possibilitando a afirmação da democracia moderna (BOBBIO, 2005).

Segundo o Dicionário da Política, “A história do liberalismo” acha-se intimamente ligada à história da democracia” sendo “difícil chegar a um consenso acerca do que existe de liberal e do que existe de democrático nas atuais democracias” (BOBBIO *et al.*, 2004: 686).

Ao mesmo tempo, evidencia-se a proposta de enxergar em nosso país, num corte de tempo, dimensionado entre as jornadas de junho de 2013 e a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro, um período de descrédito, em instituições legislativas, no executivo, no judiciário. Tudo fica extremamente confuso. Pois desaparece a ideia da separação dos três poderes, por exemplo, quando o presidente da república janta com o presidente do supremo tribunal federal, ambos recebem o presidente da câmara dos deputados em meio a denúncia de mala de dinheiro envolvendo ao então ex-presidente Michel Temer. O que se infere é a ingente corrupção. A idiotice que nos faz de imbecis acreditar que foram os portugueses culpados pela nossa desonestidade, já que temos uma elite do saque que tem sua genealogia no processo de usurpação do trabalho coletivo, na forma de impostos em tudo o que se compra, desde uma garrafa de água a um litro de gasolina, e que não surge no agora (SOUZA, 2016, p.109). Pois há um passado intocado que explica a sociedade, a qual é fruto de suas instituições e da grande

instituição que existia até 1532, a escravidão. A ideia de que se descende de Portugal e se recebe uma herança maldita do patrimonialismo, da corrupção só na política que cria desde então a narrativa de descrédito não só nos políticos, nas instituições, mas sobretudo no povo brasileiro como corrupto por natureza. É um discurso que avançou no tempo e foi ensinado em universidades e em escolas, colocando o moralismo como algo distante da nossa política, com a luta contra a corrupção do estado. Tem-se num sistema político que foi criado para ser corrupto e ser comprado pelo mercado, pelos oligopólios, pelos atravessadores financeiros e para quem quiser participar desse jogo, precisa participar da festa da corrupção. Do contrário não há espaço para competir pelo poder, o jogo está todo armado para o mercado que é o grande corruptor. Sempre jogam a culpa nos “aviõezinhos”, os políticos corruptos, enquanto a boca de fumo, os oligopólios, pagam de patrões que saqueiam a sociedade. A atenção da mídia toda está ligada a isso, porque enquanto a elite está saqueando o país vendendo água, petróleo, o nosso futuro. Para tanto, criou-se um mecanismo midiático, para nos fazer de toscos nessa dominação idiotizada (SOUZA, 2016).

No segundo capítulo, evidenciam-se teorias que abordam a semiose da palavra populismo de direita, reconhecendo a dificuldade em definir um termo com acepções diferentes. Entre as diferentes prescritivas sobre o populismo, escolhe-se aqui a tese que identifica o populismo como um modo de expressão dialética que é empregado de maneira seletiva e estratégica pela direita e pela esquerda, como pelos liberais e conservadores. Ao representar “a vontade popular” contra uma “elite corrupta” no poder, o populismo não tem um conteúdo específico, podendo apresentar metas e objetivos contrastantes, como buscar o apoio de forças sociais diferentes. De fato, a análise da trajetória semântica do populismo esclarece que o populismo é um fenômeno heterogêneo e complexo. Apresenta um conceito flexível usado tanto pela direita, quanto pela esquerda. Mas ambos atuam contra o discurso do status quo da política tradicional. Sempre com a ideia de se colocar como porta-voz do povo que luta desesperadamente contra um inimigo ideológico conspiratório. Para Laclau (2013), o populismo teoricamente representa em diferentes conjecturas ideológicas significantes flutuantes, conforme os interesses de classes a que a ideologia dominante pode requerer de categorias como “povo” e “elite”, respectivamente, o “nós” e o “eles”. Compondo um elemento central ao contrapor ao povo um inimigo ligado ao poder e assim consumando a ideia de polarização, onde o líder produz o próprio povo, criando um nós que se identifica como coletividade.

Saindo do aspecto teórico e partindo para um viés mais prático de como compreender o populismo de direita a que se propõe estudar, tem-se uma nova forma comunicativa como força iliberal que em nome do povo ataca a imprensa, os direitos civis, regras eleitorais, adversários que se tornam inimigos a destruir. É uma narrativa democrática que diz representar o povo independente da constituição, ao mesmo tempo que procura expressar e atender as frustrações do povo, passa a minar as instituições liberais, no sentido de atacar deliberadamente a democracia liberal como liberdade de expressão, representação política e direito das minorias (PAPPAS, 2013).

No terceiro capítulo, analisa-se a ascensão do bolsonarismo entendido como produto de um descrédito dos cidadãos brasileiros nas instituições que representam a democracia liberal, não como causa, contudo como produto de problemas econômicos, políticos e sociais, para qual a política tradicional não traduziu em demandas populares. O maior capital de Bolsonaro foi saber arregimentar o que faltava no golpe “Mensalão”, que foi a aproximação de parte das classes populares como base social que propiciou um agrupamento de um exército de apoiadores virtuais em diferentes setores sociais e religiosos. Para tanto utilizaram diferentes estratégias como o desvirtuamento da realidade por meio de um discurso patrimonialista e populista, nos quais o antipetismo, o antissistema, o antielitista compõem o discurso do porta-voz moral da maioria, com articulação da sociedade que ficaram sem resposta.

Bolsonaro mesmo fazendo parte do sistema, colocou-se fora dele e ainda conseguiu se colocar contra inimigos conspiratórios, que são a elite, dona do capital ou a elite do poder, políticos tradicionais. Conseguiu cooptar as insatisfações populares e convertê-las em ódio à política tradicional, com discurso da corrupção estatal como a liderança honesta e cristã que se opõe a velha política cheia de acordos vicários e o antipetismo, que é pai de todas as mazelas sociais do país.

Além disso, o bolsonarismo se apresenta como uma nova forma de populismo através do uso da rede, especialmente das mídias sociais, que possibilitaram construir um vínculo com a massa de apoiadores, sem o apoio de partidos tradicionais e da grande mídia.

Através das mídias sociais, Bolsonaro se apresenta como o defensor da maioria em oposição aos alicerces da democracia liberal como a representação política, direitos individuais e separação dos poderes. Por meio de códigos multiplicadores ou robôs promoveu múltiplos ataques à imprensa, aos inimigos, aos negros, aos homossexuais,

aos quilombolas, às universidades de humanidades e a todos que manifestam clara oposição ideológica.

## **CAPÍTULO I - CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL**

### **1.1 Da Genealogia Da Crise E A Deslegitimação Através Das Elites**

O prestígio da democracia liberal, nas últimas duas décadas, tem sido paulatinamente abalado, sobretudo a partir da crise econômica de meados de 2008, cujas consequências se tornaram emblemáticas, logo que efervesceram ingentes manifestações populares, pós 2011, em diversos continentes, da África, da Ásia, da Europa e até das Américas, com arcabouço de matizes econômicos e culturais intrínsecos e variados, maculando a já debilitada imagem desse regime.

Desvelam-se crises de todo o jaez, em especial, as de cunho econômico com pujante índice de desemprego, com a precariedade do trabalho e do salário, com a inovação tecnológica, com a competitividade por postos laborais; as de cunho social como violência de gênero, de raça, inclusive se desnuda a xenofobia; as de cunho comunicativo, que se constitui com os inúmeros conflitos de informações mendaciosas, instituindo a cosmologia da pós-verdade, onde informação ou desinformação criam uma galáxia de redes multidimensionais de verdades, assim como se apropriam da privacidade dos indivíduos, que se transformam' meramente em dados, que servem tanto para ludibriar consciências, quanto para comercializar vaidades e utopias mercadológicas; e por fim, as de cunho ambiental que vivem sob a égide da fantasia, ou seja, não são levadas a sério como deveriam pelos governos, sobretudo, aqueles que mais poluem o planeta (CASTELLS, 2018).

Todavia, há uma crise ainda maior que tem consequência na inaptidão humana de lidar com crises e que é a matriz de todas as outras. Trata-se da crise da democracia liberal. Porquanto, é como se não houvesse instrumentos legítimos para gerir as crises e muito menos como resolvê-las (CASTELLS, 2018).

Nas palavras de Castells (2018, p.6):

Existe, porém, uma crise ainda mais profunda, que tem consequências devastadoras sobre a (in)capacidade de lidar com as múltiplas crises que envenenam nossas vidas: a ruptura da relação entre governantes e governados. A desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja

em nome do interesse comum. Não é uma questão de opções políticas, de direita ou esquerda. A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo. Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal que se havia consolidado nos dois últimos séculos, à custa de lágrimas, suor e sangue, contra os Estados autoritários e o arbítrio institucional.

Em função da ilegitimidade na mente de muitos indivíduos, não é possível a ele enxergar maneiras ou instrumentos suficientes para gerir a crise da legitimidade política das instituições e da representação e de todas as outras crises com suas respectivas peculiaridades (CASTELLS, 2017). Corrobora Mounk (2019, p.198):

[...] “Mas sou duas vezes mais rico do que meu pai foi e meus filhos provavelmente vão ser duas vezes mais ricos do que eu. Então vamos lhes dar o benefício da dúvida...” [...] Hoje, por outro lado, esse motivo residual para dar aos políticos um voto de confiança desapareceu [...].

Conforme afirma Heidegger (1999) quando chama atenção para assertiva “ver com os olhos de ver”. Nesse sentido, é precípua evidenciar antes de qualquer outro argumento, que o foco não está no cidadão, que não é de fato o problema em si, mas o regime que está cada vez menos suscetível às demandas populares e mais alinhado a interesses maiores, entre eles os econômicos imperialistas de nações hegemônicas no mundo. Faz-se imperioso perscrutar o problema, tentando buscar o que está oculto por outros elementos do sistema, em especial, as instituições engessadas pela lei e a colonização da política pela economia, com abismal afastamento da voz popular. Sem enxergar isso não existe a mínima condição para viabilizar reformas profundas, que realmente alcancem às raízes dos óbices, porque deixa de existir o mais importante, consenso.

Para Mounk (2019, p.82):

Essa perda de poder dos representantes do povo não resulta de uma conspiração da elite. Pelo contrário, ela ocorreu aos poucos, e quase sempre de forma imperceptível, como resposta a desafios reais enfrentados pelas políticas públicas. Mas o resultado cumulativo significou uma furtiva erosão da democracia: conforme cada vez mais áreas de políticas públicas eram removidas da contestação popular, a capacidade do povo de influenciar a política ficava drasticamente reduzida.

É na alogia do distanciamento sustentado pela separação dos representantes, os quais não representam e representados, aqueles que não se sentem contemplados em suas reivindicações, que se efetiva a crise da representatividade por culpa do próprio sistema, pois é o regime que cada vez menos acolhe o cidadão. Pois a democracia liberal

outorga, como celebrenemente evidenciou Bobbio (1997), um cheque em branco aos representantes, tendo esses uma enorme autonomia para votar e tomar as decisões que julgam as mais corretas. É justamente em razão desse jaez de representação, que o político foi gradativamente ligando-se aos imperativos dos mercados e afastando-se da vontade do povo.

A desconfiança nos representantes por parte dos representados consideravelmente se traduz na suspeição das instituições, a qual deslegitima a representação política e naturalmente destrói a égide dos interesses coletivos em nome dos interesses particulares. Reforçando a ideia de ocaso e rompimento de laços de um regime político construído a base de sacrifícios e vidas, ante sistemas despóticos de antanho (CASTELLS, 2013).

Embora todos os meandros que proporcionaram o implemento da democracia, tal qual a que se concebe atualmente. Para Castells (2017, p.9):

Nós que vivemos o franquismo sabemos o valor dessa visão minimalista de democracia, que ainda não foi alcançada na maior parte do planeta. Contudo, após milênios de construção de instituições às quais possamos delegar o poder soberano que, teoricamente, nós cidadãos detemos, aspiramos a algo mais. E de fato é isso que o modelo de democracia liberal nos propõe. A saber: respeito aos direitos básicos das pessoas e aos direitos políticos dos cidadãos, incluídas as liberdades de associação, reunião e expressão, mediante o império da lei protegida pelos tribunais; separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário; eleição livre, periódica e contrastada dos que ocupam os cargos decisórios em cada um dos poderes; submissão do Estado, e de todos os seus aparelhos, àqueles que receberam a delegação do poder dos cidadãos; possibilidade de rever e atualizar a Constituição na qual se plasmam os princípios das instituições democráticas.

Por mais simples que pareça foi duramente construída. Foram séculos de martírios humanos para chegar a sua realização na prática institucional e na vida social. No sentido de expressar os limites entre o liberalismo e a democracia. Tendo em vista que por conta do liberalismo é que a democracia tem voz, por validar garantias a democracia (MOUNK, 2019).

Mesmo assim são enormes os desvios em relação aos princípios, conforme afirma Castells (2018, p.9):

Por exemplo, quase nenhuma lei eleitoral aplica o princípio de “uma pessoa, um voto” na correspondência entre o número de votos e o número de assentos. E a estrutura do Poder Judiciário depende indiretamente do sistema político, incluindo os tribunais que interpretam os princípios constitucionais.

Em outras palavras, desde a relação política entre o número de votos e assentos ou até mesmo ao poder judiciário que, muitas vezes, alinha-se ao poder político. Sem contar a desfaçatez de múltiplos desvios em relação aos ímprobos princípios de representação e na atitude enviesada de parlamentares, juízes e governantes. Tem-se uma democracia que se assenta nas relações de poder que a fundaram, foram cristalizados na sociedade e nas instituições. Em função disso, não é representativa a não ser que o cidadão pense que está sendo representado. Pois a estabilidade do sistema ou das instituições dependem da ideologia nas mentes dos cidadãos. O que se passa nas cabeças dos indivíduos ganha reflexo nas instituições:

A força e a estabilidade das instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas. Se for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos, produz-se o que denominamos crise de legitimidade política; a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam (CASTELLS, 2018, p.9):

Colocado a prova a relação entre o que os representados pensam ou almejam e aquilo que os representantes colocam em prática, no sentido de que as aspirações populares se traduzam em políticas públicas e não em políticas de interesses particulares dos legisladores. Quando este se impõe, tem-se a crise de legitimidade política, com a translúcida ideia de que o sistema político não nos representa, com a premissa de que os políticos atuam somente em favor dos próprios interesses, criam a profissionalização das próprias funções, atuam em favor de grupos sociais aos quais estão atrelados, e assim, são responsáveis por verdadeiros oligopólios políticos. A deslegitimação cria o dissenso que vige na mente dos cidadãos que por conta disso não se sentem representados e passam a questionar o sistema, as instituições (CASTELLS, 2018).

Comumente são mínimos os debates como se o sistema não precisasse de transformações ou como se não houvesse problemas, perpassando a ideia de que funciona autonomamente em relação ao cidadão, sempre iludido, com propostas de esperança. Contudo, amplificam-se os recorrentes espetáculos de indecência política, geralmente corrupção intrínseca ao sistema, que conseqüentemente se transformam em frustração popular, a ponto de inumar a legitimidade e permutar o sentimento de resignação pelo sentimento de indignação. Quando surge o insuportável, como ocorreu a partir de 2011, com inúmeras manifestações nos diferentes países, em especial nos Estado Unidos da América, por ser uma das maiores potências econômicas e militares. Era uma mistura de sentimentos de desesperança, aflição econômica, cinismo político,

vazio cultural. Pois a cola da sociedade, dos mercados e das instituições, cujo nome é confiança se desvaneceu. Sem ela o contrato social se dissolve. A causa não era somente a pobreza, a crise econômica, a falta de democracia. Era muito mais, era um amálgama de revolta contra uma sociedade injusta, contra uma comunidade de capatazes das elites: políticos mendaciosos, cínicos e arrogantes, que ascenderam a chama da indignação (CASTELLS, 2018).

O movimento teve o encômio ou título de Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, cujo lema era 99% da população, que se sacrifica em função de 1%, que controla maior parte da riqueza do país. Houve um socialismo às avessas, pois os banqueiros ímprobos foram salvos com dinheiro do povo, ao mesmo tempo deixando desamparadas as grandes massas, que foram ainda mais vilipendiadas, com a restrição das políticas públicas essenciais como educação, saúde e outras. Assim como, um universo de mentiras sendo dissipadas na mídia convencional, cooptadas pelo poder do dinheiro, propalando a ideia de que as coisas são assim, que vão melhorar (HARVEY, 2012).

Esse movimento foi icônico para defesa de uma bandeira “Unidos Pela Mudança Global”, cujo resultado foi mensurado pela propagação desse ideal em 82 países, que também se mobilizaram, cada qual com suas peculiaridades, mas todos com o mesmo sentimento de não se sentirem representados, alimentando a evidente imagem de que o povo parece farto e desiludido (CASTELLS, 2018).

Tornando feérico o ocaso do regime democrático liberal não somente como um fenômeno local, mas como um fenômeno global. Observável tanto pela queda da participação popular, quanto pelas pesquisas de opinião. Tendo em vista que em torno de 80% da população mundial veem os parlamentares ou governos como injustos, burocráticos e opressivos (CASTELLS, 2013).

## 1.2 Uma Ideologia Em Suspeição

Após a queda da União Soviética, a democracia liberal virou a forma de regime dominante no mundo. Parecia imutável na América do Norte e na Europa Ocidental, radicou-se num piscar de olhos em países outrora autocráticos. Uma das razões plausíveis é que simplesmente não havia concorrência, a partir do momento que regimes comunistas fracassaram. Era tanta a confiança que tamanha ascensão foi associada a obra de Francis Fukuyama, que defendia que o encerramento da guerra fria levaria ao ápice do envolvimento ideológico, assim como generalização desse regime em escala

mundial condensaria não só o pensamento do autor como também o título da obra “Fim da História” (MOUNK, 2019).

O arcabouço da consolidação da democracia tinha um viés rigoroso, no sentido de promover uma sociedade civil intensa, garantir a neutralidade das instituições do estado por meio do poder das leis, tornando-se primordial, mormente, porque se tornou a única opção para muitos países, cujos regimes autocráticos desvaneceram.

Para Mounk (2019, p.18):

Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos das democracias liberais estava muito satisfeita com seus governos e o índice de aprovação de suas instituições era elevado; hoje, a desilusão é maior do que nunca. Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos tinha orgulho de viver numa democracia liberal e rejeitava enfaticamente uma alternativa autoritária a seu sistema de governo; hoje, muitos estão cada vez mais hostis à democracia. E há um quarto de século, adversários políticos eram unidos em seu respeito mútuo pelas regras e normas democráticas básicas; hoje, candidatos que violam as normas mais fundamentais da democracia liberal ganharam grande poder e influência.

No final do século XX, a maioria dos cidadãos apreciava a democracia liberal. O sentimento de aprovação em relação aos governos e instituições era positivo. Segundo pesquisa de Mounk (2019), tornando-a como retrato de um universo global, destaca que mais 70 por cento dos idosos americanos creem que é precípua viver em uma democracia, no entanto, entre os nascidos depois de 1980, conhecidos por Millennials, menos de um terço pensa o mesmo.

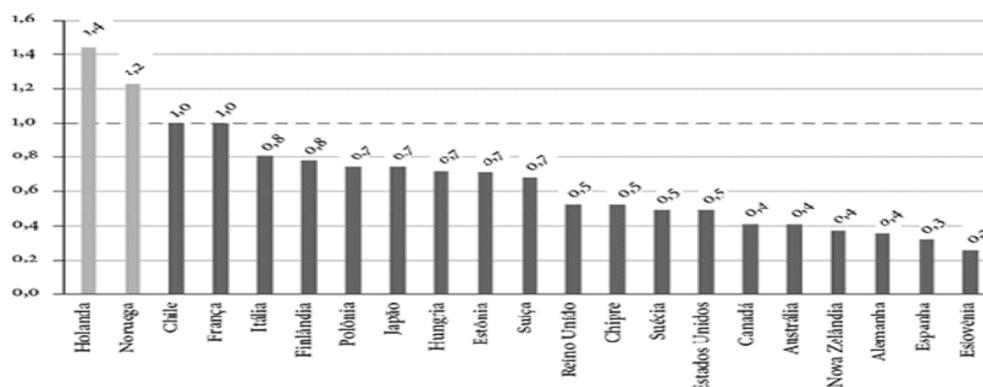
Diante do exposto, pode-se pressupor que a democracia se assenta em solo instável, principalmente porque circunstâncias que ligam a soberania popular e o direito individual são suscetíveis de alteração, quando o cidadão tem voz nas decisões, o que garante que os ricos e poderosos não ultrapassem os direitos da grande maioria, quando os direitos de minorias impopulares são protegidos, quando a imprensa pode criticar o estado abertamente ou quando garantem-se eleições livres e justas. Contudo, se um sistema funcional precisa de elementos como soberania e direitos para prosperar não significa que será estável. Ao contrário, a dependência mútua do liberalismo e da democracia mostra com que celeridade a disfunção em um aspecto da política desmantela o outro. A democracia sem direitos cria o imperativo da maioria e, ao mesmo tempo, direitos sem democracia, nas mãos de elites e de burocratas são um convite para um maior distanciamento ou maior exclusão do povo das decisões importantes. E é justamente isso que está corroendo vagarosamente a democracia liberal (MOUNK, 2019).

Há uma crise de difícil enfrentamento, os cidadãos têm dúvida sobre se os regimes democráticos ainda são capazes de prover segurança econômica e estabilidade social. Todavia, apresenta-se ainda a percepção de que os representantes eleitos são insensíveis às demandas dos seus eleitores. Por outro lado, existe uma inaptidão de se vislumbrar alternativas aos regimes liberais, (MENDONÇA, 2016).

Os cidadãos cada vez mais desacreditam a tudo o que diz respeito a política. Isso implica, principalmente, na desconfiança das instituições democráticas e numa visão cada vez mais negativa dos governos. Ratificando pelo menos dois fatos que estão relacionados às avaliações dos políticos como extremamente negativas, traduzidos ao amargo índice de reprovação dos representantes eleitos e das instituições. Como se observa a seguir em Mounk (2019, p.138-139):

A maioria das pessoas mais velhas parece ter uma ligação mais fervorosa com a democracia. Atribuindo notas de um a dez para a importância que dão a viver numa democracia, cerca de dois terços dos americanos nascidos nas décadas de 1930 ou 1940 indicam a resposta mais elevada: eles a consideram essencial. Mas os jovens estão bem menos envolvidos com seu sistema político. Entre os millennials, nascidos depois de 1980, menos de um terço considera essencial viver numa democracia. Fora dos Estados Unidos, o cenário é um pouco mais complicado. Em alguns países com histórico recente de governo autoritário, o envolvimento dos jovens com a democracia não é significativamente inferior ao dos mais velhos. Mas na maioria das democracias antigas, sobretudo no mundo anglófono, os millennials estão igualmente desiludidos. Assim como os jovens são menos envolvidos com a forma de regime em que vivem nos Estados Unidos, essa fatia do eleitorado também dá menos importância a viver numa democracia em lugares como a Suécia, a Austrália, a Grã-Bretanha e a Holanda. Uma coisa é os cidadãos serem indiferentes à vida numa democracia, observaram os críticos, mas outra bem diferente é rejeitarem a democracia como sistema político. Assim, será que os cidadãos chegariam a ponto de dizer que a democracia é um modo “ruim” ou “muito ruim” de governar seu país? Infelizmente a resposta é sim.

Tabela 1 – Análise comparativa ente nascidos a partir da década de 1930 e de 1980.



Fonte: Mounk (2019, p. 137).

Nessa tabela, relacionam-se variáveis diferentes em diversos contextos como idade e países, no qual se evidencia num retrato amplo a ideia de que os mais velhos privilegiam muito mais o fato de morar em democracias do que os mais jovens. Em outras palavras, os jovens passam a criticar muito mais a democracia que seus pais e avós, justamente porque apenas desconhecem outro regime que não o democrático. Isso implica na imatura ideia de que governos autoritários possam garantir uma vida mais plena de políticas públicas e melhores condições de trabalho e conseqüentemente uma vida melhor, assim como uma sociedade mais próspera.

Nas democracias de quase todo o mundo, há alguns episódios supostamente de matizes diversos. De um lado, os cidadãos têm menos confiança nas instituições independentes e estão indispostos a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas. Do outro, as elites estão cada vez mais incomodadas quanto a ação de ceder às opiniões das majorias que almejam a tradução dos seus desejos em políticas públicas. Destarte, liberalismo e democracia, começam a entrar em conflito. Na prática, quando as opiniões do povo tendem a ser menos liberais e as preferências das elites se tornam antidemocráticas, liberalismo e democracia se chocam, desmoronam (MOUNK, 2019).

Conjecturar a cerca das ameaças à democracia liberal requer um processo de dissecação dos elementos que a constituem, democracia e liberalismo. A semiose da palavra liberalismo apresenta diversas acepções, a título de exemplificação, num contexto político, pode significar oposição a conservador. Todavia, parte-se do princípio liberal como defesa da liberdade de expressão, a separação de poderes ou a proteção dos direitos individuais. Por sua vez, a democracia goza de um prestígio mítico, comumente se estende ao conceito de algo positivo, como erradicar injustiças, como a mitigação da pobreza ou como a mitigação do crescimento da desigualdade. A ideia de democracia traz um sentido muito mais positivo, porque tem um idealismo hegemônico e histórico. Para Mounk (2019, p.43):

A democracia é um conjunto de instituições eleitorais com poder de lei que traduz as opiniões do povo em políticas públicas. As instituições liberais efetivamente protegem o Estado de direito e garantem os direitos individuais — como a liberdade de expressão, de religião, de imprensa e de associação — para todos os seus cidadãos (incluindo as minorias étnicas e religiosas). A democracia liberal é simplesmente um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático — um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas.

Em função do exposto, as democracias podem ruir em situações peculiares, sobretudo, quando a maioria opta por subordinar as instituições independentes aos caprichos do executivo, quando promovem a restrição dos direitos das minorias que a desagradam ou quando a elite é favorecida de tal forma que as eleições raramente servem para traduzir a opinião popular em políticas públicas (MOUNK, 2019).

Tem-se o caso da Hungria, por exemplo, cuja democracia liberal tinha todos os atributos que garantiam uma transição plenamente democrática, porque já conhecera tanto um governo democrático quanto despótico. O país se desenvolvia economicamente, o governo alternava representantes pacificamente, havia uma imprensa livre, separação dos poderes, garantia de liberdade de expressão, de religião e de associação para todos os cidadãos. Então, começaram os problemas. Muitos húngaros acharam que estavam recebendo uma fatia pequena demais do crescimento econômico nacional. Impactaram-se diante da competitividade do mercado de trabalho com a crescente perspectiva da imigração em massa. Contudo, o fator decisivo ocorreu, quando o partido de centro-esquerda se envolveu num grande escândalo de corrupção, o descontentamento popular culminou no completo repúdio ao governo. Deram ao partido Fidesz, de Viktor Orbán, uma vitória esmagadora. E paulatinamente o país foi se construindo como iliberal, ou sem exagero despótico, em função de que:

Uma vez no governo, Orbán consolidou sistematicamente seu controle. Indicou seguidores leais para dirigir estações de TV estatais, chefiar a comissão eleitoral e controlar o tribunal constitucional do país. Mudou o sistema eleitoral em proveito próprio, forçou a saída de empresas estrangeiras para favorecer o lucro de seus cupinchas, instituiu regulamentação excessivamente rígida para as ONGs e tentou fechar a Universidade Centro-Europeia (MOUNK, 2019, p.25).

As artimanhas para usurpação democrática são estratégicas e sutis, desde a discreta demissão de servidores civis e outros funcionários ou mandatários independentes e sua substituição por sectários. Viktor Orbán alterou a estrutura de diversas instituições, teoricamente, independentes— a Procuradoria-Geral, o Tribunal de Contas, o gabinete de Ouvidoria, o Escritório Central de Estatísticas e a Corte Constitucional. Trocou muitos agentes por aliados partidários. O governo exponenciou o número total de membros da Corte Constitucional, modificou as regras de nomeação, de modo que o partido Fidesz indicasse os novos magistrados, encheu a corte de partidários. Após garantir maior parte congressista, no caso dois terços, o partido consubstanciou seu poder nesse processo e colocou-se a reescrever a Constituição e as leis eleitorais para salvaguardar vantagem eleitoral sobretudo com regras que descaradamente favoreciam o maior partido,

logicamente, o Fidesz, que além disso legitimou a proibição de publicidade de campanha na mídia privada, limitando-a à televisão pública, dirigida pelo próprio partido, que preservou a maioria de dois terços das cadeiras (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Vale ressaltar que a Hungria deixa de ser uma democracia liberal:

[...] Ao longo dos anos, Orbán tem respondido a essa pergunta com clareza cada vez maior. No começo ele se apresentou como um democrata honesto com valores conservadores. Agora declara em alto e bom som sua oposição à democracia liberal. A democracia, ele prega, deve ser hierárquica, não liberal. Sob sua liderança, a Hungria passará a ser um “novo Estado iliberal baseado em fundações nacionais”. Essa é uma descrição da natureza de sua empreitada muito melhor do que a maioria dos observadores externos foi capaz de produzir. Eles tendem a denunciar Orbán como antidemocrático. Mas, embora tenham razão em se preocupar que suas reformas iliberais lhe permitam no fim das contas ignorar a vontade do povo, é um erro pensar que todas as democracias devam por natureza ser liberais ou se assemelhar a nossas atuais instituições políticas. A democracia hierárquica permite a líderes popularmente eleitos cumprir a vontade do povo tal como a interpretam, sem ter de fazer concessões aos direitos ou interesses de minorias obstinadas. Sua alegação de ser um democrata não é necessariamente insincera. No sistema emergente, a vontade popular reina soberana (ao menos no início). O que o separa do tipo de democracia liberal à qual estamos acostumados não é a falta de democracia; é a falta de respeito pelas instituições independentes e pelos direitos individuais. (MOUNK, 2019, p. 25-26).

A atribuição de legitimidade no regime democrático é um dos mais precípuos valores, todavia há um recrudescimento desse processo quando se ignora explicitamente a representatividade popular com o desrespeito à soberania popular e aos direitos individuais. Esse fato ficou patente quando nas primeiras horas de 13 de julho de 2015, a Grande Recessão Grega a deixara com uma dívida astronômica e sem condições de pagar o que devia. A aplicação de políticas severas de austeridades econômica além de precipitadas, comprometeria a já tão combatida economia do país. Havia o temor de que caso a União Europeia permitisse o calote grego, países bem maiores, como Espanha ou Itália, pudessem vir em seguida. Destarte, tecnocratas concluíram que para que o sistema monetário europeu continuasse salutar, medidas austeras seriam impostas. Sem alternativas os gregos acataram as admoestações tecnocráticas. O resultado foi um desastre para economia grega, com um número de desempregados astronômico, chegando em torno de 50% entre os mais jovens (MOUNK, 2019).

O desespero tomou conta e os eleitores depositaram toda confiança em Alexis Tsipras, um líder jovem e populista, que prometia acabar com a austeridade e renegociar a dívida do país com seus principais credores, Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. De fato a realidade era mais dura do que se esperava do ponto de vista grego, que teria de continuar na penúria financeira ou decretar

falência e deixar o euro. Surgiu, em meados de 2015, uma inóspita condição de resgate financeiro, para o qual Tsipras, já como representante legítimo, viu-se restringido a duas condições: capitular às demandas dos tecnocratas ou conduzir a Grécia ao caos econômico. O pernicioso dilema tornou a tomada de decisão mais fácil, pois bastaria recorrer a mormente e natural soberania popular, tirando de si a responsabilidade ingrata, assim como justificando os princípios do regime democrático. Para tanto, anunciou um plebiscito. A reação foi exacerbada tanto de líderes políticos de toda a Europa, intitularam-no de desafiador das normas morais e legais; quanto da mídia vulpina comprada pelo poder do dinheiro. Mesmo que a chanceler alemã Angela Merkel tenha intervindo com o mendacioso argumento de que se construíram uma oferta “extraordinariamente generosa”. Em meio a muita excitação, a Grécia foi às urnas em 5 de julho de 2015. O resultado foi um grande não às elites tecnocratas do continente. A despeito das ominosas advertências sobre a catástrofe iminente. O acordo foi rejeitado. Encorajado pela forte expressão da vontade popular, retomaram-se as negociações. Presumia-se que o acordo melhorasse. Ao contrário, além de ser retirado, houve uma nova oferta que implicava martírios ainda maiores. A elite política europeia, reuniu-se em Bruxelas, para uma maratona de negociações, praticamente obrigando o cumprimento da lei do mais forte, ou seja, a capitulação. No dia 13 de julho, pouco mais de uma semana após o povo rejeitar o impopular acordo de resgate, a tecnocracia prevalecera. Isso não passa de um exemplo extremo de que o sistema político em que as pessoas se sentem ter cada vez menos voz, sobre o que de fato acontece. Mas isso está longe de atípico, tornou-se natural pelo fato de ao longo do tempo o liberalismo do Welfare State foi lentamente perdendo espaço para o neoliberalismo, no qual os interesses do dinheiro destroem o que se tinha como normal. Com isso, os eleitores concluíram há muito tempo que sua influência nas políticas públicas é pequena. Há forças que estão além dos indivíduos: a força dos mercados e as convicções dos tecnocratas destroçaram do caminho qualquer representatividade e em consequência a vontade do povo. (MOUNK, 2019).

Tudo isso, fica evidente não só no caso grego, mas também no caso húngaro:

A tecnocracia prevalecera. A política da zona do euro é o exemplo extremo de um sistema político em que as pessoas sentem ter cada vez menos voz sobre o que de fato acontece. Mas isso está longe de atípico. Sem que fosse notada pela maioria dos cientistas políticos, uma forma de liberalismo antidemocrático lançou raízes na América do Norte e na Europa Ocidental. Nessa forma de governo, as sutilezas processuais são cuidadosamente observadas (na maior parte das vezes) e os direitos individuais são respeitados (muitas vezes). Mas os eleitores concluíram há muito tempo que sua influência nas políticas públicas é pequena. Não estão de todo errados. (MOUNK, 2019, p. 25-26).

### 1.3 Da Decomposição Dos Mecanismos De Representação

O desmantelamento da democracia liberal é produto de uma conjunção de fatores extremamente complexos e que se reforçam a medida que as sociedades se interconectam. Isso tem a ver com duas ordens de pensamento imanentes ao processo de globalização da economia e da comunicação. Ambos produziram uma desestabilização de economias nacionais a ponto de frear a capacidade do Estado-Nação de responder em âmbito nacional a desafios que são originariamente globais como crises de diversos matizes: financeira, ambiental, midiáticas, culturais e outras. É ilógico pensar que foram os próprios Estados-Nação a estimularem a globalização, o desmantelando de regulações e de fronteiras. A globalização faz com que grandes problemas da humanidade que determinam desde os mercados financeiros até problemas ambientais estejam vigentes em âmbito global, ou seja, todos os sintam ao mesmo tempo. Tudo é global enquanto as instituições políticas baseadas nos Estados-Nação atuem em âmbito nacional. Porquanto, os Estados-Nação não são capazes de administrar o global, porque não são suficientemente fortes para tanto e tão pouco podem intervir em situações extremamente peculiares a cada país. Ocorre que as classes políticas, que controlam os Estados-Nação, perceberam que para se manterem no poder era necessária a aproximação dos Estados num sentido mais universal, interconectando-se para amplificar o poder de atuação em diferentes mercados. Caso se abstenham de interagir, comprometem a obtenção de pactos ou acordos financeiros internacionais expressivos para cooptação de espaços num universo de estratégias mercadológicas (CASTELLS, 2018).

Como se pode observar nas palavras de Castells (2018, p.14):

[...] Mas os governos nacionais, quase sem exceção até agora, decidiram unir-se ao carro da globalização para não ficarem de fora da nova economia e da nova divisão de poder. E, para aumentar a capacidade competitiva de seus países, criou-se uma nova forma de Estado [...] a partir da articulação institucional dos Estados-nação, que não desaparecem, mas se transformam em nós de uma rede supranacional para a qual transferem soberania em troca de participação na gestão da globalização [...] sob o impacto político dos setores populares que em todos os países sofreram as consequências negativas da globalização. Ao passo que as camadas profissionais de maior instrução e maiores possibilidades se conectam através do planeta em uma nova formação de classes sociais, que separa as elites cosmopolitas, criadoras de valor no mercado mundial, dos trabalhadores locais desvalorizados pela deslocalização industrial, alijados pela mudança tecnológica e desprotegidos pela desregulação trabalhista. A

desigualdade social resultante entre valorizadores e desvalorizados é a mais alta da história recente.

A consequência disso é mais positiva para as camadas de maior instrução que se aproximam, criando a formação de novas de classes sociais, que separa as elites, criadoras de valor no mercado mundial, dos trabalhadores locais desvalorizados, deixados de lado pela transformação tecnológica e pela desregulação trabalhista. Ilustre-se a desigualdade social monstruosa, cuja lógica do mercado acentua as diferenças no sentido de polarização de extremos. Os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres ainda mais pobres. Em função da dinâmica de incorporação da industrialização, da tecnologia, da automação para ampliação do mercado mundial há fragmentação das camadas sociais que se acentuam, assim como as desigualdades. Mesmo assim os governos nacionais, quase sem exceção até agora, decidiram, unir-se ao processo da globalização, para não ficarem de fora da nova economia e da nova divisão de poder (CASTELLS, 2018).

Para aumentar a capacidade competitiva de seus países, O processo de globalização criou uma nova forma de conexão entre países, transformam-se em nós de uma rede supranacional para a qual transferem a soberania em troca da participação na gestão da globalização. Quanto mais os Estados-Nação se distanciam da nação a que representam, mais se dissociam o Estado e Nação com a consequente crise de legitimidade, na mente dos cidadãos, colocando-os à margem das decisões essenciais para sua vida, cujas tomadas de decisão ficam muito, mas muito além da representação direta ou indireta (CASTELLS, 2018).

Surgem uma nova forma de Estado, o Estado-Rede, que rompe ou separa o Estado e Nação para poder atuar mais livremente no mercado global. De fato, são redes de Estados-Nação, cuja soberania é trocada pela condição de juntar recursos políticos e institucionais para gerir problemas globais. Um exemplo disso é a União Europeia (UE), que consiste no conjunto de Estados que funcionam em estruturas e redes de relação com outros Estados, para aumentar a sua eficiência, contudo diminui drasticamente a sua legitimidade. Se nos Estados-Nação os cidadãos já se sentem distanciados das tomadas de decisão, isso se otimiza, quando os governos se atrelam a acordos internacionais comerciais em que a cidadania se dissolve. A distância entre a soberania popular ou vontade do povo e a vivência concreta vai se dilatando cada vez mais, de forma a não haver mais controle. À medida que no conjunto do processo os cidadãos percebem que o Estado não os representa, há uma retirada das formas como se sentem protegidos em sua identidade local, étnica, racial, religiosa e outras (CASTELLS, 2018).

A crise da representação de interesses se liga a uma crise identitária como resultante da globalização. Quanto menos domínio que os cidadãos exercem no mercado e no Estado, mais se recolhem numa identidade própria que não possa ser dissolvida pela vertigem dos fluxos globais. Enquanto as elites da globalização se intitulam cidadãos do mundo com vertiginosos triunfos financeiros, setores sociais se entrincheiram nos espaços culturais nos quais se reconhecem e para os quais os seus valores dependem de sua comunidade, e não de sua conta bancária. Tem-se a fratura social e a fratura cultural. Com isso, entra em jogo a suspeição da ideia de que os políticos se preocupam mais com questões globais e menos com questões nacionais ou locais. Porquanto, entra em cena um fator preponderante para a compreensão do fortalecimento do neoliberalismo, cujo capital financeiro dá as cartas na sociedade, impondo restrições a muitos em benefícios de poucos. Desta forma, a identidade política dos cidadãos, construída a partir do Estado, vai sendo substituída por identidades culturais diversas, portadoras de sentido para além da política. Ou seja, os Estados-Nação se convertem em objeto histórico que se dilui em fluxos globais financeiros e resistências identitárias locais, as quais decompõem a identidade precípua a que se baseia os Estados-Nação, a cidadania. Quando se registra o termo identidade, propõe-se a ideia de algo construído historicamente em função de negar qualquer outra identidade nacional, religiosa e convertê-la em um sujeito abstrato, o cidadão. Com os processos de interconexão de países em rede, que colocam de um lado identidades comuns. De outro, os fluxos globais e no meio os Estados, que se articulam em rede. Disso, resulta a crise de legitimidade ou de representação, construídas, além dos Estados-Nação, que tem como escopo, além do processo político, um conjunto de mecanismos destrutivos dos debates ou das deliberações democráticas em função do ultraneoliberalismo, o que não implica em criticar o liberalismo (CASTELLS, 2018).

Apaga-se por completo a mensagem mítica de que os legisladores tinham forte relação com o eleitorado, pois envolviam-se em associações comunitárias, igrejas e até sindicatos. Muitas vezes, estavam extremamente ligados a defesa das minorias ou dos trabalhadores, assim carregavam marcas profundas de reivindicações populares locais, tendo em vista que alguns políticos vinham ou acompanhavam com muita proximidade famílias pobres. Todavia, tornou-se incompatível com o mundo político profissional, no qual não há correspondência entre o financiamento legal dos partidos e o custo da política profissional. Tornando-se muito difícil aumentar as cotas do orçamento público, atribuídas aos partidos, considerando-se a pouca estima dos cidadãos. Com isso são cooptados pela força dos mercados para financiar a própria atividade. Além disso, existe uma

ingente perda de espaço para diversos instrumentos ou mecanismos como tribunais, burocracias, bancos centrais, agências reguladoras e acordos internacionais que se traduzem num afastamento ainda maior dos representantes e representados. O cidadão cada vez mais se vê estranhado no sistema político, sobretudo quando não se reconhece nos políticos e muito menos enxergam nas decisões que tomam as prioridades populares. Tendo em vista que jamais houve na história um momento de participação popular perfeita. Como o mito fundador da democracia nos lembra, o copo sempre esteve cheio pela metade. Mas hoje corre o perigo de se esvaziar por completo (MOUNK, 2019).

Os representantes eleitos perderam a capacidade de atuar na mitigação de problemas desde o ambiental até o contumaz processo de desigualdade, porque têm origem, entre outras, em especial na globalização, por consequência do ultraneoliberalismo, e assim superam a capacidade dos Estados Nacionais. O que abre espaço para os tecnocratas tomarem as decisões e assumir, sob certa medida, a função do legislativo. A dissipação da contínua vitalidade da representatividade culminou na erosão da democracia liberal, sobretudo, porque removeram da contestação popular cada vez mais políticas públicas, criando freios ainda mais fortes para restringir ainda mais a capacidade do povo influenciar minimamente as tomadas de decisão por meio de representantes (MOUNK, 2019).

Os dilemas se apresentam como um traço característico das sociedades modernas, cujas políticas públicas ficam a cargo de ministros, enquanto a administração delas a critério de servidores. E nesse passo, a confusão entre política de administração e administração de políticas. Em especial, quando políticos incompetentes e mal intencionados impõem agendas específicas a despeito da burocracia para servir aos próprios interesses, colocando em risco a premissa de que o cidadão elege o legislador para que torne a vontade popular na forma de normas ou simplesmente em lei. Por sua vez o burocrata aplica a lei, já que tem a tarefa de servir a soberania do povo, conforme a legislação. Os burocratas não são autômatos e são capazes de intervenções. Destarte, os servidores públicos cumprem um papel político importante, porque toda legislação por mais trabalhada, sempre deixa lacunas. Em decorrência há um substancial aumento dos servidores públicos a partir de meados de 1900, tornando o papel dos representantes políticos mais restritos na determinação de políticas públicas. Para título de exemplificação, o Reino Unido passou de 100 mil em 1930 para 400 mil em 2015 (MOUNK, 2018).

Outro fator a ser ressaltado como presença significativa no sentido de influenciar os projetos de lei são as Agências Reguladoras. Atuam com autoridade para implementar regras cruciais para regulação financeira, ambiental entre outras. São responsáveis diretas por grande parte das leis a que o cidadão deve respeito. Cada vez mais cabe o papel de legislar às agências independentes, que tem total liberdade tanto dos parlamentares, quanto dos chefes dos governos eleitos. Nos Estados Unidos Da América, por exemplo, são inúmeras agências reguladoras que atuam em diversos setores. Regulamentam normativas para funcionalidade do sistema de Rádio, de TV, de Internet sob a competência da Comissão Federal de Comunicações (FCC), criada em 1934 e até no setor financeiro, Comissão de Títulos e Câmbio (SEC) tanto para proteger os investidores, como também garantir a imparcialidade dos mercados. Existem ainda a Agência de Proteção Ambiental (EPA), criada em 1970, para intervir em objetivos tão amplos quanto preservar a água limpa e proteger espécies em perigo. E a Agência de Proteção Financeira ao Consumidor (CFPB), criada em 2010, que regulamenta os serviços financeiros pessoais, como hipotecas e cartões de crédito. Por sua vez, destaca-se, um outro exemplo, extremamente expressivo e que tem a ver com a quantidade de códigos que o congresso americano, traduziu em leis: 138. Por sua vez, as agências norte-americanas aprovaram pelo menos 2926 regulamentos no mesmo período (MOUNK, 2019).

Na maioria dos países, o poder da burocracia é de algum modo aumentado, ao mesmo tempo, os legisladores, muitas vezes, são enfraquecidos pela incapacidade de gerir questões supranacionais. Há uma verdadeira troca entre o respeito pela vontade popular e a capacidade de resolver problemas complicados de políticas públicas. Embora agências independentes realizem tarefas essenciais de hábito não executadas por outras instituições, é difícil negar que elas removem do debate político decisões importantes que caberiam em essência aos representantes eleitos (MOUNK, 2019).

Da mesma forma, a importância do papel-moeda e sua relação inconstante entre estabilidade econômica e o total controle do dinheiro nas mãos dos políticos são fundamentais para entender como a importância de tornar os bancos independentes foi preponderante. Na Alemanha, pós segunda guerra mundial, no sentido de atribuir a experiência desestabilizadora da hiperinflação, com a impressão de dinheiro de forma desesperada, à chegada de Hitler ao poder. Em função disso, acusaram a interferência política como um precípua fator de desgaste e turbulência econômica, tendo como resultado a desestabilizadora inflação. Para evitar a recaída no caos e mesmo no

fascismo, entenderam que o Bundesbank, banco central alemão, teria de ser o mais independente possível. E não era tão simples, porque exigia mais do que proibir os políticos de mediar operações no dia a dia ou de tomar decisões por indicação de seus governantes. Era imperativo que o banco se tornasse o mais autônomo possível a ponto de ter o direito de determinar seus próprios objetivos políticos, decidindo se prioriza o controle da inflação ou do desemprego. Entretanto, graças à estabilidade econômica, esse modelo se tornou exemplo a ser copiado, justamente, com a retórica de que tem de ser dirigido por tecnocratas não eleitos e desatrelados do âmbito de prestação de contas à sociedade. O que se torna evidente na seguinte assertiva:

[...] 54 países de todo mundo fizeram mudanças estatutárias para maior independência dos bancos centrais, tornando-os responsáveis por determinações em âmbito social sumamente importantes a tal ponto de os considerar como detentores de decisões que implicam severamente no arcabouço estrutural de qualquer país (POLILLO; GUILLÉN, 2005, p. 1770.).

A definição mais geral a que se evidencia sobre as instituições independentes é:

Durante a maior parte da história da democracia liberal, os bancos centrais contaram apenas com um arsenal limitado à sua disposição. No século XIX e no início do XX, quase sempre o valor da maioria das moedas ficava lastreado às reservas de ouro do país. No sistema Bretton Woods, que ganhou predominância após a Segunda Guerra Mundial, as taxas de câmbio eram na maior parte fixas; nas relativamente raras ocasiões em que tinham de ser ajustadas, a decisão era de hábito tomada por políticos eleitos, não por burocratas não eleitos. Durante esse período [...] os ministros das finanças ficaram incumbidos de decisões cruciais, ao passo que os bancos centrais [...] desempenharam um papel relativamente limitado e discreto na elaboração das políticas econômicas e financeiras". Somente após a derrocada do Bretton Woods, no início da década de 1970, os bancos centrais ganharam margem de manobra para determinar taxas de juros segundo os objetivos de suas políticas. Encarregados há muito de manter a estabilidade de um sistema concebido por políticos eleitos, eles são hoje as principais instituições a decidir, por exemplo, se é mais importante o país conter a inflação ou o desemprego. Conseqüentemente, algumas das decisões econômicas mais importantes, para países de todo mundo, hoje, são tomadas por tecnocratas (MOUNK, 2019, p. 95).

Além disso, tem-se o controle de constitucionalidade, responsável por questões sumamente complexas no âmbito social e que também recebeu ingente corporificação regulamentar. A saber a república norte-americana por mais de dois séculos e meio não permitia a parte do povo, sobretudo, negros e mulheres, a participação no governo, com isso o sufrágio universal foi uma das maiores inovações constitucionais. Pois a maior de todas foi conferida a suprema corte, um grupo de nove juizes, o poder de indeferir a vontade popular, quando conflitasse com os direitos individuais. Tinham poder para

interferir sobre questões extremamente polêmicas e complexas como a legalização do aborto, a restrição da censura na TV e no Rádio, a descriminalização da homossexualidade e outros (MOUNK, 2019).

Segundo estudo sobre este assunto:

o controle de constitucionalidade ganhou tamanha abrangência no mundo que passou de 38%, em 1951, para presença maciça, em 2011, 83%. A defesa do controle de constitucionalidade é sobremaneira vista como salvaguarda necessária contra tentativas de tomadas de poder por déspotas. Além disso, cabe o argumento de que a proteção das minorias contra a discriminação é fundamental de tal maneira que se justifica como reflexo racional de ignorar a vontade popular em muitos casos. O que pode ser traduzido na justificativa de que embora siga contra o povo, garante de imediato a proteção individual e a soberania da lei. (GINSBURG; VERSTEEG, 2014, p. 587.).

O processo natural de crescimento da relação entre as nações a que se intitulou de Estados-Rede, interconexão global de países, com aumento das relações internacionais no formato de tratados ou acordos internacionais. Tendo em vista que mais da metade das atividades humanas ultrapassam fronteiras nacionais e alcançam diversos lugares do mundo, concomitantemente, torna-se impossível qualquer controle dos Estados-Nação em garantir o controle das políticas econômicas em função também do processo neoliberal da economia. Com a multiplicação dos tratados, impactam-se profundamente a natureza das políticas domésticas, porque amplia o escopo das decisões políticas que são freadas por tratados internacionais e assim removem importantes questões das políticas públicas do debate democrático. Comumente, tende-se a creditar a perda do controle nacional e a plena sujeição a acordos internacionais como algo incomum, quando na verdade é uma característica principal dessa nova lógica de ampliação de mercados por meio de tratados neoliberais. Isso serve tanto para regulação da emissão de gases no planeta, quanto para normativas que regulamentam organizações supranacionais como Banco Mundial ou As Nações Unidas (MOUNK, 2019).

Muito da importância dos acordos se justifica na relevância desse viés para a economia no sentido de que em quatro décadas, de 1960 a 2000, mais da metade do produto interno bruto (PIB) mundial passava por acordos internacionais, porquanto, destaca-se:

A fim de garantir que tanto indivíduos quanto empresas paguem seu justo quinhão de impostos, devíamos nos propor a conceber como seria o sistema tributário se fosse reinventado do zero. Como os Estados-nações podem recuperar sua capacidade de taxar rendas e lucros apesar da imensa mobilidade do capital no mundo globalizado? A resposta é, em certa medida, mais simples e mais óbvia do

que pode parecer. Historicamente, o maior trunfo de um Estado-nação foi seu território. Na verdade, a própria definição de Estado moderno tradicionalmente se fiava na sua capacidade de impor um conjunto de regras a uma área geográfica específica. O problema que enfrentamos agora resulta do fato de que a relevância econômica desse trunfo caiu nas últimas décadas: enquanto grande parte da economia se baseava na agricultura, muito do capital não podia atravessar fronteiras nacionais. Quanto mais a atividade econômica se deslocava para a manufatura, para serviços em geral e para a indústria financeira em específico, mais fácil se tornava a fuga de capital. Não admira que o regime tributário concebido em uma época de capital cativo seja inadequado para enfrentar essa nova realidade. No entanto, a impotência do Estado-nação foi mal superestimada. Isso é óbvio principalmente no caso da tributação individual. A maioria das pessoas — mesmo as muito abastadas — tem um elo profundo com o próprio país. Embora dispostas a passar 183 dias por ano nas Bahamas em troca de uma fatura tributária bem menor, poucas optariam por se privar totalmente do acesso à própria pátria. Isso dá aos Estados-nações uma óbvia vantagem sobre seus cidadãos: para continuar tendo acesso a seu território, têm que pagar imposto no país.

Mas, por mais que sejam válidas as razões para a multiplicação dos tratados e organizações internacionais, seria desonesto fingir que não impactam a natureza da política doméstica dos países. Conforme aumentou o escopo de decisões políticas obstadas por tratados internacionais ou delegadas a órgãos internacionais, também se ampliou o escopo de diferentes áreas das políticas públicas efetivamente removidas da contestação democrática. A finalidade de um acordo internacional é coordenar as ações de diferentes países a fim de estabelecer expectativas estáveis e capacitá-los a atingir um objetivo comum (MOUNK, 2019, p. 281-282).

Por outro lado, o problema parte das consequências dos acordos como instrumentos proibitivos de proteção de indústrias nacionais ou quanto ao controle estrangeiro de tal forma que dificultam governos a atuarem, em especial, na contenção da perda de empregos ou manipulação das taxas de juros. O que invariavelmente, implicam na incapacidade de amortecer efeitos sociais negativos sobretudo, no que diz respeito a proteção social e a consequente restrição de políticas públicas. Ocorre uma intempestiva pressão para desregulamentações trabalhistas, implementação de políticas de imigração para propiciar aumento de produção, com redução de custos, com a precarização de salários, com a competitividade por espaços laborativos, com um maior grau de exigência, com cerceamento de garantias trabalhistas, previdenciárias, muitas vezes humanas em nome do neoliberalismo (MOUNK, 2019).

#### 1.4 Uma Ingrata Constatação

Quando se reflete sobre a desigualdade com um elemento-chave, para que as elites em todo mundo fiquem com a maior “fatia do bolo”, principalmente, quando se pensa em países ditos subdesenvolvidos ou de terceiro mundo, a tal “fatia” fica cada vez menor para as classes populares. Em muitos países, comumente a elite pensa a longo

prazo, para que o “bolo” não termine logo. Todavia, em países subdesenvolvidos, o saque deve ser insaciável, não importando consequências, podendo haver sem exagero dos termos uma escravidão contínua e disfarçada que ataca somente os pobres, a elite tem ódio ao pobre preto ou branco. O que motiva a elite econômica é a corrupção. Logo, não é atoa, que os países no geral vivem um período de descrédito em suas instituições: legislativo, executivo e judiciário.

Desaparece a ideia da separação dos três poderes, quando se pensa a pujante corrupção, com premissa de existir somente na política. Isso é de fato um abismo de ingenuidade acreditar nessa balela, porque tudo é usado para tornar invisível a precariedade e distorcer sistematicamente a realidade. (SOUZA, 2017).

Quem paga a conta são os trabalhadores que agora sob o encômio de colaboradores, que são os novos escravos ou como aquele novo termo com forte relação a precarização do trabalho. Enquanto, a elite está saqueando as riquezas: vendendo água, petróleo, o futuro do país, ao mesmo tempo, com poder do dinheiro, criou-se um mecanismo midiático para tornar a maioria dos cidadãos toscos e cegos a essa dominação.

Concomitantemente ao crescimento do precariado, conceito muito mais complexo, mas que pode ser explicitado de forma simples a partir de uma classe emergente composta por um número cada vez maior de pessoas que levam uma vida de insegurança, entrando e saindo de empregos que conferem pouco significado a suas existências. Disso, porquanto, emerge a realidade obscura da globalização, como o golpe do mercado financeiro de 2008. Isso trouxe insegurança econômica para muitos e muitos milhões de pessoas em estado de humilhação. Todos são vítimas do ultraneoliberalismo, como política de Estado, para atender aos anseios de elites famintas e donas da situação. Destarte, implementaram à força a flexibilização do mercado de trabalho, implicando na transferência de riscos apenas ao trabalhador, que enxerga apenas a insegurança e o medo. Tendo em vista o fim da estabilidade ou garantias ao trabalhador como segurança de contratação a longo prazo e os aparatos de benefícios. Agora ele se torna dono do próprio sucesso ou fracasso, num processo cunhado por termos que são globais como meritocracia e precariedade, traduzida ao sabor de precária: moradia, condição de trabalho ou condição de emprego e até de proteção social (STANDING, 2014).

Segundo Standing (2014, p.18), todo o revés no mercado independente da causa tem sempre um algoz, nessa visão elitista, o trabalhador. Por isso, a defesa inexorável da flexibilização:

A flexibilidade salarial significava acelerar ajustes a mudanças na demanda, especialmente para baixo; flexibilidade de vínculo empregatício significava habilidade fácil e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, especialmente para baixo, implicando uma redução na segurança e na proteção do emprego, flexibilidade do emprego significava ser capaz de mover continuamente funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho com oposição ou custo mínimos; flexibilidade de habilidade significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores. Em essência, a flexibilidade defendida pelos impetuosos economistas neoclássicos significava, sistematicamente, tornar os funcionários mais inseguros, o que afirmavam ser um preço necessário para a manutenção do investimento e dos empregos. Cada revés econômico era atribuído, em parte, de forma justa ou não, a um a falta de flexibilidade e à falta de “reforma estrutural” dos mercados de trabalho.

Na proporção que a flexibilização aumentava, na mesma medida a precarização. O precariado não fazia parte da “classe trabalhadora” ou do “proletariado”. Estes termos sugerem uma sociedade composta, em sua maioria, de trabalhadores de longo prazo, em empregos estáveis de horas fixas, com rotas de promoção estabelecidas, sujeitos a acordos de sindicalização e coletivos. Tudo pode ser resumido por nenhuma garantia de mercado de trabalho, garantia de vínculo empregatício, garantia de segurança do trabalho, garantia de reprodução de habilidade, garantia segurança de renda, garantia de representação e que se torna feérico nas obras de Souza como a Elite do Atraso e o mesmo a considera como escravos mascarados, ou ralé, no nosso caso, brasileira, a classe oprimida e humilhada, sobretudo pela classe média em nome de uma hierarquia social.

Os Motivos para que a opinião popular não seja transformada em políticas efetivas, evidenciam um recrudescimento do valor do regime democrático liberal, simplesmente porque muitos temas são absurdamente removidos da contestação por parte dos representantes legitimamente eleitos em função da ascensão do neoliberalismo, que se traduz em muitos zeros na conta bancária para poucos. Tudo passa pelas legislaturas incapazes de exercer a vontade do povo por conta da atuação de burocratas e tecnocratas, por conta do papel preponderante dos bancos centrais, por conta do avanço do controle de constitucionalidade e por conta da relevância cada vez maior dos tratados, das organizações internacionais e sobretudo pela força dos mercados que agora passam a dar as cartas inclusive no espaço que pertence ao Estado. Mesmo, quando os legisladores têm autonomia para atuar livremente a favor dos interesses populares, prestam um mau trabalho, porque não estão preocupados com os interesses coletivos, em consequência estão afastados da vontade popular. Porquanto, coloca-se em pauta a

força que determinados atores sociais impõem. Traçam-se elucubrações quanto à capacidade de influência nas tomadas de decisão a partir de elites econômicas. Há uma conjectura que diz respeito que

[...] as elites econômicas e os grupos de interesse restrito são muito influentes. Grupos de interesse de massa têm pouco efeito sobre as políticas públicas. A opinião da população média não exerce praticamente nenhum impacto, quando comparadas às preferências das elites econômicas e às posições dos grupos de interesse organizados. Ou seja, a maioria não decide ou influencia absolutamente nada por conta da força do dinheiro. (GUILLÉN; PAGE, 2005, pp. 564.).

A questão do poder é uma questão central como em qualquer sociedade. A razão é simples porque é ela quem nos dirá quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído. Assim o dinheiro legitima poderes políticos e jurídicos que refletem a força de estratos sociais privilegiados. Para se conhecer uma sociedade, é necessário reconstruir os meandros do processo que permitem a reprodução do poder social real. A elite é detentora do capital, da propriedade privada. Naturalizam-se ideias de que o Estado abriga uma elite corrupta que vampirizaria a nação e que legitimam toda a ação predadora do direito e das riquezas nacionais. A construção de uma elite toda poderosa que habitaria o Estado só existe, na realidade, para que não se veja a elite real, que está “fora do Estado”, ainda que a “captura do Estado” seja fundamental para seus fins. É uma ideia que nos idiotiza, já que desloca e distorce toda a origem do poder real. No caso do Brasil, o que a Lava Jato e seus cúmplices na mídia e no aparelho de Estado fazem é o jogo de um capitalismo financeiro internacional e nacional ávido por “privatizar” a riqueza social demonstrando de fato quem manda (SOUZA, 2017).

As elites exercem a mediação entre as tendências no bojo de uma sociedade. No fundo da crise de legitimidade política está a crise financeira neoliberal, traduzida em outras crises, em especial, a econômica e a do emprego, que explodiu em múltiplos países de diversos continentes. Em especial, notabiliza-se o caso norte-americano, que na realidade, traduz a crise de um modelo de capitalismo, o capitalismo financeiro global, baseado na interdependência dos mercados mundiais e na utilização de tecnologias digitais para o desenvolvimento de capital virtual especulativo e consequente imposição neoliberal de uma dinâmica de criação artificial de valor à capacidade de produção de atividades por meio de serviços. De fato, as arriscadas práticas especulativas não assumem nenhum risco, porque sabem que as grandes empresas financeiras serão resgatadas mesmo criando condições de precariedade para a sociedade, tanto em

relação ao trabalho, quanto às restrições impostas ao corte de recursos para serviços públicos. Trocaram as necessidades dos cidadãos, golpeados pela crise e pelo desemprego pela recuperação dos bancos, protegendo especuladores e fraudadores, ou seja, as elites como já foi dito. Num contexto geral, a crise econômica se estendeu à crise do Estado de bem-estar, quando sacrifícios foram exigidos dos cidadãos e revelaram uma série de casos de corrupção política que acabou por minar radicalmente a confiança nos políticos e nos partidos, culminou no descontentamento dos representados e conspícua crise de legitimidade no mundo, porque se abandonou a ideia de liberalismo social em nome do ultraneoliberalismo (CASTELLS, 2018).

Para Souza (2017, p. 23), em especial no Brasil, o retrato da corrupção é construída mendaciosamente por uma suposta herança cultural dos portugueses, que imaturamente se desmancha ao se refletir:

Como seres divinos, de todos os povos, os americanos seriam seres especiais que põem a impessoalidade acima de suas preferências, explicando com isso a excelência de sua democracia, assim como sua honestidade e incorruptibilidade. As falcatuas globais do mercado financeiro americano, que ficaram públicas na crise de 2008, construídas para iludir e enganar os próprios clientes e drenar o excedente mundial em seu favor, são, certamente, invenção de algum brasileiro cordial que passou por lá e inoculou o vírus da desonestidade nessas almas tão puras.

Como senso comum a força do culturalismo americano ganhou força depois do segundo pós-guerra e explicava a razão para que algumas sociedades serem abastadas e outras não. Nesse ínterim, os norte-americanos se transformaram no modelo exemplar para o mundo inteiro, enquanto todas as outras nações eram paradigmas imperfeitos em comparação com os Estados Unidos Da América, os quais eram o paraíso na terra (VERBA, 1989).

Em outras palavras, o culturalismo, falso cientificamente como ele é, cumpre assim as mesmas condições do racismo científico da cor da pele. Presta-se a garantir uma sensação de superioridade e de distinção para os povos e países que estão em situação de domínio. Assim é mais fácil expropriar riquezas de povos que se acham inferiores e desonestos. Oferecendo valor à ideia de entregar riquezas para os estrangeiros é mais correto do que deixá-las para políticos corruptos. Constrói-se a autoimagem da superioridade dos americanos no mundo, como objetivos, pragmáticos, antitradicionais, universalistas e produtivos (Souza, 2017).

Em muitas democracias incipientes pelo mundo afora, esse tipo de suborno descarado é de fato um problema grave. Em países como a Índia ou o Iraque, pagamentos em dinheiro são exigidos para tudo, de tirar a carteira de motorista a obter um alvará de construção. Mesmo em democracias consolidadas como a Alemanha ou os Estados Unidos, há esse tipo de troca explícita de uma soma combinada de dinheiro por um favor político particular — o tipo de corrupção que os estudiosos do direito classificam como *quid pro quo* [uma coisa pela outra] (MOUNK, 2019, p.107).

Contudo, até mesmo em muitas democracias consolidadas, esse jaez de barganha é colocado em prática sem a menor desfaçatez, transformando-se em um ingente obstáculo para manutenção da credibilidade e da confiança em meio a um universo nefando, no qual prevalece a troca de uma coisa por outra, a chamada corrupção, que se tornou um fenômeno mundial endêmico. A título de exemplificação, toma-se, novamente, a democracia norte-americana, na qual em uma década mais de 10 mil servidores públicos foram condenados por corrupção, de meados dos anos de 1990 a 2000 (MOUNK, 2019).

Com algumas exceções, como a Suíça e a Escandinávia, a corrupção é uma característica sistêmica da política atual. É possível que tenha sido sempre assim, mas supõe-se que a extensão da democracia liberal deveria tê-la atenuado, mas no meio do caminho surge o neoliberalismo que amassa o liberalismo social e desvela o egoísmo irrestrito de pequenos grupos que constituem as elites invisibilizadas, por conta da corrupção apenas estatal. Dessa forma, pesa-se o comprometimento das cotas do orçamento público atribuído aos partidos, considerando-se a pouca estima dos cidadãos, que logicamente discordam em financiar ou pagar mais aos corruptos. Portanto, os políticos têm que se corromper para garantir sua própria atividade e quando eleitos procuram acumular capital particular, aproveitando o período em que detém posições de poder. Esse tirocínio escarnece o propósito democrático na medida em que:

O cinismo da política como manipulação deriva em um sistema de recompensas que se alinha com o mundo do ganho empresarial na medida em que se concebe a política como uma empresa. Por fim, não há corruptos sem corruptores, e em todo o mundo a prática das grandes empresas inclui comprar favores ao regulador ou ao contratador de obra pública. E como muitos o fazem, é preciso entrar no jogo para poder competir. Assim, a separação entre o econômico e o político se esfuma e as proclamadas grandezas da política costumam servir para disfarçar suas misérias” (CASTELLS, 2019, p. 19).

Se avaliar os Estados Unidos da América mais detidamente, percebe-se que são mais corruptos e profissionais do que outros povos, como os brasileiros, que amadoramente enfiam dinheiro na cueca ou fazem qualquer outra falcatrua. Já os

americanos de alguma forma legalizam e maquiagem o processo ao ponto de criarem uma crise global em 2008, os escândalos financeiros mostram isso, símbolo do decréscimo do liberalismo e ascensão do ultraneoliberalismo. O papel das agências de riscos desonestas que dissimulam o balanço financeiro de empresas ou de países, para enganar o próprio cliente. Naturalizando-se ao próprio capitalismo financeiro americano, que sempre usou das zonas cinzas da legalidade para usurpação, pois a maior parte dos estados americanos deve mais do que o próprio produto interno, a dívida pública americana é estratosférica, assim o capitalismo vira sinônimo de fraude e de engano, é uma forma de manter a dominação sob algumas culturas, criando a farsa de lá existir pessoas mais honestas, produtivas do que em países subdesenvolvidos (SOUZA, 2017).

A estrada da corrupção, sobretudo, em democracias mais fortes como a norte-americana, ganhou contornos peculiares, porque deixou de ser tão descarada para percorrer canais mais diáfanos, de forma a construir mecanismos de influência a partir de intermediários levianos, os lobistas. Agora as grandes empresas deixaram de fazer lobby diretamente em seu nome, como todo líder empresarial sabe, segundo o juiz da Suprema Corte Lewis F. Powell Jr.:

poucos elementos da sociedade americana hoje têm tão pouca influência no governo quanto o empresário americano, as corporações ou mesmo seus milhões de acionistas. Se você duvida disso, assuma o papel do 'lobista' pelo lado dos negócios perante uma comissão do Congresso (MOUNK, 2019, p. 111).

O resultado disso foi pujante, à medida que a influência indireta nas grandes corporações explodiu seus ganhos, surgiram lobistas profissionais, cujo desígnio é a persuasão ou convencimento das grandes empresas para que a idiosincrasia de suas atividades não se manifeste meramente no propósito de distanciar o governo, mas sobretudo de trazê-lo para mais perto e assim condicionar as tomadas de decisão no sentido de garantir mais lucratividade, proteger o capital das empresas contra alterações legislativas perniciosas à ampliação de mercados, salvaguardando à hegemonia nos lastros de capital. Para os lobistas, não é crime redigir uma legislação em nome de representantes eleitos, não é crime fazer para esses mesmos representantes pródigas doações de campanha. Logo depois de defenderem os interesses de grandes companhias públicas, durante o mandato, em seguida, assumir um lugar em suas diretorias ao findar as ocupações públicas no parlamento. O direcionamento de práticas enviesadas como sobrevivência política depende de participar disso, como forma de se manter ativo, persuasivos mediatários e simplesmente por fazer o que o sistema exige.

Isso se denomina de “corrupção por dependência”: um sistema que surge como resultado de uma economia baseada no toma lá dá cá de favores políticos, que operam em um nível institucional. O que se traduz por um conjunto de ações que:

Graças à força do dinheiro privado, os poderosos lucram e as políticas públicas pouco são redirecionadas. Incumbidos de traduzir o pensamento popular em políticas públicas, os legisladores, num grau desanimador, viram reféns dos grupos de pressão (MOUNK, 2019, p. 114).

Para Souza (2017), num contexto nacional, a genealogia de corrupção parte da história de que somos desonestos ou de que corre em nossas veias a corrupção endêmica. Isso é um absurdo, porque surge da mentira de que herdamos de Portugal a corrupção. Assim nossa genealogia distorcida é fruto de intelectuais brasileiros, como Florestan Fernandes, Gilberto Freire, Raimundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso, para ludibriar consciências como forma de dominação, tem-se uma pequena elite financeira neoliberal, menos de um por cento, uma classe média em torno de vinte por cento, conservadora politicamente e moralmente.

Para Souza (2016, p.44):

A imprensa apenas reproduz os preconceitos de uma visão de mundo que está incorporada de modo acrítico em jornalistas, professores, juizes, economistas e engenheiros, que aprenderam em todos os cursos de todas as universidades a perceber o Brasil por olhos tão distorcidos. Sem o trabalho prévio dos intelectuais como Buarque, o tema da corrupção apenas do Estado e apenas da esquerda jamais teria tido a penetração e o prestígio que desfrutou e desfruta até hoje.

A classe média que realiza a dominação social em nome da elite. São professores universitários, jornalistas e outros que detém um bloco de poder que domina os oitenta por cento. Isso é uma violência material e antes de tudo simbólica, engana e convence tendo toda essa articulação intelectual como amarra do processo de convencimento e domínio, tem uma ideia da realidade brasileira pré-científica que serve apenas para manter o poder da elite econômica neoliberal e frações do poder da classe média, contra os mais pobres, a maioria simbolizada pelos oitenta por cento (SOUZA, 2017).

A esquerda ao chegar ao governo em nosso país tinha a certeza de que bastava um plano mais alternativo, mais inclusivo, pois nunca teve uma reflexão autônoma sobre o Estado, daí ter comprado essa tese absurda do patrimonialismo, por isso não ter defesa suficiente sobre a farsa monumental da lava-jato, inclusive flertou com o próprio inimigo. Não apresentou uma análise sobre a sociedade, deixou o esclarecimento às igrejas,

principalmente as evangélicas, trabalhou com marqueteiros, com a ideia de que as pessoas estavam se tornando classe média por uma noção de renda, com maior poder de compra. Surgiu o ódio aos pobres que passaram a ter mais condições de vida, quando passou de três para oito milhões de estudantes universitários, mexeu-se no bloco de poder entre a elite do dinheiro e a classe média, onde a base do acordo é a propriedade para a elite, enquanto que para a classe média a propriedade do conhecimento. Assim evidenciam-se os dois grandes capitais do capitalismo o econômico e o cultural, quando abre a universidade para os pobres e isso permite que comecem a sonhar com menor desigualdade social. Em função disso, abre-se um pretexto contra as classes precarizadas, pois não tinham um discurso político contra os pobres, porque ninguém quer ser o canalha que vai contra os mais frágeis (SOUZA, 2018).

Surge a retórica de que a imprensa passa a convencer a todos sobre odiar os pobres e principalmente os representantes deles, o Partido dos Trabalhadores, que pode ser traduzido como quem preza pela imoralidade. Agora o Antipetismo vira símbolo de heroísmo, aqueles que lutam a favor da moralidade, contra corrupção. tem-se a ideia de herói moral, com a Lava Jato, com a classe media e com parte dos trabalhadores que saíram às ruas para lutar pelo fim de uma corrupção que não se confirmou, apenas demonstrou a crise estrutural que se justificava pela luta contra falsa corrupção estatal, ficando invisível a corrupção real, a do mercado. Como exemplo de expoentes da moralidade surge a família Bolsonaro, desta forma os super-heróis passam a ser os juízes, procuradores e a polícia. Tudo cercava consciências de que, sob certa medida, qualquer sucesso passava pela meritocracia, pela vontade divina e não por um processo democratizante de divisão de renda, o qual o neoliberalismo meritocrático sabe muito bem manipular (SOUZA, 2018).

Entra em cena a operação Lava Jato com o mais descarado viralatismo, para chantagear politicamente empresas em delações que criminalizem a esquerda ou políticos que não cumpram a agenda corporativa dos órgãos de controle do sistema nefasto. Assim como para, consciente ou inconscientemente, atender a interesses geopolíticos americanos que visam a permanência do Brasil como mero exportador de matéria-prima. Foi o ódio encoberto à classe de desprezados, foco das políticas compensatórias do governo liderado pelo PT, que possibilitou o uso como mero pretexto da corrupção seletiva comandada pela farsa da Lava Jato para derrubar um governo legítimo. A corrupção era apenas fachada para o verdadeiro objetivo das classes médias,

que era interromper o projeto de ascensão social dos mais pobres, para que continuem sendo os escravos do passado, odiados, superexplorados e desprezados.

Para Souza (2017), no âmbito do Estado e da política, o ataque também é frontal e redefine a forma como a política vai ser percebida e exercida a partir de então. Estava na base do contrato social do Estado de bem-estar a ideia distributivista de que uma estrutura de impostos, na qual quem ganha mais, também paga mais, seria a base financeira que possibilitaria uma sociedade afluyente e igualitária. Mas as coisas mudaram a partir do momento em que a dominância crescente do capitalismo financeiro ganha terreno, todo o esquema do Estado fiscal cai por terra. Os novos capitalistas financeiros passam a ter um poder de chantagear a política e o Estado. Um fundo de investimento pode retirar investimentos bilionários em um país e aplicá-los em outro. O poder de barganha aumenta a tal ponto que os ricos podem se dar ao luxo de quebrar o pacto democrático de que quem ganha mais tem também de pagar mais impostos. Os ricos passam a pagar muito pouco ou deixam simplesmente de pagar impostos por mecanismos legais e ilegais de evasão de renda. Assim, o Estado impossibilitado de forçar o pagamento de tributo dos mais ricos, em um contexto de extraordinária concentração de renda nas mãos de poucos, o puro ultraneoliberalismo. Nesse sentido, passa a existir a necessidade de pedir emprestado aquilo que não se pode mais exigir (Souza, 2017).

Em outras palavras, enquanto que a lava Jato se vangloria de recuperar a merreca de R\$ 1 bilhão. O Estado passa por uma transformação:

A passagem do Estado fiscal para o Estado devedor é marcada por esse fato basilar. O Estado precisa se financiar com o resultado do trabalho coletivo. Esse resultado, a riqueza social, por sua vez, passa a estar concentrada no 1% mais rico que não paga mais imposto, seja porque compra os políticos para não passar leis nesse sentido – caso da CPMF no Brasil, por exemplo –, seja pela evasão fiscal ilegal. No caso brasileiro, estima-se a evasão fiscal em US\$ 520 bilhões. “Corrupção real”, está muito maior que toda a corrupção apenas da “política”, que não é vista como tal pela população midiaticamente manipulada (SOUZA, 2017, p.93).

Evidencia-se o absurdo de que os ricos ficam, cada vez mais ricos, deixam de pagar imposto por métodos “legais” e ilegais, o Estado tem agora que pedir emprestado o que lhe era devido por direito. Como quem tem dinheiro são os plutocratas, os bancos e os fundos de investimento do capital financeiro, o Estado tem que pedir emprestado a eles o que eles não pagam mais em imposto. O Estado, em nome de toda a sociedade, tem que pedir aos ricos o que eles pagavam em impostos devidos, agora sob a forma de

empréstimo, e pagar, ainda por cima, juros que, no caso brasileiro, são estratosféricos. A taxa de juros reais no Brasil é a maior do mundo para remunerar precisamente o 1% mais rico que, no nosso caso, deixa literalmente de pagar imposto. O orçamento estatal, agora pago pela classe média e pelos pobres em sua maior parte, deixa de ser usado em serviços essenciais, para pagar de volta aos ricos o que eles deveriam ter pagado como todos os outros cidadãos (SOUZA, 2017).

### 1.5 A Mídia A Serviço De Interesses Elitistas

A população passa a partir da dissipação da internet e suas respectivas mídias sociais a acompanhar de forma mais próxima a realidade social e política. Desta forma, as redes sociais fortaleceram o processo de desconfiança dos representados frente aos representantes. A rede tornou público o que sempre foi ocultado pelos políticos. A vida dos políticos, suas escolhas e seus financiadores se tornaram objeto de debate público:

Uma última mudança dominou o mundo no breve período de algumas décadas. Até recentemente, os meios de comunicação permaneciam domínio exclusivo das elites políticas e econômicas. Os custos associados a imprimir um jornal, dirigir uma estação de rádio ou operar uma rede de TV eram proibitivos para a maioria dos cidadãos. Isso permitiu ao establishment político marginalizar as opiniões extremas. A política permaneceu relativamente consensual. No decorrer do último quarto de século, por outro lado, o veloz crescimento da internet e, em especial, das mídias sociais desequilibrou a balança do poder entre insiders e outsiders políticos. Hoje, qualquer cidadão é capaz de viralizar uma informação para milhões de pessoas a grande velocidade. (MOUNK, 2019, p. 176).

O abalo sobre as estruturas sociais, em todos os sentidos, ataca diretamente o universo político a partir do fato de que as mídias sociais criaram uma dinâmica alternativa para o sistema midiático, ao mesmo tempo conecta massivamente e dialogicamente os indivíduos, sem intermédio dos meios de comunicação convencional, rádio e televisão. O que de fato se tornou incomum para a realidade histórica da humanidade (WELLMAN; HAYTHORNTHWAITE, 2002).

A proximidade entre as mídias sociais e as alternativas políticas extremistas têm uma estreita relação com uso das tecnologias para a comunicação política, forjando desinformação e informação, fakenews, num universo de códigos influenciadores de opinião (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017).

Todavia, as Tecnologias da Informação e comunicação (TIC) favorecem a organização de manifestações populares que sob certos aspectos são símbolos alternativos de resistência e demonstram clara ameaça à ordem estabelecida, de forma a oportunizar um espaço para os descontentes expressarem a insatisfação, os abusos de poder e até a endêmica corrupção, muitas vezes entranhada nos lobbies poderosos. Ao fomentar o diálogo popular no universo virtual e diminuir a mediação feita pela mídia convencional, ampliam-se dois tirocínios. O primeiro, reflete sobre a criação de novas alternativas para contestação da hegemonia comunicativa, ao mesmo tempo que simboliza tanto intimidação quanto ensejo ao exercício da democracia. (VOLK, 2017).

[...] avanço da internet e das mídias sociais transformou substancialmente as condições estruturais da comunicação: a promessa de longa data da comunicação um-para-muitos foi democratizada. A ascensão da comunicação muitos-para-muitos facilitou que informações virais corressem o mundo. Em consequência, os guardiões tradicionais perderam boa parte de seu poder. Pessoas comuns com talento para produzir conteúdos cativantes podem atingir milhões de pessoas regularmente. [...] É impossível entender a política atual sem entender a natureza transformadora da internet. (MOUNK, 2019, p. 201).

A luta pelo poder nas sociedades de democracia neoliberal passa pela disputa por espaços através de diferentes estratégias num mundo digital, no qual prevalece a política midiática, a política do escândalo e a autonomia comunicativa dos cidadãos. Esse processo, desdobra-se, sobremaneira, a ligar-se e a se caracterizar por meio de fenômenos antitéticos essencialmente virtuais, atuando no mundo real. Se não há expressão política na mídia convencional é como se não existisse. A política que não é midiática não tem força, é informacional, porque depende da capacidade de manipular por meio da informação de qualquer tipo. Há um viés dicotômico no qual se apela tanto ao mundo da mídia convencional para maior visibilidade em todas as classes para toda a sociedade e, ao mesmo tempo, na prática, só existe a política que se manifesta no espaço virtual. É como se só existisse com mais intensidade nos discursos de mídias sociais, no qual o espaço real do debate se constrói no virtual, mas manipulado por influenciadores a mando do dinheiro. Com isso, a virtualização da informação e da interconexão das mensagens criaram um universo midiático que inexoravelmente, e ao mesmo tempo tornam o indivíduo imerso nesse novo paradigma de discussões, para os quais a política, assim como outras modalidades do discurso ganham vida. Tem um efeito direto sobre as formas de expressão baseados na personalização dos atores políticos. Na política midiática, mensagens que formam opinião devem ser extremamente simples e

impactantes. Por isso a importância da imagem, que por ter como idiosincrasia a capacidade de ser sintética é logicamente convertida em um rosto humano, num processo em que os indivíduos se projetam a partir de uma relação de identificação que gera confiança. Porque a política é fundamentalmente emocional, marca um impacto, cuja impressão vira opinião. Destarte, confirma-se ou se desmente na elaboração do debate contínuo que acontece nas redes sociais e modela a autocomunicação de massa, capacidade de cada pessoa ter seu próprio espaço dentro do virtual para criar as próprias redes, para controlar o fluxo de mensagens (CASTELLS, 2018).

Em outras palavras a personalização da política ocorre com a personalização dos atores políticos, já que a expressão mais direta é um rosto humano, com o qual se possa criar vínculo de confiança, tendo em vista que é a forma mais confiável de os cidadãos se relacionarem a supostos representantes. Como pano de fundo, a dinâmica principal oculta meandros que passam pela construção de uma mensagem simples e facilmente debatível. Nesse contexto, a luta política se personifica na destruição da confiança através da mácula moral da imagem de quem se coloca como líder. Manifesta-se a política do escândalo, prática de inserção de negatividade à imagem da pessoa a quem se deseja destruir, a fim de eliminar o vínculo de confiança com os cidadãos. Surgem os operadores políticos profissionais para buscarem materiais prejudiciais para determinados líderes políticos, manipulando-os e até fabricando-os para aumentar o efeito deletério. Para garantir um arsenal de insidias, acumulam-se materiais para colocar em jogo a todo instante a política escandalosa, que no final das contas faz desaparecer o essencial, o debate. E, assim se constrói a deslegitimação da política, porque incita o sentimento de desconfiança e reprovação moral sobre o conjunto dos políticos e da política, corroborando para a crise de legitimidade. A forma eficaz de luta política não é a imagem física, mas social e as armas são os ataques à credibilidade, à moralidade. Os escândalos atingem primeiro os políticos alvos dos ataques e por conseguinte, em segundo plano, perde-se o efeito do escândalo sobre os políticos para total falta de confiança no sistema, destruição da credibilidade do regime em seu conjunto (CASTELLS, 2018).

Num mundo virtual, todos podem se expressar por meio de mecanismos, cuja autonomia e liberdade são a normativa, os controles e censuras tradicionais se desativam, as dissipações de mensagens de cunho verídico ou falso se confundem. Nesse momento, os bots, códigos multiplicadores de mensagens, conhecidos por robôs, multiplicam e difundem imagens e frases aos milhares, criando a mítica da pós-verdade, da qual a comunicação tradicional acaba participando, transforma a incerteza na única

verdade confiável. Num estado de suspeição incomensurável no qual prevalece o mistério e nada é confiável. Pois cada um tem a própria convicção, compondo-se um emaranhado de informação e desinformação como característica basilar, onde a minha verdade prevalece, assim como a de cada um. A fragmentação da mensagem e a ambiguidade da comunicação remetem ao termo fakenews e por ele postulam estratégias de destruição da confiabilidade, por sua vez, da legitimidade (CASTELLS, 2018).

[...] precisamos aprender a resistir ao impacto transformativo da internet e das mídias sociais. Com a disseminação dos discursos de ódio e das fakenews, muitos já pedem que as empresas de mídias — ou os governos — atuem como censores. Há muitas medidas sensatas que o Facebook e o Twitter podem tomar para dificultar a exploração de suas plataformas pelos grupos de ódio. Mas, se os governos ou os executivos começassem a determinar quem poderia dizer o quê na internet, a liberdade de expressão rapidamente acabaria. A fim de tornar a era digital segura para a democracia, precisamos ser capazes de exercer influência não apenas sobre quais mensagens são difundidas nas mídias sociais, mas também sobre como tendem a ser recebidas.. (MOUNK, 2019, p. 34).

O tipo de política midiática se torna essencial e comumente exige um alto custo emocional e, sobretudo, financeiro, tendo em vista que os cidadãos não compactuam com o financiamento do sistema político tradicional, não estão dispostos a pagar por um sistema deslegitimado, no qual vige a corrupção. Com isso, os acordos sorrateiros são naturalizados para que a roda da politicagem continue a girar. Desta forma, tomam forma novas alternativas de gerir a sociedade.

Nesse sentido, para compreender o processo que criou Bolsonaro passa pelo sistema de mídias tradicionais e virtuais. A imprensa brasileira é venal, como uma doença mortal para democracia brasileira, isso tem a ver com o fato de que no mundo moderno, ou seja, nos últimos duzentos anos, a imprensa foi e é o instrumento transformador para democracia de massa, porque se tinha argumentos sendo explicitados na esfera pública, tudo era mediado pela imprensa. Ninguém produz informação, em seu âmago como instrumento da democracia. Está ideia de pluralidade de informações, contrapontos ou embate de opiniões. E é exatamente isso que não temos na grande imprensa, ninguém nunca viu pluralidade de informação ou opinião em nenhuma mídia de grande porte. Não é uma imprensa pública, mas uma imprensa que representa o capital. Finge ser um mediador neutro de moralidade, ocultando a realidade para o público. De modo geral, de 2013 em diante no país, as distorções foram tamanhas com ataques distorcidos à democracia. Ela funciona quase como um partido político que procura acirrar os ânimos de forma a dissuadir o ódio de classe, com ataque dirigido à democracia. O que

aconteceu de 2013 a 2016 foi uma demonização à igualdade ou aos representantes da igualdade social, com ataques diretos com pílulas douradas de veneno durante todas as programações das diversas mídias. Aprofundando uma agenda a favor dos interesses de quem os sustenta, no caso, o mercado financeiro. Jogando uma cortina de fumaça para a corrupção apenas da política. Não que seja errado, mas é uma gota do oceano com o real assalto da elite da rapina, na forma de dívida pública, juros escorchantes. Ou seja, a sonegação de impostos que é absurda é invisibilizada pela mídia que além de também sonegar, também lucra com isso. Assim, pode-se dizer que ela não informa, mas idiotiza o próprio público manipulando-os e funcionando como um partido político (SOUZA, 2017).

A internet passa a movimentar e pavimentar inúmeros processos que teoricamente se iniciam em junho de 2013 e impactam diversos momentos até o bolsonarismo, com a discussão da pluralidade, do antifascismo, do racismo. Pois o que se evidencia nesse período é que não existe consenso sobre o que ocorreu em 2013. Há duas ordens de pensamento que podem configurar caminhos diferentes para se analisar o mesmo fato. No primeiro, enxerga-se um movimento com ideais diversos. No segundo, enxerga-se que o extremismo de direita que passa a se instaurar ao mesmo tempo do impeachment de 2016. Tudo isso por duas razões: junho foi um movimento incomum com muitas vozes e movimentos, foi um movimento heterogêneo. Outra razão é que junho de 2013 abriu uma conjuntura, foi um movimento de ruptura com uma nova centralidade que existia antes na política brasileira, era uma normalidade marcada pela lógica da governabilidade entre esquerda e direita moderadas aliadas a um bom desempenho econômico, com índices sociais em desenvolvimento. Contudo, houve uma irrupção com uma combinação de fatores como crise econômica, um desgaste popular a questões políticas, gastos perdulários com a copa do mundo em geral e sucateamento do serviço público. Surgiram greves e reivindicações sociais de vários matizes, desde tarifa zero no ônibus, pautaram-se questões de moradia, de trabalho e de previdência com suporte sindical. Tudo isso cria uma ebulição social naquele momento, por isso abre-se uma nova conjuntura. Destarte, coisas que não eram da normalidade passam a fazer parte de novos discursos como “meu partido é meu país ou o gigante acordou”. Nesse contexto, mudou a relação da população com os três poderes. Foi um momento muito intenso e depois disso surge também o discurso de reforma política (FERNANDES, 2019).

Por conta da heterogeneidade e da nova conjuntura surgem outros elementos para analisar, porque torna o conceito científico e político muito mais difícil de se definir. São momentos diversos desde parte de uma organização social organizada, com luta da tarifa

para estudantes, luta por moradia, gritos de exclusão social, gritos por representação, a influência das mídias sociais, para demonstrar o que a grande imprensa não estava mostrando ou o que estava desvirtuando. Nesse instante, a repressão policial se desvela. Assim, Estados como São Paulo e Rio de Janeiro são símbolo dos movimentos. Mas ele se espalhou por quase todo país. Há um movimento de massificação por conta da repressão policial e junho ganha outra face. Surge um processo de solidariedade de pessoas que nunca haviam se engajado em pautas políticas ou sociais, em especial as questões das tarifas ou reivindicações de esquerda. Mas que naquele momento foram às ruas ou mobilizaram pessoas pelas mídias sociais. O que acontece é que surge um variado número de pautas, como exemplo não são os vinte centavos. São multidões de pessoas que aparecem para dar suporte aos movimentos. Foram vozes desorganizadas e destoantes como falar de Brasil perdulário, mais saúde, mais educação, mais segurança, menos corrupção. Há um complexo e distinto fenômeno em que uma parte das pessoas que estão nos movimentos não querem que algumas pautas os representem, sobretudo a questões de “liderança” e a “partidos”. São inúmeros movimentos que repercutem discursos diversos com reivindicações. Em suma, o momento após o rebuliço das manifestações perdeu força na mesma proporção que as pautas, com esvaziamento dos discursos, a direita que faz parte do establishment, aproveita para subverter retóricas, alterando nomes, polemizam questões viscerais para sociedade como a moralidade e a corrupção, oferecem uma voz para desigualdade social, surge a despolitização política, como pautas esvaziadas e ideologias distorcidas para criar uma armadilha para esquerda, propagando ideias para reforçar a voz da extrema direita e ampliar seus reflexos nas redes virtuais, com tom de modernidade e cinismo controlam consciências conforme o interesses privados como negar os problemas climáticos para destruir florestas, por exemplo. Outra questão perigosa tem a ver com a ideia de que somos a rede social, que na verdade é um amalgama de verdades que se digladiam, porque nesse universo, cada qual tem a sua verdade. Criando uma contínua conjuntura que permanece soando e reverberando até hoje (FERNANDES, 2019).

O que a mídia sabe fazer com excelência é vaziar informações do judiciário com interesses privados e comprados, destruindo o princípio do procedimento jurídico, que é basilar a própria democracia. O liberalismo político entra em jogo, justamente porque nada pode estar acima da lei. O vazamento de informações sigilosas para manipular a população e construir partidários do ódio à pobreza e à igualdade de classe são criminosos. A lei do mais forte não pode se criar numa sociedade liberal, na qual a lei está

acima de todos. Atacar os direitos individuais jurídicos, criminalizando publicamente um partido, que representa mais igualdade social, embora suas mazelas. Atacam desde a presunção de inocência sem indícios, confirmando o ataque descarado à democracia com vazamentos de interesse político. A banalização dos direitos liberais foram perpetrados durante três anos seguidos pela grande imprensa, cujo comando da grande mídia, sobretudo da rede globo em associação com a quadrilha de criminosos chamada de Lava Jato. As manifestações dos partidários bolsonaristas como demonstração de força e apoio ao presidente são plenos ataques à democracia liberal, porque suscitam ojeriza ao sistema democrático, em especial ao judiciário e ao legislativo. Com discurso de fechamento do congresso, não só na presença do presidente Bolsonaro bem como apoiado por ele. O que de fato implica em um ataque direto e afronta à democracia brasileira. Instauram-se ataques de mínima convivência ao direito de livre expressão daqueles que são contrários ao pensamento de direita, sem falar no ódio de classe que é mascarado. Nesse bojo, cabe a liberação para o uso indiscriminado de armas para o efetivo ódio ao pobre, que pode ser morto. Isso é de fácil reflexão, já que as armas são caras e os pobres não terão acesso. Para tanto, são criadas milícias com objetivo de atacar a classe pobre, em especial o negro. Ao mesmo tempo, surge uma política de indiferença aos negros e pobres como símbolo de exclusão na forma de dificultar o acesso à educação, em especial ao acesso à universidade. Isso para demonstrar o repúdio a uma das principais bandeiras da igualdade social o direito a educação e uma vida mais digna (Souza, 2017).

Por trás, de todo esse processo não aparece a realidade da exclusão, que está mascarada na moralidade. Como apoiar uma farsa de moralidade centrada no discurso de um presidente protofascista, violento, homofóbico, xenófobo e pleno de ódio às minorias que não o apoiam. A imprensa, por sua vez, apenas informa, sem esclarecer ao público o que isso significa e quais são as consequências trágicas a que isso leva. Ou seja, mais uma vez, a mídia tradicional, mendaciosa e vendida está contribuindo para banalização do direito à liberdade, inclusive de viver e de se educar, naturalizando a criminalização dos pobres, neutralizando os efeitos nefastos desse processo como ataque à democracia, que intensamente é estigmatizada como a imagem da corrupção e da idiotização do público. Pois, não há quaisquer reflexões ou debates da realidade, promovendo um desserviço à sociedade em função também de não permitir aprendizado. O que a mídia em geral faz é criminalizar a política, mas principalmente o princípio da igualdade social, o que é mais grave. Vai contra igualdade, porque prevalece a ideia de que querem apenas

roubar no âmbito do espaço público. Destruíram a capacidade de reflexão de um povo, para quebrar opiniões divergentes, para que não houvesse livre alternativa. Sempre foi a venenosa manipulação de uma ideia só, o maior bloqueio a nossa democracia é a nossa imprensa, que além de pautar outras mídias como as sociais, abre espaço para que a raiva e o ressentimento tomem conta, porque o pobre não tem uma representação política para si, sem expressão cria o filho do ódio, Bolsonaro, sem que crie uma racionalização e uma interlocução a que a política tem ou deveria ter como base. (SOUZA, 2017).

## **CAPÍTULO II – A NOVA ALTERNATIVA: O POPULISMO DE DIREITA**

### **2.1 Uma Reflexão Teórica Sobre Populismo**

O argumento contra o populismo parece convincente, pois, ao não dar a necessária atenção ao legado liberal, não pode garantir o respeito das diferenças, os valores e as crenças individuais, como a liberdade de crítica. Porém, a despeito do grande interesse acadêmico, definir o populismo não é uma operação simples, dada a diversidade dos contextos e dos fenômenos políticos em que o conceito tem sido usado, existindo diversas definições que se prestam a várias interpretações, definindo-se populistas experiências políticas distintas, como Bernie Sanders e Donald Trump nos Estados Unidos ou Boris Johnson e Jeremy Corbyn na Inglaterra ou o *Movimento 5 Stelle* e a *Lega* na Itália, entre outros. Segundo Tormey, isto se deve às origens do conceito de populismo na ciência política, com a predominância de pesquisas comparativas e historicistas, tornando-se dominante uma abordagem mais interessada nos traços que nos propósitos, sugerindo, assim “que o que une pessoas tão diversas como Trump, Farage e Tsipras é mais importante do que aquilo que os divide” (TORMEY, 2019, p. 55)

Recentemente, criou-se, um consenso na academia sobre o caráter camaleônico do populismo contemporâneo, apresentando uma natureza proteiforme que dificulta comparações. Sendo uma abordagem mais interessada em descrever traços que em definir conceptualmente o “populismo”, corre-se o perigo de não dar conta da heterogeneidade do recente fenômeno. Neste sentido, acredita-se que para refletir sobre o populismo contemporâneo é importante ter em conta o caráter transformador, que dificulta comparações. Assim, apesar de existir importantes pesquisas no campo comparativo que buscam identificar, qualificar e classificar movimentos, partidos e líderes populistas em diferentes

contextos geográficos, acredita-se não dar conta da heterogeneidade do recente fenômeno (TORMEY, 2019).

Desta forma, em vez de identificar o populismo como um tipo de ator político, ideologia ou programa político, escolhe-se aqui identificar o fenômeno como uma construção discursiva ou um estilo de comunicação que tem a função, em momentos de crise, de condensar e articular uma variedade de reivindicações da sociedade civil que permaneceram sem resposta por parte dos governantes, articulando o espaço político na dicotomia entre "nós" e "eles", sendo o pacto antipopular, numa expressão elite versus povo, a precondição da lógica populista (JAGERS, WALGRAVE, 2007).

Ao compreender o populismo como um estilo de conversa, por vezes indiferente ou até mesmo hostil à distinção entre esquerda e direita, no sentido de ser necessário mudar avaliações binárias- um partido é populista ou não, entendendo que, até certo ponto, um partido tem mais características populistas ou menos de ser populista. Assim, o grau de populismo que um determinado ator político emprega pode variar entre contextos e ao longo do tempo, enquanto as características individuais do político populista e as posições ideológicas defendidas são geralmente mais limitadas (DEEGAN, HAUGHTON, 2009, p. 822).

Da mesma forma, o populismo como um conceito discursivo que se constitui, em momentos de crise, a partir da construção simbólica do antagonismo por via da “identificação e nomeação de nós e dos outros”. São práticas de antagonismo político relativamente fluidas e não ideológicas, sendo disponíveis para todos os atores políticos e não apenas para aqueles que são classificados como populistas (embora alguns atores possam usar o discurso populista com mais frequência do que outros). Sob essa perspectiva, o termo populista deve ser entendido para não significar que os sujeitos eram populistas, da maneira que eram sindicalistas ou socialistas, democratas liberais ou republicanos conservadores”, mas que estes sujeitos “empregavam o populismo como um meio flexível de persuasão para redefinir as pessoas e seus adversários (PANIZZA, 2005, p. 4).

[...] portanto, o populismo é um modo de identificação no qual a relação entre sua forma (as pessoas como significante) e seu conteúdo (as pessoas como significado) é dada pelo próprio processo de nomeação, sendo, portanto, um discurso anti-status-quo: faz parte de uma luta pela hegemonia e pelo poder. (PANIZZA, 2005:3).

Em um nível teórico mais abstrato, o trabalho de Laclau (2013); tem sido particularmente influente na definição de “abordagem discursiva”, entendendo a distinção

simbólica entre "nós" e "eles" como o elemento central do discurso populista, contrapondo ao "povo" um inimigo ligado ao poder. Na busca de hegemonia política, nascem palavras de ordem ou imagens, que Laclau chama "significantes vazios", que "condensam em si o significado de todo um campo antagônico", alcançando o maior número possível de pessoas. Mais extensa é a cadeia de equivalência e menor será a ligação entre os significantes vazios e as demandas populares originais, pois ao representar uma cadeia de demandas cada vez maior, o significante populista se torna intensamente mais pobre, despojando de conteúdos particularistas a fim de abarcar demandas sociais heterogêneas. Assim, lembra Laclau, os símbolos populistas tendem sempre a ser vazios, pois ao buscar conferir unidade e coerência a um campo popular diversificado apresentam certa vagueza e imprecisão, pois "a função de representar a relativa universalidade da cadeia prevalece sobre a função de expressar a reivindicação particular que constitui o sustentáculo material dessa função". O populismo não é uma constelação fixa, mas uma série de recursos discursivos, podendo ser entendidos como "significantes flutuantes" que transmitem significados diferentes em diferentes conjunturas políticas (LACLAU, 2013, 153; 176.).

O populismo é um modo de expressão dialética que é empregado de maneira seletiva e estratégica pela direita e esquerda, como pelos liberais e conservadores. De fato, a análise da trajetória semântica do populismo esclarece que existem populismos "de direita", "de esquerda", 'reacionários' e 'progressivos', "inclusivos" e "excludentes", podendo ser a mesma experiência populista de direita em alguns aspectos e de esquerda em outros, reacionária e progressiva e assim por diante. O populismo por si só não se refere a políticas concretas ou agendas programáticas, mas pode ser entendido como uma forma de política que busca mobilizar as pessoas, em nome do "povo", sendo ideologicamente maleável e podendo assumir orientações políticas diferentes. São os elementos ideológicos específicos com os quais o populismo se articula em cada experiência concreta que definem suas orientações políticas (TORMEY, 2019).

O que distingue a fronteira política populista daquela tradicional é a construção transversal do povo em oposição às elites. De fato, o traço mais característico das experiências populistas, lembra Laclau (2013) é sua propensão a dividir a sociedade em dois grupos antagônicos, de um lado o povo e do outro as elites. Para os populistas, a categoria "povo" é o elemento central da cena política e quando suas necessidades e seus interesses não são representados por aqueles que governam, se torna necessária a confrontação política. Neste sentido, o povo é uma construção política, precária e

contingente. Isso quer dizer que o povo nunca está dado *a priori*; ele necessita ser constituído, podendo assumir diversas conformações discursivo-ideológicas. Não havendo cores pré-definidas, o líder populista deve produzir narrativamente o próprio povo, conferindo-lhe um carácter identitário, criando um “nós” que se reconhece e se identifica como uma coletividade. Assim lembra, Mouffe (2018), o populismo não tem um perfil preestabelecido, podendo aparecer nos lugares mais distintos e com diferentes ideologias, como resultante de uma cadeia de equivalências que conecta demandas diferentes cuja unidade é garantida pela oposição às elites

O ex-presidente da União Europeia Herman Van Rompuy, incentivou a aliança entre partidos de centro-esquerda e de centro-direita para enfrentar a abordagem destrutiva do populismo, que representa o maior perigo para a democracia (MUDE; KALTWASSER, 2013: 16).

Em uma reportagem de capa amplamente divulgada no “The Atlantic”, o jornalista Jonathan Rauch (2016), afirma que o populismo é o nosso problema político mais premente hoje, alertando que o ódio neurótico dos populistas contra a classe política é uma forma de fanatismo. O descontentamento em massa, concluiu, é um vírus que deve ser colocado em quarentena para salvaguardar a democracia.

Em seu relatório mundial de 2018, a Human Rights Watch evidencia o perigo para as democracias do mundo. A ascensão dos movimentos populistas, disse Barack Obama em 2018, ajudou a desencadear um boom global da política de medo, ressentimento e contenção, podendo abrir o caminho para o autoritarismo. Não sendo alarmista, mas fatalista (Baker, 2019).

Na maioria das críticas, o populismo é identificado como uma força política iliberal, atentando, “em nome do povo”, contra a independência dos tribunais, a liberdade de imprensa, de mídia, os direitos civis e as regras eleitorais imparciais (MOUNK, Y; KYLE 2018; MUDDE, C; KALTAWASSER, 2017).

Para Mounk, o populismo contemporâneo ameaça o bem-estar da democracia liberal, entendida como um regime político orientado a facilitar a coexistência pluralista, “equilibrando o ideal nunca totalmente atingível de soberania popular com instituições que consagram o Estado de Direito e os direitos civis, que não podem ser derrubados pela tirania da maioria”. O populismo é democrático, mas é iliberal, pois “busca tanto expressar a frustração do povo como minar as instituições liberais”, sendo necessário proteger o legado liberal para garantir a sobrevivência da democracia, pois “depois que os líderes populistas

destroem os obstáculos liberais que limitam a expressão da vontade popular, fica mais fácil para eles dar as costas ao povo” (MOUNK, 2019: 54).

Para Mudde (2019), embora exista um elemento genuinamente democrático atrás da ascensão do populismo, com o tempo torna-se antidemocrático, pois o populismo por sua natureza é iliberal, buscando minar as instituições e os poderes independentes, limitando as liberdades individuais e cercando a autonomia da imprensa.

O populismo não deve restringir “a vontade do povo”, criticando as noções de pluralismo e, portanto, menosprezando os direitos das minorias, assim como as garantias institucionais que deveriam protegê-los. (MUDDE ; KALTWASSER, 2017. p. 47).

Müller (2019), evidencia que em nome da “vontade do povo”, os partidos populistas “não dão atenção necessária ao pluralismo”, e, conseqüentemente, não percebem as opiniões individuais e as diferenças entre os indivíduos como elementos fundamentais para o funcionamento da democracia moderna. O populismo, assim, seria iliberal pois está em profundo desacordo com a manutenção de instituições que servem para impedir que a vontade popular atropete os direitos individuais e das minorias. Os partidos populistas, ao demarcar as fronteiras do povo em oposição às elites, transformam a política em uma luta existencial entre o povo real e seus inimigos, reivindicando “o monopólio moral da representação”, sendo os únicos sujeitos políticos que teriam legitimidade para representar a vontade popular. Por isto, qualquer populismo tende a ser tornar iliberal, pois, na medida que seu poder aumenta, se esvaziam as instituições que impedem a “tirania da maioria”.

Urbinati (1998) enfatiza que o populismo é uma estratégia para reequilibrar a distribuição do poder político entre grupos sociais estabelecidos e emergentes, e, embora expresse um elemento genuinamente democrático, é, ao longo prazo, desfavorável à vontade popular, pois “não leva a sério o legado liberal”. De fato, para os populistas como a principal tarefa das instituições políticas não é aquela de garantir um sistema de controle e equilíbrio dos poderes, protegendo os direitos civis, como no entendimento liberal, mas aquela de traduzir a vontade da maioria em decisões políticas. Assim, Pappas (2013) ressalta que o populismo, independentemente da posição ideológica defendida, representa uma ameaça para o funcionamento da democracia liberal, porque o populismo prioriza o domínio da maioria sobre as garantias liberais, entendidas como freios e contrapesos institucionais para controlar e limitar o poder; gozo das liberdades individuais; a representação política; os direitos das minorias..

Mounk e Kyle (2018) buscaram comprovar empiricamente o efeito negativo do populismo sobre o funcionamento das instituições democráticas, medindo o “impacto demo-

crático” dos governos populistas anteriores a 2008. Após um grande levantamento de dados, os dois pesquisadores avaliaram, em numerosos países, a qualidade da democracia em geral, o funcionamento dos freios e contrapesos no poder executivo e os instrumentos de participação política. O resultado da pesquisa foi alarmante, concluindo que o populismo - seja da direita ou da esquerda – é um perigo para a democracia, não garantindo as salvaguardas liberais.

Os partidos populistas, após a crise de 2008 passaram a considerar-se a voz daqueles que não possuem voz, como visto no discurso de Donald Trump. Existem vários tipos de populismo no viés da direita ou esquerda, como na Grécia, Espanha, Itália e México. Mesmo sendo um movimento populista democrático, tende a tornar-se iliberal, pois contraria seu principal fundamento, os direitos individuais, assim o populismo responde de forma simples, quando está à frente às questões complexas, e sob qualquer de suas formas nasce da insatisfação e do ressentimento, marcado pela frustração das oportunidades e pela desigualdade crescente.

## 2.2 Criticas Ao Populismo De Direita

Para Mounk (2019) grande parte da energia por trás da ascensão populista é profundamente iliberal, pois em nome do povo, não garantem os direitos individuais, mas a tirania da maioria, sem consentir os direitos das minorias:

Nos meses subsequentes aos protestos, quando populistas autoritários arrebatavam os holofotes por toda a Europa e os Estados Unidos elegiam Donald Trump, minhas experiências naquela noite gelada não paravam de me voltar à mente. A energia raivosa que insuflava esses movimentos fora vista em tamanha proporção nas ruas de Dresden que não pude deixar de interpretar os acontecimentos de 2016 e 2017 à luz do que presenciei ali: o ódio aos imigrantes e às minorias étnicas; a desconfiança da imprensa e a disseminação de fake news; a convicção de que a maioria silenciosa finalmente encontrara sua voz; e, talvez mais do que qualquer outra coisa, o anseio por alguém que falasse em nome do povo (MOUNK, 2019, p.48).

Ainda prossegue o desrespeito ao ser humano:

[ ]... os populistas normalmente expressam a voz do povo de maneira genuína. Mas deixam de apreciar — ou de mencionar — como grande parte da energia por trás da ascensão populista é profundamente iliberal: quando manifestantes em Dresden escreveram que “Maomé não é bem-vindo” ou cantaram “Nós somos o povo”, representaram um desafio mais fundamental ao respeito pelos direitos humanos [ ]... (MOUNK, 2019, p.48).

Além disso, apresentam respostas simplistas a questões complexas: a crise econômica no Ocidente é resultado de múltiplos desdobramentos, por exemplo, ascensão econômica da China e da Índia; a globalização; a automação; o crescimento da economia financeira. A resposta dos líderes populistas soa surpreendentemente parecidas, acusam as elites políticas de serem corruptas, garantindo os interesses de seus financiadores e esquecendo os interesses de seus representados:

Donald Trump, por outro lado, tem um longo histórico de engambelar as pessoas, dos alunos da “Universidade Trump” aos inúmeros empreiteiros contratados por ele que jamais receberam pelos serviços prestados. A maior parte das políticas que ele defendeu nunca funcionaria. Ele se cacifou com a raiva do público em relação à imigração, prometendo construir um muro na fronteira com o México. E se cacifou com a angústia das cidades industriais decadentes, prometendo elevar as tarifas das importações chinesas. Os especialistas não pararam de repetir que o muro com o México não deteria a vasta maioria dos imigrantes ilegais, que simplesmente continuam no país após o visto expirar, e que uma guerra comercial com a China não traria de volta a vasta maioria dos empregos na manufatura, uma vez que eles haviam sido perdidos para robôs, não para a competição internacional. E mesmo assim milhões de eleitores viram a simplicidade das propostas de Trump como uma marca de sua autenticidade e determinação, e a complexidade das propostas de Clinton como uma marca de sua insinceridade e indiferença. É precisamente por isso que soluções fáceis, superficiais, ocupam o coração do apelo populista. Os eleitores não gostam de pensar que o mundo é complicado. Sem dúvida não gostam de escutar que não há resposta imediata para seus problemas. Diante de políticos que parecem cada vez menos capazes de governar um mundo cada vez mais complexo, muitos estão propensos cada vez mais a votar em quem promete soluções simples. É por isso que os populistas — Narendra Modi, na Índia, Recep Tayyip Erdoğan, na Turquia, Viktor Orbán, na Hungria, Jarosław Kaczyński, na Polônia, Marine Le Pen, na França, Beppe Grillo, na Itália — soam surpreendentemente parecidos entre si, a despeito de suas consideráveis diferenças ideológicas (MOUNK, 2019, p.51).

Outro aspecto que os populistas defendem é o discurso do povo contra elite. No sentido de que o poder deve ser tirado das elites políticas e econômicas para ser entregue nas mãos do povo. A promessa de dar livre expressão à voz popular em oposição a um inimigo (elites econômicas, minorias étnicas, políticos profissionais, jornalistas, judiciário etc.). Em nome da vontade das massas, podem ser violados os direitos das minorias. Tudo passa pela afirmação do líder populista como representante de quem não tem voz (bonapartismo). Como dar poder ao povo? É o líder que se apresenta como porta-voz da maioria, uma relação líder-massa sem filtro da representação (Parlamento).

Os principais problemas políticos do momento, afirmam os populistas, podem ser facilmente resolvidos. Só é preciso bom senso. Se as empresas transferem empregos para o exterior, você deve proibir outros países de vender produtos para o

seu. Se os imigrantes estão invadindo o país, você deve construir um muro. E, se você é atacado por terroristas em nome do islã, deve banir os muçulmanos. Se os políticos comuns estão deixando de tomar essas medidas sensatas, a explicação parece ser igualmente simples. Estão mais preocupados consigo mesmos. Têm o rabo preso com grupos de pressão e minorias étnicas. São politicamente corretos. Incompetentes. Inúteis.

Assim, o que precisa acontecer é óbvio. Para a crise ser resolvida — para os problemas sumirem, para a economia prosperar, para o país se tornar grande (outra vez) —, precisamos apenas que um leal porta-voz do povo assuma o poder, derrote os traidores e implemente soluções sensatas. Esse porta-voz é o populista — e ele não se cansa de repetir isso. Não é de admirar, assim, que o discurso de Trump na Convenção Nacional do Partido Republicano tenha batido inúmeras vezes nessa tecla. “Os grandes negócios, a mídia de elite e doadores gigantes estão por trás da campanha da minha adversária porque eles sabem que ela vai manter esse sistema corrupto que está aí”, disse ele no começo do discurso. “Estão dando um monte de dinheiro pra ela porque eles têm controle total de tudo que ela faz. Ela é a marionete deles, eles puxam as cordinhas.”

Mas as coisas não precisam ser tão ruins assim. “Os problemas que enfrentamos hoje — pobreza e violência no país, guerra e destruição no exterior — vão durar apenas enquanto continuarmos a confiar nesses mesmos políticos que os criaram”, prometeu. Para recomeçar do zero, “uma mudança de liderança se faz necessária”. Essa liderança, garantiu Trump, enfim priorizaria o americano comum: “A diferença mais importante entre nosso plano e o de nossa adversária é que nosso plano vai pôr a América em primeiro lugar. Americanismo, não globalismo, vai ser nosso credo” (MOUNK, 2019, p.60).

No discurso de posse, Trump lembrou que por tempo demais os homens e as mulheres comuns haviam sido esquecidos. Eles não tinham mais voz, mas agora tudo mudaria pois : “EU SOU SUA VOZ”. Assim como Marine Le Pen conduziu sua promessa de campanha presidencial, com o lema “Nós Somos o povo”. Em outras palavras, como ressalta Müller (2016), o líder populista reivindica um “monopólio moral da representação”.

Na tese dominante, o populismo parece ter muito em comum com o autoritarismo e o fascismo. Se existe um argumento, que une os críticos do populismo, é a defesa do pluralismo (garantir a diversidade de opiniões políticas, religiões, morais). Há diferenças de nuances e ênfases, mas, em geral, o consenso é que o populismo é ruim para a democracia, sendo necessário organizar oposição e resistência a ele, pois como lembra Mudde (2019) o populismo pode ser democrático mas é antiliberal.

Até a chegada do novo populismo, as diferenças entre os partidos se resumiam aos valores. Os liberais defendem a liberdade do indivíduo, enquanto a esquerda tende a dar prioridade ao tema da igualdade (direitos sociais) . As urnas decidem quem governa e conseqüentemente o tipo de políticas públicas (menos Estado ou mais Estado). Mas todos os partidos estão comprometidos com o funcionamento da democracia liberal.

A preocupação é que os populistas não respeitem as regras do jogo (liberalismo: direitos individuais, separação dos poderes, representação), pois para eles o que mais

conta é a vontade “do povo”. A tese dos partidos populistas é que o povo precisa reivindicar o poder e a soberania que estão nas mãos das elites.

É por isso que a única maneira de compreender esses movimentos novos é distinguir entre sua natureza e seu efeito provável. Para entender a natureza do populismo, devemos admitir que ele é tanto democrático como iliberal — que ele busca tanto expressar a frustração do povo como minar as instituições liberais. E para compreender seu efeito provável, devemos ter em mente que essas instituições liberais são, a longo prazo, necessárias para a sobrevivência da democracia: depois que os líderes populistas se livram dos obstáculos liberais que impedem a expressão da vontade popular, fica muito fácil para eles dar as costas ao povo (MOUNK, 2019, p.52)

O populismo, então, é antiliberal, porque em nome da vontade do povo, entendida como entidade singular, homogênea, sem diferenças se recusa a reconhecer as opiniões diferentes.

Os defensores do populismo celebraram esses movimentos como um sinal de grande vitalidade de nosso sistema político. “O verdadeiro problema enfrentado pela democracia hoje”, escreve Taylor (2016) em sua elegia “O ímpeto antidemocrático”, não é “o excesso, mas a falta de poder popular”. “Antipopulismo”, normalmente não passa de antidemocracia (FUREDI, 2016).

A desconfiança é que a “vontade geral” se torne “vontade do líder ou partido que entende o que o povo quer”. Esse é o problema com a tese populista da representação. Ela propõe um atalho entre o povo e um líder que sabe intuitivamente o que nós queremos. Como bem coloca Müller (2016), o líder distingue de forma correta o que nós corretamente pensamos e, às vezes, pode pensar a coisa correta um pouquinho antes de nós.

Quando os populistas estão concorrendo ao governo, dirigem sua ira antes de mais nada contra grupos étnicos ou religiosos que não consideram parte do povo “real”. Depois que chegam ao governo, dirigem sua ira cada vez mais contra um segundo alvo: todas as instituições, formais ou informais, que ousam contestar sua reivindicação ao monopólio moral da representação. Nas fases iniciais, a guerra às instituições independentes assume com frequência a forma de incitação à desconfiança, ou mesmo ao puro ódio, contra a liberdade de imprensa (MOUNK, 2019, p.62).

### 2.3 Abertura Para O Populismo De Direita

Nesse capítulo, de forma geral, apresenta-se a ideia de que o populismo não é a causa da crise da democracia liberal, pois já estava nos últimos vinte anos apresentando sinais que indicavam isso em todo o mundo. Em outras palavras, o populismo surge do

resultado da crise da democracia liberal, não como causa, mas como produto de problemas econômicos, políticos e culturais. Nesse sentido, os populistas se apropriam das promessas não cumpridas pelo regime tradicional e arregimentam simpatizantes que se sentem não representados por promessas não cumpridas por ele. Pois a maioria da população, diante dos problemas encontram a voz da esperança no argumento populista como portador da vontade da maioria. O populista se considera representante do povo, com o velho discurso: eu sou a sua voz. No bojo dessa retórica, fica implícita a representação da maioria do povo, que em nome da vontade da maioria pode desrespeitar os direitos das minorias. Isso implica em ser democrático porque atende as maiorias, mas não é liberal porque não garante o direito das minorias. Destarte, em nome da vontade popular não se atende a vontade da diversidade de opiniões, o pluralismo. Tendo em vista que o pensamento do povo deve ser mediado pelo líder, que enxerga apenas a maioria e é o legítimo representante da vontade popular sem o intermédio de políticos desonestos, sem a presença do “parlamento corrupto”. Tornando o líder o único porta-voz legítimo do povo, que tem como uma das características básicas o desrespeito as regras do jogo da democracia liberal como a garantia dos direitos individuais, separação dos poderes, representação política. Desta forma, nada fica acima da vontade da maioria, que logicamente é representada pelo líder, que coloca inclusive a constituição em segundo plano e a liberdade em risco (TORMEY, 2019).

Se antes do novo populismo, a direita e a esquerda entendiam a democracia liberal como valor histórico e universal, garantindo as regras do jogo, defendendo, no caso da esquerda, mais estado e menos mercado, no caso da direita, mais mercado e menos estado. Ao contrário do populismo que em nome da maioria acha legítimo violar as regras, mais vale a vontade da maioria do que o regime de leis, assim justifica-se a violação da vontade das minorias. A título de exemplificação pode se usar uma figura de linguagem para associar populismo como vontade da maioria e democracia liberal como respeito à constituição (TORMEY, 2019).

Sob o olhar da força da vontade popular corrobora com essa ideia as seguintes palavras:

Mas na imaginação dos populistas a vontade do povo não precisa ser mediada, e qualquer compromisso com as minorias é uma forma de corrupção. Nesse sentido, os populistas são profundamente democratas: muito mais fervorosos do que os políticos tradicionais, eles acreditam que o demos deve governar. Mas também são profundamente iliberais: ao contrário dos políticos tradicionais, dizem

abertamente que nem as instituições independentes, nem os direitos individuais devem abafar a voz do povo. (MOUNK, 2019, p.23)

Desta forma líderes popularmente eleitos se permitem cumprir a vontade popular tal qual a interpretam sem garantir aos direitos ou interesses de minorias. Abertamente defendem a democracia, mas o que o diferenciam do regime democrático liberal não é a falta de democracia, mas o desprezo pelos direitos individuais, pelas instituições independentes e pela representação política tradicional. Pouco importa a incivilidade, a intolerância na política, já que o estilo mais agressivo faz parte da estratégia do populismo, em especial de extrema direita, que claramente demonstra ojeriza a minorias étnicas, religiosas e islamistas. Evidenciam nos contornos dos discursos um tom de arrogância e de grosseria ao atacar a diversidade de opinião, o pluralismo e principalmente a oposição (TORMEY, 2019).

O desemprego elevado, a recessão, a insegurança e o colapso social forçam os cidadãos a avaliar os políticos, os partidos ou próprio regime democrático. Os candidatos aos olhos dos eleitores, parecem todos iguais, representando os interesses das elites. Isso reforça o lema de que os representantes estão alinhados aos interesses dos 1% mais ricos e poderosos. O que indica que a recessão e austeridade tirou dos 99% da população o sentimento de confiança e transformou-o em insatisfação e indignação. Abre-se espaço para alternativas políticas de extrema direita, por exemplo. Fenômeno que se respalda na recessão e receptividade à voz de outsiders políticos, que principalmente criticam a política tradicional, responsável pela crise financeira global que minou o consenso hegemônico da democracia, questiona o neoliberalismo com excesso de financeirização virtual dos mercados e forte apelo a globalização para promoção do crescimento econômico. Ficando evidente a desconexão entre os cidadãos e os representantes. Tem-se um descontentamento econômico, político e social fruto do empobrecimento, da alienação social e cultural aos valores das elites (TORMEY, 2019).

O ingente número de cidadãos insatisfeitos com a democracia é um fenômeno que se tornou notório em função das lacunas desse processo para ascensão de populistas no mundo todo, sobretudo, em democracias de grande relevância mundial, como a norte-americana, canceladas com a vitória eleitoral de Donald Trump. De maneira geral, alguns elementos estão associados, num sentido global, com avaliação negativa sobre a democracia liberal, desde a inépcia ou o ceticismo, inclusive a dificuldade de melhorá-la por meio da participação política assim como a preferência por regimes não democráticos (FOA, 2016).

A confiança na política, no poder legislativo ou no poder judiciário desmoronou em todas as democracias para maioria dos cidadãos, tendo em vista o notável descontentamento refletido em pesquisas de opinião, assim como no fraco comparecimento às urnas. À proporção que a identidade ideológica a partidos desvaneceu e a militância declinou, os cidadãos deixaram de apoiar os principais partidos. Ao contrário, passaram a adotar movimentos alternativos, votar para candidatos populistas ou até defender partidos contra o establishment, pois se definem em oposição ao status quo (LINZ ; STEPAN, 1996).

Não é à toa que existe um ataque descarado à defesa do pluralismo, como respeito a peculiaridades, diferenças religiosas, ideológicas, políticas, culturais, que são a principal crítica do populismo e que em teoria reivindica o poder do povo contra soberania das elites econômicas. Coloca-se em cheque as aspirações as quais em nome da vontade da maioria não garantem os direitos das minorias (GALSTON, 2018)

A título de exemplificação, toma-se o caso norte-americano, para entender a crise da democracia liberal e ascensão do populismo de direita. Para tanto, serão apresentados os seguintes argumentos: primeiro, a partir da metade do século XX até o seu final a média de renda das famílias americanas dobrava a cada vinte anos. A medida que o otimismo e a confiança desvaneceram, os cidadãos ficaram, cada vez mais ansiosos, com o futuro, passaram a ver a política como desfavorável, pois todo ganho seria dividido com imigrantes ou minorias étnicas.

Existe uma forte relação entre a chegada ao poder de extremistas de direita como Donald Trump, para uma resposta à crise econômica, política e cultural. A renda média dos americanos chegou ao apogeu em meados de 2000, depois estagnou, mas para piorar o resultado da crise de 2008 não foi dividido igualmente. A perda de renda entre gerações afetou não só a opinião pública em relação ao regime democrático, assim como a expectativa de um futuro melhor. Além disso, a sociedade comumente ficou mais dividida entre debates sobre drogas, aborto, religião, identidade de gênero, opção sexual. Todavia a clivagem recebeu novos elementos com enorme impacto da imigração. Americanos menos escolarizados acreditam que imigrantes competem por vaga de trabalho e com isso contribuem para queda dos salários. Além disso, existe o fato de haver menos espaço de trabalho por conta da concorrência. O que aumenta o índice da taxa de desemprego. Sem contar as inovações tecnológicas que substituem inúmeros trabalhadores por máquinas e ainda a revolução demográfica com a chegada de milhões de imigrantes não brancos. Por sua vez, os nativos americanos passaram a se

considerarem os donos do país e demonstrar rejeição à políticas imigratórias. Associam o aumento da criminalidade a latinos e o terrorismo aos muçulmanos. Isso gerou um senso de insegurança. Maior expectativa de monitoramento de estrangeiros, mesmo que infringisse direitos civis (FOA, 2016)

Por outro lado, a política se torna extremamente polarizada a partir do momento que eleitores escutam e apoiam apenas opiniões com as quais concordam. Destarte, qualquer acordo se torna improvável, assim o partido dominante passa a propor a própria agenda sem se importar com as minorias (GALSTON, 2018).

Acreditava-se que a democracia representativa alcançaria seu ápice e estabilidade com o ingente crescimento econômico e abundante bem-estar social depois da segunda guerra mundial, ainda mais que as alternativas socialistas fracassaram. Todavia o maior inimigo teria sido o próprio regime, quando adota uma agenda neoliberal, que descarta parte do povo. Deixando-o de lado em função do favorecimento dos especuladores do mercado financeiro. Nesse sentido, o problema não passa pelo fato de que o cidadão deixou de ser democrático ou que deixou de simpatizar com a democracia. Como demonstrou a crise financeira, na qual o problema não é o cidadão, mas o sistema que está cada vez mais atrelado aos interesses econômicos e mais distante das demandas voltadas aos interesses da maioria. Tudo passa pelo sentimento de desamparo, juntamente como empobrecimento que cria o ceticismo para com o vigente regime e abre espaço para alternativas extremistas de direita ou esquerda (HARVEY, 2012).

Nesse sentido, cabe salientar:

A frustração com o presente e sobretudo a perda de confiança no futuro afetaram a legitimidade da democracia capitalista, transbordando o sistema político tradicional. A convergência ao centro criou um espaço preenchido por políticos que apostam na polarização radical. A queda do comunismo e a descrença na possibilidade de alternativas à sociedade capitalista favoreceu à ocupação desse espaço por partidos de extrema direita. Nesse contexto, surgiram na superfície grupos antidemocráticos, antes submersos, que não desfrutavam de espaço legítimo para aparecer à luz do dia, mas manifestaram-se também o lado obscuro de muitas pessoas — preconceitos, autoritarismo — que passaram a se sentir autorizadas e incentivadas a “mudar de lado” (SORJ, 2020, p.74)

O populismo ora ou outra reaparece como uma onda que impulsionada ganha força e em seguida enfraquece. A força do nacionalismo amplificou a extrema direita. Contudo, as diversas acepções partidárias apelam comumente aos desígnios populares e qualquer que seja a oposição que toma partido contra o poder da situação. Isso implica numa relativa dificuldade para discernir entre a ideologia populista e a democracia tradicional.

Todavia, de maneira simples é possível compreender a retórica populista a partir do discurso de um regime de representação direta entre o povo e o líder, sem intermediações por meio de partidos políticos ou por meios de comunicação independente. O que o torna muito próximo o autoritarismo, com especial ojeriza à oposição, ao jogo democrático, às liberdades, sobretudo, as de imprensa (MULLER, 2016).

Corroborar-se com esse pensamento:

O nacionalismo xenofóbico, com tons variados de versões nativistas, étnicas, religiosas e raciais, é uma característica constante, assim como os ataques à imprensa independente e às elites intelectuais e artísticas. Saudosistas do passado (do tempo no qual havia “ordem”) defendem valores machistas, autoritários e repressivos. Denunciam o feminismo e o movimento LGBT como responsáveis pela destruição da vida familiar, e as organizações da sociedade civil de promoção dos direitos humanos e do meio ambiente por estarem a serviço de uma agenda que agride a soberania nacional. Temas diversos que a nova direita soube combinar para se apresentar como representante da “ordem”. A nova direita reacionária idealiza o passado, em particular no campo da cultura e dos costumes — quando as “mulheres sabiam seu lugar” e os homossexuais eram marginalizados e maltratados—, fazendo uso de simbologias religiosas. Sobretudo, promove um discurso anti-intelectual e antipluralista que substitui o argumento pela difamação, transformando a política em guerra, em que qualquer oposição é tratada como inimiga a serviço de conspirações que desejam destruir a “nação”, isto é, o que definem como “pátria”, e quem discordar é considerado traidor. O papel das teorias conspiratórias é, principalmente, o de procurar responsáveis externos pelos eventuais problemas que o país sofre e, assim, desviar a atenção das dificuldades reais da sociedade e, em particular, dos erros de seus líderes. A “culpa” é sempre dos outros (SORJ, 2020, p.76).

O traço característico dos regimes populistas de direita têm como base a recusa a garantir eleições regulares, a mínima consideração aos direitos humanos ou à tolerância, a criação de inimigos, a formação de um circuito que procura garantir divisão antagônica entre povo e elite. Tem-se, por exemplo, a Hungria, a Rússia e a Turquia como processos bem-sucedidos de retrocesso democrático e afirmação populista de direita. Assim Estados Unidos e Brasil caminham para uma tendência, cujos mecanismos da democracia são utilizados sutilmente para a morte da própria democracia. As eleições são instrumentos para legitimar a corrosão democrática nas urnas, ampliar caminhos para emergência de outsiders, por meio da anuência do legislativo e do judiciário, destruindo a capacidade de reação da oposição, deslegitimando-a e descaracterizando as regras democráticas para inibir as liberdades civis e fomentar a intolerância a inimigos políticos. A violência se torna fluente através de patriotismo artificial, violência oral com discurso antidemocrático, ataques à imprensa (FOA, 2016).

A Crise de legitimidade da democracia liberal serve de alavanca para a instrumentalização das dinâmicas iliberais, que se aproveitam da desorganização dos partidos políticos, assim como promessas de regeneração política e renovação moral. Alimentam-se do medo dos eleitores que se tornam presas frágeis para líderes fortes, prontos a ajudar os fracos (CROUCH, 2012).

Em nome de forças que se dizem nacionalistas arrastam os desideratos do populismo, que ameaça a política tradicional, afronta o livre comércio, acordos internacionais, liberdade de imprensa, o Estado de Direito, mas principalmente direitos referentes às minorias étnicas e religiosas. Em outras palavras, ataca políticos de oposição, demandas sociais e principalmente políticas econômicas baseadas na flexibilização do mercado, vilipendiam as regulamentações que privilegiam a diversidade, a promoção de políticas imigratórias (GALSTON, 2018).

No cerne do populismo está uma rejeição ao pluralismo. Os populistas comumente afirmam que eles, e somente eles, representam o povo e seus verdadeiros interesses. Podem governar com base em sua reivindicação de representação moral exclusiva: se tiverem poder suficiente, criam um estado autoritário que exclui todos aqueles que não são considerados parte importante do povo (MULLER, 2016).

Na retórica populista, os principais problemas são facilmente solucionados a partir de um argumento leniente ou talvez num sentido até mais pesado o termo correspondente seja, pacóvio. Traduzido também como bom senso populista. Caso algumas empresas tendem a transferir empregos para o exterior, deve-se proibir a comercialização de mercadorias com esses países. Caso, imigrantes estejam invadindo o país, deve-se aplicar severas políticas anti-imigração, como um muro, e também banir totalmente os imigrantes de origem muçulmana. Caso os políticos estão deixando de tomar essas medidas sensatas, significa que estão preocupados com interesses particulares e estão literalmente atrelados a grupos de pressão e de minorias étnicas. São incompetentes e inúteis. Para a nação se tornar grande novamente, importa somente um leal porta-voz do povo, que assuma o poder, derrote os traidores e implemente soluções sensatas. Esse porta-voz é o populista (FOA, 2016).

A metodologia extremista de direita trabalha com os mesmos arcaísmos idiossincráticos a partir da mobilização de sentimentos como medo e frustração. Para tanto, propõem um novo jeito de ver o mundo que catalisa e ordena o caos, ao mesmo tempo, oferta uma superioridade contra inimigos que são responsabilizados pelos problemas vividos, entre eles: os imigrantes, ideologias de gênero, a imprensa, as ONGS,

os socialistas, os opositores atrozes e hereges. Nesse viés inexistem discursos e as mensagens são sobremaneira restritas a imagens que modificam os fatos como cortinas de fumaças e quiméricos algozes, que são justificados para desviar o olhar sobre os reais problemas. A estrutura dessa retórica ressoa num alinhado discurso, entre outras coisas, com setores de igrejas aflitas com abandono do modelo tradicional de família e sexualidade (FOA, 2016)

As correntes que destoam das demandas democráticas não são novas e surgem comumente em períodos de crise política, ficam a espreita de brechas para atrair os descontentamentos, ressentimentos, desesperanças e medos de matizes diversos, desde a perda de renda, insegurança, intolerância étnica e religiosa. Não é atoa a ascensão do populismo, porque sabem muito bem cooptar indivíduos que se sentem desamparados e desvalorizados (MULLER, 2016).

A nova direita congrega em torno de si os mais diversos setores mobilizados pelo sentimento de “desordem” e que aspiram o “retorno da autoridade”. Eles incluem uma variedade de temas: o aumento da criminalidade — real ou percebida — a instabilidade do emprego e o fim do sistema hierárquico em que mulheres, crianças ou negros não eram reconhecidos como iguais e era legítimo fazer comentários machistas, racistas, homofóbicos e antissemitas. A valorização de símbolos nacionais e da autoridade também atrai setores dos aparelhos repressivos (das Forças Armadas e da polícia), com uma cultura baseada na disciplina, na obediência, na subordinação e na “virilidade” e que idealiza uma sociedade funcionando como um grande quartel (SORJ, 2020, p.81).

O discurso político da direita iliberal ataca lentamente às instituições, não se propõe a um golpe de Estado ou a tomada de poder pelo executivo e não se coloca contra a democracia. Aliás, alega-se mais democrático do que qualquer outro regime. Contudo, apelam a ameaças mais diáfanas ou explícitas, contra os opositores, inimigos. Caso algumas expressões e declarações extremistas sejam muito mal recebidas pela opinião pública, são automaticamente descaracterizadas como anedotas. Comumente articulam o discurso de que não foram devidamente interpretadas ou como tendo sido retiradas do contexto. A habilidade de promover o novo normal em um discurso ora machista, ora racista, ora antissemita ou ora xenofóbico. Tudo passa nesse universo a ser tolerável no vocabulário dos apoiadores do regime (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Para tanto, pode ser revisto da seguinte forma:

Existem tempos ordinários, em que as decisões políticas influenciam a vida de milhões de pessoas de muitas maneiras, graves e tênues, mas as características básicas da vida coletiva de um país não estão em risco. A despeito das profundas divergências, os partidários de cada lado na arena política endossam as regras da

disputa. Eles concordam em acertar suas diferenças com base em eleições livres e justas, comprometem-se com as normas básicas do sistema político e aceitam que uma derrota nas urnas legitima a vez de seu adversário político na condução do país. Por conseguinte, os que vivem em tempos ordinários admitem que toda vitória é provisória e que o perdedor numa batalha política pode viver para vencer a guerra. Como está em seu poder transformar o progresso derrotado hoje em justiça postergada para amanhã, veem toda derrota como apenas mais um motivo para redobrar seus esforços de permanecer no caminho da persuasão pacífica. E existem tempos extraordinários, em que os contornos básicos da política e da sociedade estão sendo renegociados. Em períodos assim, as divergências entre partidários de ambos os lados são tão feias e profundas que eles não concordam mais com as regras do jogo. Para obter uma vantagem, os políticos se prontificam a sabotar eleições livres e justas, a escarnecer das normas básicas do sistema político e a difamar seus adversários. Consequentemente, os que vivem em tempos extraordinários começam a encarar os riscos da política como existenciais. Em um sistema cujas regras são seriamente contestadas, eles têm bons motivos para temer que uma vitória nas urnas possa se revelar eterna; que a derrota em uma batalha política venha a despojá-los da capacidade de travar a guerra mais ampla; e que o progresso derrotado hoje acabe pondo o país no caminho de uma perene injustiça (MOUNK, 2019, p.35-36).

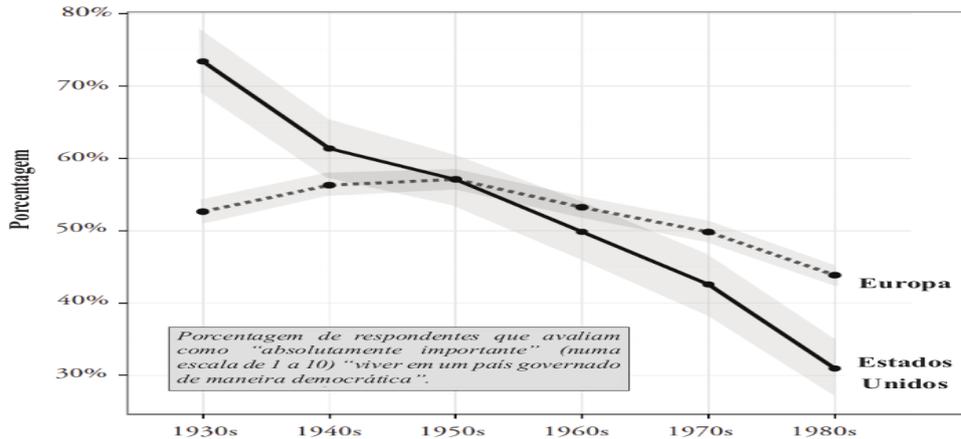
Os opositores são tidos não como adversários, mas como inimigos a destruir. A perseguição constante e a rejeição a qualquer convivência inexistente, porque impera sempre o clima de belicosidade, numa atmosfera de medo e insegurança para exaltar a icônica imagem de um líder protetor, com poderes totais em defesa da nação e pouco submetidos aos mecanismos democráticos para frear ou contrabalancear os poderes (MULLER, 2016).

A política do populismo de direita passa pela disseminação de informações deletérias à credibilidade das instituições, ao ataque deliberado à harmonia entre os poderes e a autonomia do Poder Judiciário; à liberdade de expressão, sobretudo a liberdade de imprensa. No bojo desse processo, o escopo é o desmantelamento dos mecanismos de controle do Poder Executivo, como o Judiciário, a imprensa e a sociedade civil, de maneira que nada esteja no caminho de um líder leal à voz popular, nem mesmo a própria constituição.(FOA, 2016).

Algumas circunstâncias indicam que a visão positiva dos valores liberais não têm a mesma força como outrora e que a legitimidade do regime democrático liberal, difere da legitimidade de governo. Isso implica o quanto os cidadãos estão inclinados à defesa da democracia, dos direitos civis, de alternativas autoritárias, de um regime militar.

Tabela 2: É “fundamental” viver em um país governado de maneira democrática, por coorte de idade (década de nascimento)<sup>1</sup>

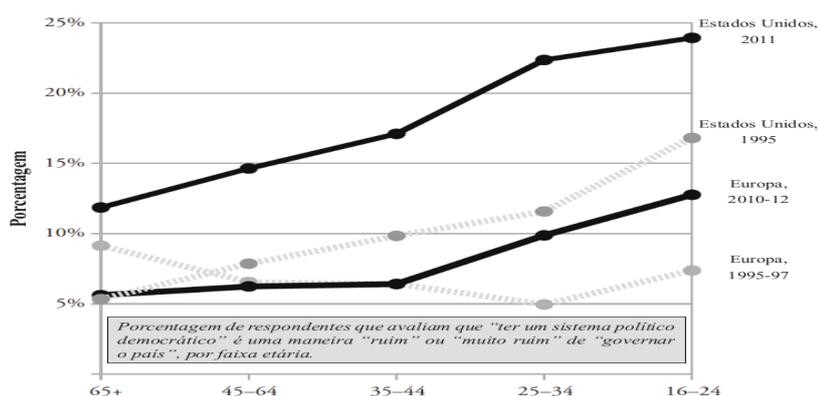
<sup>1</sup> Fonte: World Values Surveys, rodadas 5 e 6 (2005-2014). Dados extraídos dos Estados-membros da UE. Respostas válidas: Estados Unidos, 3.398; União Europeia, 25.789. Faixa cinza delimita um intervalo de confiança de 95%.



resultado da pesquisa indica que os cidadãos se tornaram mais críticos em relação aos políticos, mais cínicos quanto ao valor da democracia, mais incapazes de influenciar políticas públicas, mais abertos a alternativas iliberais ou autoritárias (MOUNK, 2019).

Para melhor compreensão do compromisso ao regime democrático, ao menos em hipótese, tudo passa pelo estudo das concepções das pessoas sobre a democracia e o envolvimento com ela. Isso tem a ver com apoio a eleições livres, a proteção de direitos, liberdades civis essenciais para se produzir mudança política garantindo o direito de todos, nesse sentido, a palavra todos têm acepção equivalente à maioria e à minoria, o que evidentemente o diferencia do regime populista de direita, no qual prevalece a vontade da maioria acima de qualquer fundamento, inclusive da lei (FOA, 2016).

Tabela 3: "Ter um sistema político-democrático" é uma maneira "ruim" ou "muito ruim" de "governar o país"<sup>2</sup>

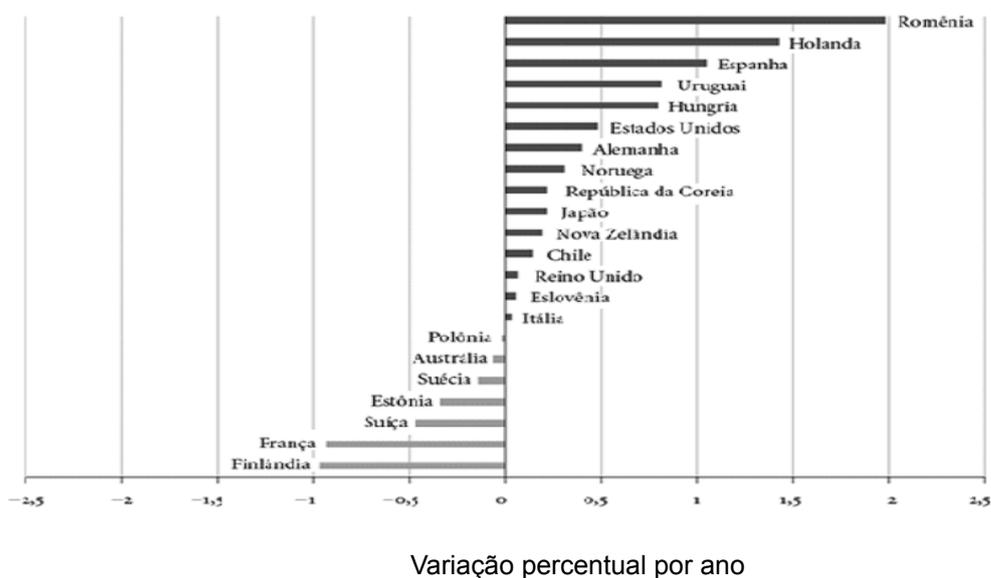


Faixa etária

<sup>2</sup> Fonte: World Values Surveys, rodadas 3 a 6 (1995-2014). Dados para a Europa incluem uma amostra nacional constante em todas as rodadas: Alemanha, Suécia, Espanha, Países Baixos, Romênia, Polônia e Reino Unido. Respostas válidas: Estados Unidos, 1995: 1.452; Estados Unidos, 2011: 2.164; Europa, 1995-97: 6.052; Europa, 2010-12: 8.197.

Evidencia-se que as inclinações em direção à democracia liberal não diferem radicalmente entre as várias gerações. Mas um conceito liberal de democracia é menos enraizado entre os millennials (nascidos após 1980) do que entre seus pais baby boomers (nascidos nas primeiras duas décadas após a Segunda Guerra Mundial). Como dito anteriormente a justificativa para que a geração dos millennials tenha como ideia de um regime autoritário como menos negativo do que os cidadãos de mais idade tem a ver com fato de não terem vivido em outro regime. Isso pode ser conjecturado ao menos em hipótese, pois os mais velhos já conheceram regimes autoritários e em grande medida conhecem os pontos negativos de perder a liberdade.

Tabela 4: Apoio a um líder autoritário no mundo<sup>3</sup>



Em 1995, 1 em cada 16 americanos dizia ser a favor de um governo militar. Todavia os dados foram preocupantes. Em 2011, os números subiram para 1 em cada 6 americanos. Isso significa que a quantidade de pessoas que apoiam um governo militar é hoje quase tão grande nos Estados Unidos quanto nos países com história turbulenta de relações entre civis e militares, como a Argélia (MOUNK, 2019, p.18).

Os dados da pesquisa são preocupantes, todavia, quando se leva em conta se os principais atores políticos estão dispostos a aderir às regras básicas do jogo democrático na maior parte do tempo, porque caso a resposta seja negativa, pode-se colocar em risco questões viscerais para democracia liberal a começar pelos direitos individuais.

<sup>3</sup> Fonte: World Values Surveys, (2017-2018). Variação percentual por ano no mundo entre entrevistados que acha que ter um líder político forte, que não precise se incomodar com o parlamento ou eleições é bom ou muito bom.

Atualmente as democracias seguem, quando em rota de recrudescimento, caminhos diferentes dos quais se vira no século XX, cujos tanques, aviões, bombas, fuzis, soldados, generais tomavam o poder à base da força. De 1920 até meados de do século XXI, três em cada quatro democracias, nesse contexto, diluíam-se na forma de golpe militar. Por isso que, ainda, permanece no imaginário do senso comum a ideia de derrocada das democracias nas tomadas de poder nas mãos de militares com tanques de guerra às ruas. Pelo contrário, o processo se tornou extremamente diáfano, de forma que grande parte da população não perceba. Candidatos a autocratas criam força no regime democrático tradicional, a partir de atores fundamentais da democracia, presidentes ou primeiro-ministros legitimamente eleitos, que se utilizam de instrumentos legais para subverter as instituições democráticas. Normalmente, depois do final da guerra fria, para consolidar o poder se utilizam mecanismos como eleições, plebiscitos, referendos. Incham o congresso de cupinchas, assim como os tribunais constitucionais. Concretamente, pode-se perceber atitudes comuns como a utilização de decisões judiciais para legitimarem os próprios governos. Isso foi o que ocorreu a governos de Putin (Rússia), Órban (Hungria), Erdogan (Turquia) e outros. E assim, tornou-os tão perigosos porque se ocultou em uma falsa democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Os cidadãos não percebem que estão perdendo a democracia, porque as coisas parecem normais, sem golpe de Estado, apoderamento do palácio presidencial, constituição suspensa. Ao mesmo tempo não aparecem tanques de guerra nas ruas, existem eleições, a constituição ainda parece viva. Por trás, da realidade tem um processo de subversão sutil e lento. A manipulação das instituições é incremental e contínua. Como ocorreu a Turquia de Erdogan, que chegou ao poder em 2002 e somente em meados de 2007 estabeleceram o diáfano ataque às instituições. Em outros países como a Venezuela de Chaves demorou entre sete ou oito anos para que a democracia venezuelana retrocedesse, evidenciando um processo novo e comum a inúmeras democracias, que passa a retroceder a partir das eleições e não por meio de soldados (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Para evitar que isso ocorra é necessário identificar mecanismos para proteger a democracia. A ideia principal é evitar que autoritários sejam eleitos. O que justifica em defini-los enquanto candidatos e não como agentes públicos eleitos. Para tanto utilizam pelo menos quatro elementos que denunciam explicitamente candidatos à autocracia, ou pelo menos, com características para tal:

Primeiro, rejeição às regras do jogo democrático, cujo fundamento principal é destruir opositores, já que todos são tratados, em vez de adversários, como inimigos. Não aceitação de derrota;

Segundo, tolerância ou incentivo à violência. Nesse sentido, há sérias intolerâncias às minorias e conivência, sobretudo, à violência de partidários a inimigos opositores, inclusive com a negligência das ações policiais.

Terceiro, negação da legitimidade de rivais partidários que são tratados de forma a negá-los, oprimi-los, mas principalmente macular a imagem por meio de conteúdo negativo, destruindo a moral dos opositores políticos;

Quarto, um explícito desiderato de restringir a liberdade civil dos inimigos opositores, por meio de técnicas de difamação jurídica e outros mecanismos.

Ocorre que quando um político demonstra um ou mais desses comportamentos, tem-se que preocupar, pois candidatos cujos ideais sinalizam respectivas características preconizam uma enorme possibilidade de se tornarem autocratas.

Não existe um instrumento perfeito capaz de revelar o iliberalismo. São apenas elementos que revelam claramente o processo manipulador, sutil, incremental, que subjaz tanto o discurso, quanto a personalidade de indivíduos que enquanto candidatos proclamam discursos autoritários. Atacam as instituições depois de eleitos como Chávez, Ortega, Erdogan, Duarte, Correa e muitos outros. O maior ensinamento sobre isso é que qualquer candidato com as idiosincrasias que sinalizam despotismo não podem ser ignoradas porque pode ser tarde de mais para evitar o retrocesso democrático (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997).

Existem inúmeros casos que explicitam a aproximação de outsiders ao poder, pois autoritários eleitos raramente chegam ao poder sozinhos. Quase sempre recebem ajuda do establishment político, ou seja, alguém da elite política ou econômica permite a entrada deles em espaços de poder. Comumente políticos tradicionais imaginam que assistir a figuras extremistas pode ser benéfico a curto prazo. Presumem que podem destruir adversários com assistência de outsiders, com ideia de esmagar politicamente opositores, além disso, permanecerem no poder. Caso algo dê errado, o establishment político afastará os extremistas com facilidade. O que pode ser um erro crasso. Por exemplo, Na Itália na década de 1920, o líder liberal Giovanni Giolitti buscando explorar a aceitação do apelo fascista pelas massas, colocou candidatos a déspotas como Mussolini na sua lista para o parlamento, normalizando, legitimando o partido fascista. E isso não terminou bem. Outro caso ocorreu na Alemanha, também na década de 1920, quando

líderes establishment forçaram uma aliança com Hitler na esperança de conseguir apoio eleitoral para favorecer os próprios conservadores que estavam com uma imagem ruim, depois tiveram de se curvar ao autoritarismo. Na Venezuela, por sua vez, o ex-presidente Rafael Caldera mostrou simpatia pela tentativa de golpe de Hugo Chávez. Por consequência auxiliou-o a sair da cadeia. Sabia que Chávez poderia auxiliá-lo, contudo tinha convicção de que aquele desapareceria do cenário político antes mesmo das eleições de 1998. O que de fato também não aconteceu (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Os políticos establishment oportunizaram a extremistas tanto na Itália, na Alemanha e na Venezuela a possibilidade da tomada do poder. O que pode ser trágico porque a partir do momento que outsiders detêm o comando a ditadura bate à porta. Por quanto, é imprescindível fazer de tudo para manter os supostos autoritários o mais distante do poder e jamais flertar com a tentação de se aliar com eles, inclusive para se colocar a disposição, no sentido de unir forças a rivais ideológicos na defesa da democracia. Em outras palavras, cabe a todos que defendem a democracia, quando confrontados com forças autoritárias, aliar-se a adversários ideológicos comprometidos com o regime democrático. Foi exatamente isso que não ocorreu aos italianos, alemães e venezuelanos. Porquanto, esses regimes democráticos liberais entraram em colapso, ou seja, a ditadura tomou força (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

## 2.4 Eleição De Um Outsider

Com exemplos feéricos de tomadas de poder, em pleno século XXI, mais precisamente em 2016, uma das nações mais poderosas do mundo flertou com um candidato a déspota. Pois o partido republicano ignorou a história e sobretudo os indícios do resultado do teste do então candidato a presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, claramente se mostrou extremista de direita. Além de ameaçar não aceitar o desfecho das eleições, caso não saísse vencedor. Prometeu prender a adversária política, incentivou a violência em seus comícios a opositores ideológicos, afirmou ainda acionar judicialmente toda a mídia que o criticava. Trump preenchia todos os requisitos, sinalizava em letras garrafais de que era um demagogo e os republicanos sabiam disso. Conheciam que não servia para o cargo. Todavia é difícil se opor a um demagogo em seu próprio campo político, porque implicaria uma derrota no curto prazo e nenhum político gosta de perder. Destarte, os políticos encontram justificativas para si mesmos e aos

outros, que o demagogo pode não ser tão ruim, que podem controlá-lo e que em qualquer caso é melhor dar poder a ele que aos rivais ideológicos (MOUNK, 2019).

Foi exatamente isso que ocorreu. Todos os republicanos se dispuseram a engolir a seco e aceitar a demagogia. Pois nenhum líder republicano, nenhum governador, nenhum senador, nenhum membro do congresso estava disposto a fazer a única coisa sensata para tirar a vitória de Trump, apoiar a adversária Hillary Clinton. A mensagem à sociedade era suficientemente clara aos eleitores, porque tratavam como mais uma eleição normal, com um candidato normal, cuja disputa era naturalmente normal, ou seja, uma disputa natural entre dois partidos: democratas e republicanos. (MOUNK, 2019).

De certo modo, um amálgama entre problemas econômicos, descontentamento com a política de imigração, e alto índice de desemprego em fusão com um eleitorado extremamente polarizado, resultou na vitória de extremista de direita, Donald Trump. Com isso as instituições entram em risco, porque a constituição por si só não é suficiente para travar ideias iliberais de direita. No passado, presidentes como Jackson, Roosevelt, Nixon foram amarrados pelo sistema de freios e contrapesos. Atualmente, os ataques às instituições são mais elaborados e as instituições não são suficientes contra os demagogos. Precisam de reforço, apoio, complemento com regras informais que são conhecidas por normas democráticas: Tolerância Mútua e Autocontrole.

A Tolerância Mútua ou aceitação de legitimidade a adversários partidários. Implica que não importa o quanto discordamos da oposição, é preciso aceitação, porque são cidadãos que presam pelo país, tem direitos iguais, garantias constitucionais para competir igualmente pelo poder não transformando adversários a inimigos atroz.

O autocontrole, por sua vez, implica em se abster de exercer seus direitos. É um ato de auto restrição como subutilização do poder. É vital para que a democracia funcione. O que importa é compreender que qualquer que seja o presidente com a maioria no congresso pode se tornar um risco a democracia porque existe o fato de manipulá-la, conforme os interesses particulares. O presidente pode encher de aliados a suprema corte para aprovar o que o favorecer. Por outro lado, os políticos podem inclusive afastar o presidente por meio da lei. Isso é conhecido como jogo pesado constitucional e é muito comum. Por exemplo, existe um abarrotamento da suprema corte com partidários, assim fizeram Perón, Menem, kirchner quando encheram a suprema corte Argentina de tal forma que se tornasse tecnicamente legal e como consequência, tem-se o instrumento conhecido por impeachment, jogo constitucional pesado (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Na América Latina existem inúmeros exemplos de jogo constitucional pesado. Muitas vezes usado para afastar o presidente do mandato eletivo porque ninguém o suporta. Um exemplo absurdo foi o que ocorreu, no Paraguai, em 2012, quando presidente Lugo, à época, levou dois dias para sofrer o impeachment. Foi um caso inigualável porque Lugo recebeu apenas duas horas para se defender de uma farsa judicial. Outro caso, que pode ser considerado no mínimo esdrúxulo ocorreu em 1997, quando no Equador o presidente Abdala se garantia no poder por ter em torno de setenta por cento dos votos no congresso. Então os adversários políticos utilizaram uma cláusula na constituição que permitia que uma pequena maioria de congressistas afastasse o presidente por incapacidade mental. O jogo pesado constitucional transforma o que deveriam ser instituições neutras em armas partidárias, contra opositores que com frequência tem franco interesse em acabar com a democracia, amassando ou destruindo opositores (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

A única coisa que impede que uma democracia constitucional se transforme ou que nela possa ser imposta sem qualquer restrição o jogo pesado é a regra de autorrestrição, ou seja, um compromisso compartilhado entre políticos de apoio institucional, na forma de compromisso com a democracia, cujo espírito da lei se coloca acima de tudo (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997).

Nos Estados Unidos tanto as regras de tolerância mútua, quanto as regras de autorrestrição sempre foram muito fortes, contudo nas últimas cinco décadas tem enfraquecido. Durante o mandato do presidente Obama, os republicanos não levaram em conta a tolerância mútua, sobretudo ao insistentemente repetir calúnias referentes a Obama. Afirmavam que não amava o país, não era americano. Na eleição de Trump, também os republicanos utilizaram da mesma estratégia com discurso de que Hillary não representava o povo, mas estava atrelada ao mercado financeiro, Wall Street. Trump chegou a bradar que a opositora era uma criminosa que deveria estar presa. O mais significativo nesses dois exemplos é que o fim da tolerância mútua cria o questionamento da legitimidade de rivais. Caluniando-os de não americanos, criminosos. Contudo o mais preocupante é que a falta de tolerância entre os políticos abre espaço para o jogo sujo. Todos ficam encorajados a fazer o jogo pesado constitucional. Destarte, todos deixam de ser adversários para serem inimigos, ameaças e para que não cheguem ao poder, podem ser destruídos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Nas últimas décadas, cerca de uma dezena de republicanos aprovaram leis que dificultavam o voto de cidadãos pobres e minorias inclinadas a votar em democratas. Em

2016, houve a recusa do senado em permitir que o atual presidente Obama pudesse nomear para vaga da suprema corte, em função da morte do juiz Antônio Scalia. Isso foi a primeira vez que o congresso americano não permitiu ao presidente legítimo o ato de preencher uma vaga no tribunal. Isso foi a primeira vez desde 1866.

O enfraquecimento das regras de tolerância mútua e de autorrestrrição estão cada vez mais evidentes e sendo praticadas de forma deliberada. O alimento para que isso ganhe cada vez mais força é a polarização que cada vez mais ganha contornos não tanto políticos, mas sociais. É como se fosse vergonhoso para uma família democrata ou republicana terem seus filhos casados. Colocam-se ideologias políticas, diferenças de raça, religião e cultura além do normal, diferenças entre direita e esquerda. O que subjaz por trás de tudo isso é que o partido republicano permanece esmagadoramente branco e cristão e não são um grupo qualquer. Pois já foram a maioria eleitoral dominante, costumavam ficar tranquilamente no topo da hierarquia social, econômica e política do país. Ocuparam a presidência, o congresso, a suprema corte, mansões do governador. Dominavam as melhores funções nas principais empresas, eram apresentadores de TV, estrelas do cinema, professores universitários. Essa realidade não existe mais e pode ser extremamente ameaçador perder o status social dominante. Assim muitos republicanos sentem que o país onde cresceram foi tirado deles. Isso alimenta a polarização e coloca em risco coisas importantes como a democracia (GALSTON, 2018).

Quando a política é tão polarizada que cada lado enxerga a vitória da oposição como algo inaceitável ou intolerável, justificam-se o uso de medidas extraordinárias como violência, fraude eleitoral e golpes de estado. Foi isso que aconteceu na Espanha na década de 1930. Foi isso que aconteceu na Argentina por décadas durante a ascensão de Peron. Aconteceu ao Brasil e ao Chile em 1960 e 1970, respectivamente. Isso realmente implica em olhar o passado com olhos atentos porque as regras democráticas informais não escritas e que costumavam ser a base das instituições estão erodindo pela força da polarização, que mata os valores democráticos (GALSTON, 2018).

## 2.5 A Genealogia Do Recente Populismo Direita Brasileiro

Para se compreender como a extrema direita se torna forte num Brasil, cuja esquerda se mostrava hegemônica por mais de uma década, faz-se imperioso, entre tantas outras coisas também relevantes, um olhar metódico para elite brasileira que tem como “capataz” a classe média. Nesse processo aparece o moralismo patrimonialista e a

crítica ao populismo, como núcleo do pacto antipopular para construção e manipulação de classes. Para tanto, recorre-se, a priori, ao passado, meados da primeira década do século XX, quando muita coisa é explicada por processos de aprendizado coletivo cevado à espoliação, que surge nos interstícios da velha sociedade escravocrata fundada na grande lavoura. A ideia não é seguir uma linha cronológica do tempo, mas demonstrar atemporalmente a condição pela qual a classe média se forma a partir da reconstrução de um culturalismo sob a forma de conhecimento útil e valorizado comparados às classes populares, que ficam a baixo desse estrato social, assim como a elite que fica acima. Por exemplo, o tenentismo, o primeiro movimento político comandado pelos setores médios no Brasil, revela bem suas características. Era rebelde no sentido de se opor ao pacto conservador da Velha República, cuja característica eram eleições fraudadas e restritivas. No movimento tenentista vigorava demandas por voto secreto, liberdade de imprensa, Estado forte, independência do autoritarismo rural. O movimento se dividiu em duas estratégias nas quais parte se insidiou politicamente à coluna Prestes, cujo líder, Carlos Prestes, seria o fundador do Partido Comunista Brasileiro. Uma parte, aprofundou laços à revolução de 1930, com Getúlio Vargas, enquanto uma outra parte ainda exercia forte oposição. Disso tudo, pode-se notar o quão notável é a multiplicidade de opiniões políticas involucra dessa classe. (Souza, 2017).

A confusão em relação à hierarquia das questões principais, nesse contexto, tinha como característica precípua o dissenso. No entanto, convergia num ponto principal a corrupção do Estado, o que de fato não passava de uma forma de captura dos estratos médios pela própria elite econômica que os utiliza tanto para defender, quanto para aprofundar desídios elitistas. A elite percebeu que a violência física deveria dar lugar a simbólica para garantia dos privilégios. Nesse ínterim, a elite paulistana percebe o poder do Estado na mão dos inimigos, passa a creditar suas forças na cooptação da opinião pública também (SOUZA, 2017).

Urge a necessidade de um novo liberalismo, cujo enfoque não é mais oprimir, mas convencer, conforme afirma Souza (2017, p.77):

O que os novos tempos pedem é, portanto, um liberalismo repaginado e construído para convencer e não apenas oprimir. O moralismo da nascente classe média urbana seria a melhor maneira de adaptar o mandonismo privado aos novos tempos. O domínio do campo na cidade tem que ser agora civilizado, adquirindo as cores da liberdade e da decência, os mantras da classe média cidadina. O que estava em jogo aqui era a captura agora intelectual e simbólica da classe média letrada pela elite do dinheiro, formando a aliança de classe dominante que marcaria o Brasil daí em diante.

Como se construiu esse projeto no alvorecer do século XX? A USP, a Universidade do Estado de São Paulo, foi criada por essa mesma elite desbancada do poder político, e pensada como a base simbólica, uma espécie de think tank gigantesco, do liberalismo brasileiro a partir de então. E também desse projeto bem urdido de contrapor a força das ideias generalizadas na sociedade contra o poder estatal desde que este seja ocupado pelo inimigo político à época representado por Getúlio Vargas. Sérgio Buarque é menos o criador e mais o sistematizador mais convincente do moralismo vira-lata que valerá, a partir de então, como versão oficial pseudocrítica do país acerca de si mesmo. Como o Estado corrupto passa a ser identificado como o mal maior da nação, a elite do dinheiro ganha uma espécie de carta na manga que pode ser usada a partir de então sempre que a soberania popular ponha, inadvertidamente, alguém contrário aos interesses do poder econômico.

Não é novo o discurso do falso moralismo onde a elite arregimenta a fim convencer a classe média para lutar por interesses desse jaez. A década de 1920, com o tenentismo tinha como uma das bandeiras a renovação moral da nação. O Estado Novo de Vargas foi um lócus privilegiado para o novo discurso típico da classe média, cujo privilégio é invisibilizado pela socialização familiar que esconde seu esforço de formar vencedores, como exemplo, a excelência da meritocracia e da superioridade moral, que os distingue tanto dos ricos invejados, quanto dos pobres excluídos. É a classe da meritocracia que se justifica na perfeição moral.

Grotescamente, pode-se apresentar a classe média como massa de manobra para os endinheirados, que compram com extrema precisão uma lógica intelectual para formar uma teoria liberal moralista, não só através do dinheiro, mas sobretudo de mecanismos para consagração de ideias no campo científico, comumente pagas pelos bancos numa relação de suspeição entre universidade, imprensa, editoras e capital financeiro. Nesse sentido, o discurso elitista do liberalismo conservador brasileiro passa por dois elementos desenvolvidos na Universidade de São Paulo, patrimonialismo e populismo. Todo conceito passa conforme o desejo das elites a ser vendido cotidianamente na mídia tradicional, como o populismo que passa por uma categoria explicativa do comportamento das classes populares na política. Como a ideia de patrimonialismo e de corrupção apenas estatal, a ideia de populismo também é pensada, inicialmente, para estigmatizar o legado de Vargas. Por extensão será usado para estigmatizar qualquer presença das massas na política (SOUZA, 2017).

Efetivamente, adornado com o prestígio científico da noção de populismo, o desprezo secular e escravocrata pelas classes populares ganha uma autoridade inaudita e passa a ser usado com pose de quem sabe muito. Juntas, a demonização da política e do Estado e a estigmatização das classes populares constituem o alfa e o ômega do

conservadorismo da sociedade brasileira cevado midiaticamente todos os dias desde então (WEFFORT, 1978).

A teoria que ganha espaço, inclusive mais do que o próprio populismo, que não deixa de ser importante, contudo permanece viva, até nossos dias, é o mendacioso patrimonialismo, que é vendido como falsa verdade, porque as elites que privatizam o público não cativam o universo estatal, mas o mercado financeiro. A elite que efetivamente rouba o trabalho coletivo da sociedade está fora do Estado, não implica negar a corrupção estatal, mas enfatizar a real corrupção materializada na elite do dinheiro, ou seja, no mercado. Como se observa:

[...] O patrimonialismo como privatização do bem público, suprema “viralatice”, é percebido como singularidade brasileira, como se o Estado apenas aqui fosse privatizado.

Na verdade, o Estado é privatizado em todo lugar, e a noção de patrimonialismo apenas esconde mais esse fato fundamental, possibilitando uma dupla invisibilidade: dos interesses privados que realmente dominam o Estado; e do rebaixamento geral dos brasileiros, que passam a tratar não apenas os estrangeiros, mas os interesses estrangeiros, como superiores e produto de uma moralidade superior. A atual destruição da Petrobras – sob acusação de corrupção patrimonialista, como se as petroleiras estrangeiras que irão substituí-la também não o fossem e em grau seguramente muito maior – é um perfeito exemplo prático dos efeitos vira-latas dessa teoria (SOUZA, 2017, p. 79).

Existe um processo de idiotização da própria população para que não enxergue a realidade, no sentido de não se sentir espoliado. Tudo se concentra na repetição do veneno midiático cotidiano que prega insaciavelmente que é melhor entregar além da Petrobras, outras riquezas naturais, como minérios, água e sobretudo petróleo, aos estrangeiros do que ficarem na mão de políticos corruptos. É dessa maneira que se constrói a imagem de brasileiros desonestos incapazes de gerenciar as próprias riquezas e de perceber o mercado como um paraíso onde permeia apenas a honestidade, a meritocracia, a competitividade, enquanto que o espaço público é símbolo de falcatura, criado para que o mercado não possa florescer, como ícone da moralidade e idoneidade. O que de fato ocorre é total privatização estatal por meio dos oligopólios sob a égide dos desídios financeiros corruptos, que se invisibilizam no processo de rapina do trabalho coletivo via impostos, ou isenção para os grandes bancos e empresários. Além disso adorna-se o prestígio da noção de populismo como processo de manobra de massas:

Já a noção de populismo evoca a mobilização manipulativa das massas urbanas a partir “de cima”, quase sempre por meio de um líder carismático, a carapuça perfeita para a demonização de figuras como Getúlio Vargas e Lula. O interessante nessa ideia é que ela parte do princípio nunca demonstrado de que

as outras classes sociais não são manipuladas por ninguém, como, por exemplo, a evidente manipulação midiática da classe média brasileira. Na verdade, a ideia que se quer passar aqui por conhecimento válido é a de que existem “classes inteligentes”, com consciência de seus interesses e por conta disso não são manipuladas por ninguém; e as classes do povo, iletradas, um pessoal que não foi à universidade, e que são facilmente iludidas por um líder carismático artilheiro.

A noção de populismo, atrelada a qualquer política de interesse dos mais pobres, serve para mitigar a importância da soberania popular como critério fundamental de qualquer sociedade democrática. Afinal, como os pobres, coitadinhos, não têm mesmo nenhuma consciência política, a soberania popular e sua validade podem ser sempre, em graus variados, postas em questão. O voto inconsciente corromperia a validade do princípio democrático por dentro. A proliferação dessa ideia na esfera pública, a partir da sua respeitabilidade científica e depois pelo aparato legitimador midiático, que o repercute todos os dias de modos variados, é impressionante. Os best-sellers da ciência política conservadora comprovam a eficácia dessa balela.

Isso justifica a proliferação de ideias como a de que o povo não sabe votar, que seu voto vale menos, posto que menos instruído, e vai funcionar, na prática, como condenação da democracia e da soberania popular. Isso, quando sua validade científica é menor que zero. Como mostra o caso brasileiro recente, a classe média letrada só agora começa a perceber que deu um tiro no pé apoiando o golpe do “sindicato de ladrões” para acabar com a corrupção. Alguns deles, inclusive, não vão admitir isso nunca, o que só mostra como inteligência nunca teve nada a ver com anos na universidade (SOUZA, 2017, p. 80-81).

O que se tem como classe consciente das suas aspirações é a elite dona do capital, pois sagazmente construiu um sistema de distorção da realidade para rapina do trabalho de todos, percebeu que o saque coletivo só seria possível a partir do controle da inteligência e colonização da capacidade de reflexão da classe média, que funciona como instrumento de manipulação. Destarte, o conceito tanto de populismo quanto de patrimonialismo servem para tornar invisível a ação predatória de um mercado desregulado e ainda culpar o Estado e suas elites corruptas, especialmente de esquerda. Ocultando instrumentos como a mídia que se invisibiliza, num discurso deslegitimador das demandas populares, com a maior desfaçatez, usando a retórica demagógica do populismo de extrema direita. Para o patrimonialismo cabe a mensagem de crítica a partir do discurso prestigiado por intelectuais, que acusam ingenuamente apenas as elites ligadas ao sistema estatal. Por outro lado, o populismo se disfarça na manipulação das massas, que no final das contas apenas sonham com um pedaço menor do “bolo”. Paradoxalmente à instrumentalização da informação como paradigma, a imagem de uma classe média cristã, moralista, decente e virtuosa. Tem-se, na realidade, a exploração e a humilhação das classes abaixo dela. Para classe média imaculada e perfeita o conceito de igualdade, fraternidade deveriam ser o norte, já que se apropriam da face moral cristã, cujos desígnios passam por igualdade de oportunidades para todos, como símbolo de si mesmas. Assim, pode-se inferir:

Mas não é essa a moralidade que foi cevada pela grande imprensa e por nossos intelectuais mais influentes. “Moralidade” significa, aqui, unicamente se indignar com as falcatruas – sempre seletivas e cuidadosamente selecionadas pela imprensa – do sistema político, de resto montado para ser corrupto, já que montado para ser comprado pelo dinheiro da elite do dinheiro. A classe média pode ganhar sua “boa consciência”, mesmo humilhando e explorando os mais frágeis, apenas se escandalizando com a suposta imoralidade estatal. Nesse sentido, a elite do dinheiro e seus comandados na vida intelectual e na imprensa passam a possuir o coração e a mente da classe média e podem recorrer a esse capital na luta política sempre que necessário. Como as classes populares são menos influenciáveis por esse tipo de mecanismo – protegidas pelo seu racionalismo prático –, a vida política do Brasil, desde então, é dominada por golpes de Estado movidos pela elite do dinheiro, com o apoio da imprensa e da base social da classe média, sempre que a soberania popular ameaçar ou efetivar, por pouco que seja, interesses das classes populares (SOUZA, 2017, p. 82).

Na metade do século XX, o conluio entre elite, classe média e imprensa instrumentalizam o discurso de ataque às classes populares. Do segundo governo de Vargas ao golpe de 2016, tudo já estava armado, no sentido de promover o mote da corrupção seletiva. No caso, tem-se:

Muito especialmente o tema da corrupção seletiva passa a ser usado sistematicamente já contra Getúlio Vargas com retumbante sucesso. Carlos Lacerda e toda a mídia conservadora cerram fileiras e provocam comoção popular já se utilizando de dispositivos que hoje são conhecidos como pós-verdade, ou seja, a construção de versões sem prova com o intuito de produzir determinado efeito difamatório. Mesmo que a mentira se revele enquanto tal mais tarde, seu efeito destrutivo já foi realizado. O suicídio de Vargas a partir de comprovadas inverdades ditas contra ele mostra a eficácia do esquema.

As ideias dominantes para a reprodução do elitismo brasileiro, como a do patrimonialismo que demoniza seletivamente o ocupante do Estado e a do populismo que demoniza as classes populares, não são apenas ensinadas nas escolas e nas universidades. Seu ensino nas universidades é importante pois confere o prestígio do conhecimento científico, com seu apanágio de universalidade e neutralidade objetiva, a essas visões muito particulares da vida social e política. Armadas dessa consagração do campo científico, elas passam a ter ainda mais peso na formação de uma opinião pública manipulada ao se transformarem em motes usados como arma política pela grande imprensa.

Dependendo do caso específico, às vezes temos a corrupção apenas do Estado, o patrimonialismo como mote principal, ou o populismo, o velho medo da ascensão das classes populares. Mas os dois estão sempre presentes. Afinal, essa é sua função enquanto mecanismo que sempre pode ser ativado ao sabor das circunstâncias: sempre que a regra democrática ferir o mandonismo e privatismo da elite do dinheiro, o dispositivo pode ser ativado, permitindo a captura da classe média moralista e a estigmatização das classes populares e suas demandas. A esfera pública comprada é o dado decisivo de todo o processo. Por conta disso, sua análise é tão importante.

Mais ainda que a queda de Getúlio Vargas, foi o golpe de 1964, que mostrou as entranhas e os perigos desse mecanismo. Nesse caso, o populismo foi mais importante que o mote do patrimonialismo e da corrupção. Ainda que ambos tenham andado de mãos dadas como sempre. Em um contexto de ebulição social e clamor por reformas de base que tornassem o país mais inclusivo, a acusação de populismo casa-se com a de comunismo e mobiliza as Forças Armadas chamadas pela imprensa e pela elite do dinheiro a desempenhar seu “papel

constitucional”. A fração conservadora majoritária da classe média faz sua parte e confere a aparência de base popular do golpe. Como os golpes precisam ter a aparência de legalidade, as Forças Armadas desempenharam esse papel interpretando a seu modo, dispositivos constitucionais. Mesma função exercida pelo aparelho jurídico-policial do Estado no golpe atual. (SOUZA, 2017, p. 83).

Os duros vinte anos de ditadura, criaram uma profunda desigualdade de classe, cujas benesses ficaram para a elite do dinheiro e os parceiros internacionais. Assim a classe média, em torno de vinte por cento da população se tornou a consumidora dos bens duráveis, ou seja, um país da elite do dinheiro a qual realizou o seu ideal de se converter em um país para 20% de sua população, que era e ainda é o tamanho da classe média entre nós. Tem-se empiricamente o maior acordo antipopular da elite e da classe média, criando-se um mercado de privilégios para poucos e um mercado precário para as classes populares. Literalmente, apresenta-se:

[...] Na prática o acordo antipopular da elite e da classe média ao levar ao paroxismo a constituição de uma sociedade baseada no mais completo apartheid de classes. Passa a existir um mercado de produtos restritos para as classes do privilégio e outro mercado pior e mais precário para as classes populares. Além disso, também todos os serviços, inclusive os do Estado, passam a institucionalizar e separar a escola de classe média da escola dos pobres, hospital da classe média e hospital para pobres, bairros de classe média e bairros para pobres, e assim por diante (SOUZA, 2017, p. 83).

Depois desse processo, a classe média se segmenta e cria ampliação do capitalismo como agronegócio, assim como a produção de conhecimento simbólico e cultural, graças às universidades públicas, o que a torna fator distintivo por conta do domínio do conhecimento. Deve-se a cultura de resistência ao tenentismo. Já a elite do dinheiro pouco se detinha ao processo democrático, o que não passava de um estorvo, pois não se importavam com um processo nacional de desenvolvimento de longo prazo sob a condução do Estado. O apoio às Diretas Já vem daí, pois a grande imprensa a seu serviço começa a bombardear o projeto e a minar por dentro o acordo que havia propiciado o golpe de 1964 (SOUZA, 2017).

A classe média desde sempre se torna a classe do privilégio. É representada por valores atrelados ao sucesso escolar e depois laboral. Monopoliza a reprodução do capital cultural valorizado que tanto o mercado quanto o Estado necessitarão para se reproduzir. São advogados, economistas, publicitários, artistas, administradores, contadores, e assim por diante:

Não existe nenhuma função do mercado ou do Estado que possa ser exercida sem o concurso desses especialistas. Em grande medida, essas funções são todas de controle, direção, supervisão e legitimação do sistema econômico, social e político. Daí que a classe média seja uma classe do privilégio. Ela tem o salário e o prestígio correspondente de quem realiza no dia a dia a dominação social, econômica e política em nome da elite do dinheiro. Traçando um paralelo com nosso passado escravista, a classe média é o capataz da elite do dinheiro de modo a subjugar a sociedade como um todo (SOUZA, 2017, p. 83).

Aqueles que se consideram privilegiados não se saciam apenas com a imagem de que merecem tal atributo, querem se valer da percepção de privilégios como direitos adquiridos por meio do próprio esforço, valem-se de valores do individualismo como símbolo de si mesmos (WEBER, 1991).

É assim que os filhos da classe média olham para os menos afortunados como superiores em função do mérito individual. Conforme afirma Souza (2017, p.86):

No mundo ocidental moderno, não existem duzentas formas, como quer o liberalismo vulgar, para produzir distinção social considerada legítima. A forma é única, apesar de invisível em um mundo onde se percebe apenas a ação do dinheiro e do poder. Ela tem a ver com a dominação de certa visão da moralidade e da virtude como o predomínio da noção de espírito sobre a noção de corpo. Essa forma muito singular de se perceber a moralidade e a virtude não caiu do céu. Ela está associada à história do cristianismo e ao fato de o cristianismo ter incorporado a noção platônica de virtude, que defende o controle das paixões do corpo pelo espírito, ao caminho de salvação exigido daí em diante de todo cristão.

Todo esse processo tem a ver com duas noções. A primeira tem a ver com trabalho útil a todos, ponto exato onde nasce a meritocracia. A segunda, é mais subjetiva e tem uma estreita relação com aquilo que o ser humano deve expressar como sua natureza interior e não apenas como trabalho e acúmulo de dinheiro. Destarte, o que justifica a nossa singularidade social diferente da europeia, por exemplo, é o fato de que não tem nada a ver com o passado como continuidade da colonização portuguesa, mas de outro passado caracterizado pelo escravismo, que gera tanto o desprezo, como o ódio às classes populares e por fim a culpabilização da própria vítima pelo seu infortúnio construído socialmente. A noção de dignidade meritocrática também hierarquiza os desempenhos na esfera do trabalho de modo muito visível em qualquer sociedade. Existem características básicas, que não podem ser desconsideradas, pois humanos e escravos tem distinções, o ser humano não é apenas uma condição natural, mas também social, assim como consensos sociais compartilhados para que tenham validade e igualdade jurídica (ELIAS, 1976).

Para Souza (2017, p.88), sem o aprendizado escolar efetivo e a generalização do trabalho como produtivo, tem-se:

[...] uma classe de “sub-humanos” para todos os efeitos práticos. Pode-se chacinar e massacrar pessoas dessa classe sem que parcelas da opinião pública sequer se comovam. Ao contrário, celebra-se o ocorrido como higiene da sociedade. São pessoas que levam uma subvida em todas as esferas da vida, fato que é aceito como natural pela população. A subvida só é aceita porque essas pessoas são percebidas como subgente e subgente merece ter subvida. Simples assim, ainda que a naturalização dessa desigualdade monstruosa no dia a dia nos cegue quanto a isso.

O que singulariza nossa sociedade como um todo, a intuição inicial que guiou todos os meus trabalhos, é, portanto, a subclasse dos sub-humanos. A economia, a sociedade e a política vão ser singulares no nosso caso decorrente, antes de tudo, desse fato. Assim, para compreendermos o que existe de singular entre nós e que nos diferencia da França, Suécia ou Alemanha e até mesmo de Portugal, Espanha ou Itália, temos que acrescentar à hierarquia social compartilhada por todo o capitalismo moderno é nossa história singular escravocrata.

Afinal, o moralismo seletivo de nossas classes do privilégio vem daí e foi cevado para construir a solidariedade entre a elite do dinheiro e a classe média contra qualquer pretensão das classes populares. É aqui que entram os temas do patrimonialismo, segundo o qual a suposta elite que rapina o país estaria no Estado e não no mercado, e do populismo, tornando suspeita qualquer ação política popular no Brasil. É a ação combinada desses pilares da hierarquia moralista, está sim, genuinamente brasileira, que pode esclarecer os instantes mais dramáticos de nossa história social e política.

É assim que podemos compreender não só o golpe de 2016, como todos os outros em nosso país, porque tudo parte de um mecanismo de conluio entre a elite, a classe média e a imprensa, a qual atua como um partido político. Em outras palavras, a elite do dinheiro manipula frações importantes da classe média, que logicamente é arregimentada pelo poder midiático. Então, ela se sente protagonista do processo e é o legítimo acordo elitista do país desde Getúlio Vargas. Para compreender os reais interesses no golpe de 2016, basta que se lance o olhar sobre a nova dominância do capital financeiro, o que inexoravelmente implica no mundo inteiro. Para contextualização do exposto, apresenta-se os anos de ouro, que compõem um período de trinta anos após a metade do século XX, porque promoveu menor concentração de renda, maior igualdade em todas as esferas da vida e um aumento significativo da escolaridade e do bem-estar geral. Contudo o golpe de 1964 inumou esse processo por vontade da elite, instrumentalizada sobretudo pelo poder da mídia e dos militares. Em suma, o que se pode dizer é que a capacidade produtiva do capitalismo tinha sido posta a serviço da sociedade como um todo e não apenas para o proveito de meia dúzia de capitalistas. Sousa (2017, p. 90), descreve sua vida em poucas linhas no período a que foi referido acima na Alemanha:

Eu podia escolher qualquer médico independente do prestígio com meu módico plano de saúde. O médico do presidente da Mercedes-Benz poderia ter sido meu médico também, se eu assim o desejasse, por determinação legal. Lembro-me do orgulho dos alemães de não terem uma saúde diferenciada para cada classe social. Na minha primeira ida ao oftalmologista, ganhei uns óculos e uma lente de contato sem custo adicional. Qualquer remédio, por mais caro que fosse, custava ao consumidor o equivalente a 1 euro – ou R\$ 3,50 – na moeda de hoje. O restante era subsidiado. Saúde e educação de primeira qualidade para literalmente todas as pessoas.

Porquanto, o capitalismo regulado e não o socialismo estatizado era a forma mais perfeita de organização social, contudo esse processo foi atacado ferozmente porque a taxa de lucro dos capitalistas era ligeiramente decrescente devido à ação dos sindicatos e dos partidos dos trabalhadores e à pressão política por redistribuição. Os capitalistas mesmo sem saber o que fazer com tanto dinheiro que ganhavam queriam mais. Entra em cena a velha acumulação infinita do narcisismo infantil que luta por uma conta com mais zeros do que os outros. Para tanto, fazia-se necessárias transformações, cujo principal inimigo passa a ser os sindicatos, o desemprego estrutural passa a ser o elemento-chave para a flexibilização dos regimes trabalhistas e direitos sociais, incorporando o trabalho feminino como ideia de libertação ( STREECK, 2013).

Importava transformar o processo de acumulação de capital, de modo a voltar a garantir taxas de lucro crescentes e justificar esse processo de mudança segundo a liberdade individual. Coloca-se em cena o conceito de que o capitalismo só sobrevive se deletar inimigos, ou seja, apela-se para acumulação infinita de capital (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

No Brasil, há uma escorchantes taxa de juros para abastecer o 1% da elite, que deixa literalmente de pagar impostos e obriga à classe média e aos pobres. Assim o orçamento potencial para serviços essenciais é drenado para o bolso dos ricos, que se tornam mais ricos porque além de não pagar impostos, cobram juros estratosféricos pelo dinheiro que emprestam “à sociedade”. Para Souza (2017, p.94), a naturalização e idiotização da sociedade em função de uma classe da rapina mostra a contundência com que a crise da democracia no país tem suas raízes invisibilizadas num mote de uma falsa moralidade de classe e mendaciosa corrupção estatal:

A situação seria cômica se não fosse tão trágica. Os muito ricos passam a ser credores de toda a sociedade, e passam a exigir dela todo tipo de sacrifício, por meio de uma dívida pública criada precisamente pelo fato de que quem deveria pagar mais impostos simplesmente deixa de pagá-los. Isso sem contar o fato de que ninguém no Brasil sabe de onde efetivamente essa dívida pública provém. Jamais foi realizada uma auditoria na dívida pública. Como todo especialista que estuda o assunto sabe muito bem, o segredo da dívida pública só serve para

encobrir todo tipo de falcatrua. A mais comum tem a ver com a socialização das dívidas de plutocratas e poderosos que ficam com o lucro e a população, com o prejuízo.

É desse modo, pelo mecanismo absurdo de uma dívida assumida pela sociedade como um todo a uma classe de sonegadores, que se explica a captura do Estado e da política pelo capital financeiro. Toda crise fiscal, inclusive a brasileira, é, portanto, uma crise de receita e não de despesa como a imprensa venal e comprada – devedora dos bancos que são também os seus principais anunciantes – alardeia. A luta inglória pelos ridículos 0,38% da CPMF mostra como a classe rentista naturalizou esse novo status quo. O pato da FIESP no “golpeachment” de 2016 é um escárnio, posto que não é essa elite que paga o orçamento. Quem paga o pato são os pobres, responsáveis por 53% do orçamento brasileiro.

O capitalismo financeiro passa a ser a fração dominante entre as frações do capital, posto que, agora, todas as frações dos proprietários, como do agronegócio, do comércio e da indústria, passam a ter sua fonte de ganho principal nos investimentos especulativos do capital financeiro. A dívida pública funciona como um gigantesco bombeamento de recursos da sociedade inteira para o bolso da classe dos sonegadores. Esse 1% que tudo detém não é apenas donos das empresas, do agronegócio, dos apartamentos das cidades, dos bancos e dos fundos de investimento. Ele agora é o dono do orçamento do Estado.

A PEC 55, que congela todas as despesas por vinte anos para garantir o pagamento da dívida pública à classe dos sonegadores, com dinheiro pago pelos pobres, é o melhor exemplo de que o golpe de 2016 foi feito por essa classe para atender seus interesses mais venais e indefensáveis. Usar a corrupção do Estado como pretexto é outro escárnio. Quer corrupção maior do que esse esquema? Qual a diferença dele em relação a qualquer esquema criminoso? “Legal”, ou seja, produzido segundo as formalidades legais do processo legislativo comandado por um parlamento comprado por essa classe para fazer o que faz?

## 2.6 A Distorção Sistemática Da Realidade

A grande mídia televisiva, denominada por Rede Globo, propõem análise da crise política entre os poderes. Constrói-se a retórica de um inimigo existente em todas as instituições, exceto a si própria. Criam um verdadeiro teatro, no qual o roteiro é definir quem foi o maior culpado para crise democrática e econômica. Ocultando do público idiotizado os reais motivos pelos quais procuradores da Lava-Jato pouco se importavam com o envolvimento da mídia, como se observa na delação de Emílio Odebrecht:

O que me entristece, e aí eu digo (em relação a) da própria imprensa, que a imprensa toda sabia, que o que efetivamente acontecia era isso. Por que agora é que tão fazendo tudo isso? Por que não fizeram isso há dez, quinze, vinte anos atrás? Porque isso tudo é feito há trinta anos... Por exemplo, na quebra dos monopólios, nós ajudamos a quebra dos monopólios, inclusive sobre a parte de telecomunicações, nós chegamos a montar uma sociedade privada com três ou quatro empresas... uma delas era até a Globo... para criar um embasamento acerca do que estava acontecendo no mundo... para que isso facilitasse aquilo que era decisão de governo, de quebra de monopólio das telecomunicações, da parte do petróleo, e outras coisas... (SOUZA, 2017, p. 117).

O delator é interrompido não para estancar as junções entre empresas privadas, imprensa e poder público, com o fito de enganar o público. Mas para que desse prosseguimento ao detalhamento da corrupção estatal apenas:

O empresário mencionou a existência de uma sociedade privada, com participação da Globo, com o objetivo de fazer lobby pela privatização da telefonia pública e pela quebra do monopólio do Estado no setor do petróleo e outros setores. Fernando Henrique Cardoso diria desse trabalho da mídia de enganar o público com as supostas vantagens da privatização, com um interlocutor privilegiado, que “o pessoal está até exagerando”. Apesar da relutância dos procuradores da Lava Jato, visivelmente constrangidos com a revelação, afinal, ela se referia não ao patrimonialismo do PT ou Lula, mas à associação de interesses entre a elite do atraso e da rapina e ao papel de sua imprensa de dourar a pílula ao saque das riquezas de todos em benefício de uma meia dúzia de ricos, Emílio Odebrecht só desistiu depois de muito tentar chamar atenção dos paladinos da justiça.

Emílio Odebrecht queria contar, afinal ele sabia que a Globo e as outras mídias estavam mantendo uma imagem imaculada em um esquema de lesar a sociedade, ficando apenas ele e sua empresa com a conta. Ninguém gosta de ser tratado como tolo e ver seu parceiro de esquema se sair imaculado e sem culpa, e ainda tirando onda de “virgem no cabaré” e fazendo o teatrinho de enojado pela situação, como a Rede Globo e o restante da grande imprensa faz. A hipocrisia da Globo e da imprensa em geral era o que irritava e enojava Emílio Odebrecht. Por conta disso, o patrono da Odebrecht se referiu várias vezes ao fato, o que qualquer um pode conferir na sua delação que continua na internet, mas os procuradores da Lava Jato se mostraram tão seletivos no seu combate à corrupção quanto William Waack na escolha de seus interlocutores. Certamente, acharam que essa informação não viria ao caso, como costuma dizer o juiz Sérgio Moro quando as informações não se referem a Lula e ao PT.

Como a Globo conseguiu tamanho poder de, como Emílio Odebrecht insinuou, saber de tudo que acontecia e ainda tirar onda de vestal da moralidade nacional? E, com base no seu monopólio virtual da informação, manter uma sociedade imbecilizada e conscientemente desinformada, subjugar os poderes da democracia representativa e cooptar o aparelho judiciário-policial do Estado, e ajudar, como nenhuma outra instituição, o aprofundamento de uma crise sistêmica, sem perder a concessão pública? Tamanho feito requer governos autoritários e ditadura. Como a Globo conseguiu o feito em tempos de democracia formal?(SOUZA, 2017, p. 118).

Dessa forma fica evidente o espólio para rapina da elite através da colonização estatal pelo dinheiro, na qual as classes populares são tratadas com violência pela polícia, ao passo que a classe média tem um tratamento diferenciado por atender aos interesses da elite, o que é essencial para compreensão do Brasil contemporâneo:

A servidão da classe média e de suas frações mais conservadoras à elite, que as explora e as usa para a reprodução de seu poder cotidiano, é conseguida por meios simbólicos. Em vez do cassetete da polícia, temos aqui a manipulação midiática das necessidades de autolegitimação da classe média transmutada em defesa da moralidade estreita da suposta corrupção patrimonialista. A crítica da imaturidade das classes populares sob a forma do populismo fecha o pacote do acordo transclassista que se une contra qualquer forma de ascensão popular verdadeira.

O lócus, onde esse acordo entre desiguais se consuma, é uma esfera pública para inglês ver, colonizada pelo dinheiro e sem qualquer pluralidade de opiniões que permita a construção de sujeitos autônomos e com opinião própria. Contra a classe média, portanto, a violência da elite de proprietários que controla não só a produção material, mas, também, a produção intelectual e a informação, é uma violência simbólica. Um tipo de violência não percebida

enquanto tal, posto que se vende como se fosse convencimento real (SOUZA, 2017, p. 119).

A artimanha que subjaz toda uma leitura de mundo pelo viés de uma mídia que distorce à realidade em nome de um acordo antipopular, nesse caso ela está sujeita aos interesses de patrocinadores, o saque do trabalho coletivo por meio de uma dominação simbólica que encontrou espaço numa sociedade com pouca leitura e reflexão. Assumindo a função de aumentar o domínio e humilhação sobre a população. Em outras palavras, substitui-se o mecanismo de ataque que passa a se articular sob uma violência simbólica, mas não menos cruel, quanto a física. O ataque à realidade brasileira ganha vulto e se irmana em diferentes mídias, por exemplo, a Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo mostraram a mesma foto de capa depois das manifestações, no dia 24 de maio, em Brasília, contra o governo Temer, onde um vândalo ataca com pedras um prédio público. Era um momento de ataque da polícia com cavalaria e com bombas de efeito mortal sobre os manifestantes então pacíficos, a violência simbólica, a mentira consciente e a fraude ao público, demonstram claramente uma repressão antidemocrática. Concomitante a isso, A Veja, produz constantemente informações, cujo fito é espalhar o ódio para uma fração profascista da classe média. A importância da Globo nesse processo:

O começo do império da Globo foi construído à sombra da Ditadura Militar. Passando a operar em rede no país como um todo, ela passa a servir como porta-voz dos interesses do governo militar. O programa Amarel Neto, o repórter serve diretamente como propaganda ufanista do governo e suas realizações de modo acrítico. O Jornal Nacional, cuidadosamente monitorado, assume a forma “nacional”, como o nome já diz, e alcança toda a população com um mote caro aos militares no poder.

De resto, a Globo assume mimeticamente a dinâmica e a forma da época do “Brasil grande”. Excelência técnica passa a valer como símbolo do tipo de modernidade que chegava ao país e a própria empresa passa a explorar ao máximo os ganhos materiais e simbólicos que essa associação lhe garantia. Modernidade capenga certamente, posto que retirava da esfera pública sua característica principal e decisiva: a pluralidade dos argumentos em disputa. Vimos na reconstrução histórica inspirada por Habermas que “modernidade” efetiva e real é a capacidade de produzir informação plural e juízo autônomo. É fundamentalmente isso que a modernidade tem de positivo quando comparada com outras épocas históricas. O resto é secundário ou mais do mesmo que existia antes com outras máscaras. É isso que se perde com sua colonização pelo dinheiro: a capacidade de reflexão e aprendizado de todo um povo! (SOUZA, 2017, p. 119).

A mídia em geral, em especial a Globo age de forma ardilosa, confundindo o telespectador, criando um nacionalismo de fachada com as vitórias tanto da seleção brasileira, quanto de Ayrton Senna, cujo narrador Galvão Bueno cria a noção de vitória da

nação virtualizando a realidade, que na prática não altera uma vírgula da maioria da população oprimida. Outro aspecto que se mostra relevante é o fato de se mostrar como mentora do interesse público, no qual se especializou em esconder a superexploração do trabalho, a relevância da periferia das grandes cidades, desde que não envolva real incorporação das classes populares aos bens civilizatórios, o que exigiria a discussão de carências reais dos pobres. Para Souza (2017, p.121):

A Globo é a roupagem perfeita para um capitalismo selvagem e predatório que chama a si mesmo de emancipador e protetor dos fracos e oprimidos. A glorificação do oprimido não ajuda em nada que o cotidiano cruel e opressivo dos pobres seja melhorado, mas emula a necessidade de legitimação da vida que se leva quando as mudanças efetivas estão fechadas. O mais cruel é que as possibilidades de redenção real são tanto mais impossíveis quanto maior a influência dessa mensagem mistificadora produzida pela emissora. Como no golpe de 2016, a emissora ajudou a impedir a continuidade de um processo de ascensão social dos pobres que era real. O processo de manipulação social caminha sempre no sentido de extrair a riqueza de todos e concentrar o poder nas mãos de poucos – inclusive da família que manda na empresa –, dando a impressão de que se é defensor dos melhores valores da igualdade e da justiça. Mesmo toda a fraude golpista da moralidade seletiva é construída como se a TV fosse mero veículo neutro de informação.

Assim, no auge do dismantelamento do Estado, da economia e da democracia brasileira, a Globo mostra uma série de programas especiais que criticam o fascismo de Donald Trump, lá longe nos EUA, como se não estivesse acontecendo algo muito pior aqui com a própria Globo no centro do esquema de legitimação. E como se o fascismo descrito por George Orwell – o mote da crítica da TV a Trump – aqui não tivesse o dedo da empresa como um dado fundamental. A Rede Globo opera como uma TV falsamente pública, da Ditadura até hoje, sem qualquer mudança. Programas especiais são realizados para mostrar a corrupção como dado cultural e histórico do Estado e dos políticos, encobrendo o mercado e a ação da própria mídia. Programas como os de William Waack apresentam o populismo como grande farsa petista, confirmando nossa intuição de que esses dois elementos são as mentiras constitutivas da violência simbólica construída desde o século passado.

Ela faz reverberar o acordo sádico contra os pobres, é a porta-voz do mercado divinizado e da política demonizada. Auxiliou no período do suicídio de Getúlio Vargas, apoiou o Golpe de 1964, ajudou no desmonte dos CIEPS e dos investimentos em educação popular no Rio de Janeiro. Envolveu-se em fraudes explícitas na apuração de eleições para beneficiar Moreira Franco contra Brizola. Apoiou Fernando Collor de Mello contra Lula. Apoiou a venda e privatizações do patrimônio público, enganando seu público no governo de Fernando Henrique Cardoso para facilitar o saque do patrimônio público. Promoveu:

O envolvimento em episódios como a operação Lava Jato faz, portanto, parte do DNA da emissora. Foi a Globo que apoiou, juntamente, com a mídia venal, a rejeição da PEC 37, desconhecida da população em geral, antes que o Jornal

Nacional, na voz de William Bonner, recomendasse a sua turba dos “camisas amarelas” a sua derrubada em nome do combate à corrupção. A iniciativa, na verdade, era uma medida autoritária de interesse da fração corporativa dominante no Ministério Público, que queria aumentar seu poder e diminuir controles democráticos que são a regra em toda sociedade civilizada. A partir daí, uma série de vazamentos seletivos e ilegais, então criminalizando unilateralmente o PT, levou ao “golpeachment” da presidente eleita pelo voto popular. O conluio entre a Globo, comandando a grande mídia, e a farsa da operação Lava Jato tem aí sua semente, sua estratégia e seu alvo seletivo. Tudo descarado desde o começo, quando o próprio juiz Sérgio Moro já havia defendido explicitamente que o apoio da mídia é fundamental para deslegitimar o poder político. Poder político que um juiz, monocraticamente, decide ser digno de deslegitimação com alvo partidário seletivo e de uma parcialidade chocante (SOUZA, 2017, p. 122).

Uma mídia que se envolve seletivamente na política, alia-se à polícia federal e ao ministério público, manipula a fração protofascista da classe média, para deslegitimar um governo democraticamente eleito. Além disso, auxilia na eleição de um governo composto por uma quadrilha de ladrões hoje denunciada por todos, inclusive por ela própria, em nome do combate à corrupção. Ou seja, prestou um desserviço a sociedade, inclusive atacando a deslegitimação das instituições democráticas para facilitar o saque da elite do atraso sobre a sociedade como um todo, da qual faz parte e é porta-voz. A soberania popular foi atacada constantemente desde 2013. Ao chamar seu público cativo às ruas, primeiro a fração protofascista e só depois, com os vazamentos seletivos só contra o PT, porções significativas das outras frações, a Globo fabricou a ilusão da soberania virtual. Pois, Sem a fraude gigantesca da soberania virtual não se compreende o que se passou de 2013 a 2016 sob a batuta dessa fábrica de mentiras institucionalizada, hoje literalmente tão sem controle quanto as instituições e corporações do Estado que a Globo liderou nesse massivo ataque à jovem democracia brasileira. Para Souza (2017, p.123):

A distorção sistemática da realidade nos últimos anos superou qualquer coisa que tenhamos testemunhado antes. A possibilidade de se perceber que as próprias empresas de comunicação fazem parte do jogo da elite do atraso na manutenção dos privilégios de uma meia dúzia em desfavor da população como um todo se torna, hoje, mais que nunca, um risco real. Repare o leitor que jamais se reflete acerca de um sistema político construído para ser corrupto, ou seja, construído para ser comprado pela elite do atraso para manter seus privilégios econômicos. O ataque midiático é feito para parecer que a corrupção é obra de pessoas privadas ou partidos específicos. Isso acontece mesmo que esse tipo de manobra manipulativa, como vemos agora em meados de 2017, não tenha como se manter no decorrer do tempo, agora que o PSDB, o partido da elite financeira, está no centro dos escândalos. Mas entre 2013 e 2016 apenas o PT foi criminalizado e viu sua representação ser dizimada pelos vazamentos seletivos comandados pela mídia e por seus aliados no aparelho do Estado.

O apoio as formas não democráticas de ódio aberto se instauram ao Brasil, com ataque tanto à democracia, quanto ao ódio secular e escravocrata e passa a expressar o

pacto elitista e antipopular em ato. Assim, a luta contra a desigualdade do PT e de Lula foi tornada, pela propaganda televisiva, mero instrumento para a corrupção no Estado:

Depois, quando o ódio passa a grassar no país e figuras que representam o elogio à tortura e à violência mais grotesca, como Jair Bolsonaro e seu fascismo aberto, passam a representar ameaças reais à democracia e aos direitos humanos mais elementares, a Globo e a grande mídia agem como se não tivessem nenhuma responsabilidade. Esconde o fascismo, que pratica, diariamente, e critica o resultado que produz sem assumir a menor responsabilidade pelo que faz. A Globo e a operação Lava Jato, no entanto, são os agentes principais dessa verdadeira regressão civilizacional que sacode o país deixado em frangalhos, econômica, política e moralmente, pela ação combinada desses agentes. Para sua audiência imbecilizada, no entanto, como a Globo critica Bolsonaro da boca para fora, sua ação a favor dos valores antidemocráticos, que é o que, na realidade, cria o campo de ação para os bolsonaros da vida, passa despercebida (SOUZA, 2017, p. 124).

Tem-se um amálgama de frentes da grande mídia e da Lava-Jato que premeditadamente atacam a democracia, em especial, a igualdade social. Demonstram um ódio secular aos pobres. Tudo produzido agora simbolicamente, como se quisesse o bem dos necessitados, dourando a pílula por fora, com o mesmo conteúdo venenoso de sempre. Com o assalto à sociedade fraudada, assim como a capacidade de reflexão de um povo, ao impossibilitar o próprio aprendizado democrático que exige opiniões alternativas e conflitantes que se tornam a própria política mono idealista da empresa a serviço do saque:

O que se perde aqui, como vimos em detalhe neste livro, é simplesmente o recurso mais valioso de uma sociedade, que é sua capacidade de aprender e de refletir com base em informações isentas. Distorcer sistematicamente a realidade social e mentir e fraudar uma população indefesa é, por conta disso, fazer um mal incomparavelmente maior que surrupiar qualquer quantia financeira. É que o mal aqui produzido é literalmente impagável. O que se frustra aqui são os sonhos, os aprendizados coletivos e as esperanças de centenas de milhões. O que se impede aqui é o processo histórico de aprendizado possível de todo um povo que é abortado por uma empresa que age como um partido político inescrupuloso. Isso apenas para que fique registrado a noção de mal maior em uma sociedade que tende a perder qualquer critério de aferição e de comparação de grandezas morais.

Mas o aspecto econômico do conluio entre a Globo e a Lava Jato também é estarrecedor. Uma empresa venal e politicamente radicalizada, agindo sob os auspícios de uma concessão pública, se junta com servidores públicos cegos por interesses corporativos, para promover a pior recessão econômica com milhões de desempregados frutos de sua ação direta. Pior ainda. Destroçando anos de trabalho em direção a uma inserção econômica internacional mais autônoma do país e menos dependente.

Não vamos ser ingênuos. O início da Lava Jato foi a perspectiva de se acabar com o sonho dos BRICS e dos brasileiros que aspiram a um país próspero para a maioria. Os americanos são os defensores de um status quo mundial onde o Brasil e a América Latina só entram como fornecedores de matéria-prima, sem acesso a progresso industrial e tecnologia de ponta. A tecnologia para a usina de Volta

Redonda, por exemplo, antes sempre recusada pelos EUA, teve que ser conseguida como contrapartida da entrada do Brasil na Segunda Guerra (SOUZA, 2017, p. 124).

O Brasil poderia se tornar menos dependente ao se tratar de mercado internacional com a descoberta do pré-sal, contudo uma coisa não muda na América Latina é o fato de que os norte-americanos estão por trás de todos os golpes de Estado. Por conta do conluio de grande mídia e Lava-Jato se empobrece o país, em especial o Estado do Rio de Janeiro e a culpa de tudo vira propina de três por cento de Sérgio Cabral. O que de fato aconteceu foi que acabaram com a Petrobras, para vender o pré-sal aos saqueadores de dentro e de fora do país. Troca-se a corrupção real, que retira as chances de vida de centenas de milhões, para se culpar a “corrupção dos tolos”, a da propina dos políticos, que é obviamente nefasta, mas que é equivalente aos aviõezinhos do tráfico de drogas. Para Souza (2017, p.125):

Se compararmos nosso capitalismo com o narcotráfico, do qual ele não se separa a não ser por exterioridades, a política e os políticos são os aviõezinhos que sujam as mãos, se expõem à polícia seletiva e ficam com as sobras da expropriação da população. A boca de fumo são os oligopólios e os atravessadores financeiros, que compram a política, a justiça e a imprensa de tal modo a assaltar legalmente a população. Todas as reformas agora em discussão, apoiadas pela imprensa e pelo empresariado, visam o arrocho salarial e a opressão dos trabalhadores e aposentados, para aumentar ainda mais o lucro dessa meia dúzia. Com o cidadão feito de completo imbecil, é fácil convencê-lo de que a Petrobras, como antro da corrupção dos tolos, só dos políticos, tem que ser vendida aos estrangeiros honestos e incorruptíveis que nossa inteligência vira-lata criou e nossa mídia repete em pílulas todos os dias. Com base na corrupção dos tolos, cria-se, na sociedade imbecilizada por uma mídia venal que distorce a realidade para vendê-la com maior lucro próprio, as condições para a corrupção real, a venda do país e de suas riquezas a preço vil. Esse é o resultado real e palpável do conluio entre grande imprensa, com a Rede Globo à frente, e a Lava Jato: é melhor entregar de vez a Petrobras, a base de toda uma matriz econômica autônoma, aos estrangeiros honestos e bem-intencionados. O quanto se levou nessa trama só saberemos, como sempre, quando for muito tarde, tanto para os culpados quanto para as centenas de milhões de vidas empobrecidas e desempregadas.

Tanto a corrupção real quanto a corrupção dos tolos são, na verdade, leituras enviesadas que promovem engodo tanto para a direita ou para a esquerda. Importa compreender que as ideias existem para fazer as pessoas de tolas, posto que apenas os feitos de tolos dão de bom grado e volitivamente o produto de próprio esmero a quem os engana e oprime. A ideia de que nos imbeciliza é a da corrupção estatal ou patrimonialismo do estado. É a pseudoexplicação patrimonialista que está no lugar da explicação pela escravidão e pela herança de ódio. É ela que se rejubila de recuperar um

bilhão de reais junto a Lava-Jato à custa de milhões de empregos e o desmantelamento político e econômico de um país:

A corrupção dos tolos da farsa da Lava Jato e da Rede Globo e seus sócios da grande mídia comprada só existe para tornar invisível a corrupção real da qual são sócios. Exemplo da corrupção real é a recente operação do governo Temer, uma marionete da elite do atraso, que fez o país e a Receita Federal perderem R\$ 25 bilhões em decisão suspeita em favor do banco Itaú. Só nessa operação, carregada de suspeição envolvendo denúncias de venda de votos, o país perdeu 25 vezes mais que o recuperado pela corrupção dos tolos da Lava Jato. A cobertura da grande imprensa para esse tipo de transação suspeita é pífia por boas razões. Primeiro, os bancos são os maiores anunciantes, além de parceiros de negócios e negociatas. Depois, só em uma transação relativa aos direitos de transmissão da Copa de 2002, a Globo teria sonogado, segundo auditoria da Receita Federal, em intrincado esquema de ocultação em paraísos fiscais, R\$ 358 milhões ao fisco. Outras grandes empresas de comunicação estariam na mesma situação segundo outras auditorias. Fica explicado por que esse tipo de corrupção jamais aparece na GloboNews (SOUZA, 2017, p. 126).

Isso explica a necessidade de criar espantalhos para desviar a atenção do público idiotizado e roubado, com a precípua ideia de corrupção estatal para manter privilégios de uma minoria endinheirada, a partir da distorção sistemática da realidade para que a fração financeira do capital e da propriedade por meio de uma dívida pública que só cresce e pelo mecanismo de transferência de renda via juros e controle do orçamento público. Destarte outras frações como a indústria, o comércio e o agronegócio retiram lucro da especulação financeira. Tudo explica porque o comando do processo econômico e político está na mão dos rentistas. Os bancos lucram mais tanto maior for a crise do país. Por exemplo, o Itaú teve, em 2015, quando o país mergulhava em uma de suas maiores crises, um lucro de mais de 20 bilhões de reais. Isso parece pouco perto da questão central da política nacional, a dívida pública, para a qual o orçamento público e toda arrecadação tributária são capturados para pagamento de uma dívida obscura paga pelos mais pobres. Por conta disso:

[...] as dificuldades fiscais do país não têm relação com as despesas conjuntas da população em educação, saúde e previdência, como a mídia informa, mas sim com os juros altos e a alta taxa Selic. A conclusão das pesquisas informa que 98% do déficit do setor público têm a ver com os juros mais altos do mundo e só 2% é déficit nominal. A balela de que as altas taxas de juro servem ao controle da inflação é desmentida pelo fato de que os componentes principais do IPCA têm impacto quase nulo na taxa de juros (SOUZA, 2017, p. 127).

O país está sendo precarizado pela imposição das forças dos instrumentos financeiros que predadoramente implicaram na drenagem de dinheiro do orçamento público da educação, da saúde e de outros setores, para o bolso da elite da rapina:

[...] Para coordenadora nacional da auditoria cidadã da dívida pública, a pesquisadora Maria Lúcia Fatorelli, a dívida pública é a verdadeira corrupção. O esquema criminoso foi tornado sagrado pela associação entre atravessadores financeiros, como os grandes bancos de investimento aqui e lá fora, e seus sócios menores no aparelho de Estado – as corporações jurídicas mais caras do mundo que recebem uma espécie de “propina de classe” da elite do dinheiro para defender seus interesses – e na mídia.

Para Fatorelli, que tem participado de auditorias de dívidas públicas em todo o mundo, o próprio início da dívida pública nos anos 1990, sob o governo do grande amigo dos bancos que foi Fernando Henrique Cardoso, é obscuro e existe a suspeita bem fundada de que dívidas já prescritas tenham sido o início da bola de neve que hoje nos tira o futuro e o presente. A taxa Selic de 45% ao ano, no governo FHC, turbinou uma dívida de origem suspeita até torná-la impagável como ela é hoje. Todo o orçamento público é usado para pagar juros apenas, sem que a dívida em si seja jamais diminuída. Uma dívida sem contrapartida, imoral, ilegal e que só engorda uma ínfima elite do dinheiro que comprou a política, a justiça e a mídia. Todos nós, que pagamos impostos, trabalhamos para esse esquema criminoso e inconstitucional que se torna invisível, porque fomos feitos de imbecis e olhamos para a corrupção dos tolos. Imbecis somos nós todos, ainda que em medida variável. O esquema se desdobra nos níveis estadual e municipal com a venda de ativos públicos e da própria arrecadação, muitas vezes sem contrapartida, diretamente para os atravessadores financeiros, como já está acontecendo nas grandes cidades brasileiras. É desse modo que o lucro desse pessoal aumenta enquanto a população fica cada vez mais pobre (SOUZA, 2017, p. 128).

O buraco parece não ter fim, quando se coloca em jogo os paraísos fiscais que drenam da coletividade em torno de quinhentos bilhões de reais ao ano ou que temos a maior taxa de juros do planeta, embutida em tudo o que compramos – quer compremos a crédito ou não. Créditos esses que somam 15% do PIB ou R\$ 1 trilhão todos os anos, segundo dados do próprio Banco Central. Caso se compare a quantidade extorsiva de juros paga nesse país com países europeus, são centenas de bilhões que se pagam todos os anos, sem qualquer motivo aparente senão a ganância do saque de rentistas. Tudo gira em torno de novecentas vezes os valores recuperados pelos paladinos da justiça e da moralidade da Lava-Jato. É a verdadeira boca de fumo do narcotráfico, separadas apenas as exterioridades invisibilizada pela atenção midiática dada aos aviõezinhos do tráfico. Os “3% dos Sérgio Cabral da vida” permitem tornar invisível a corrupção e o assalto real:

O espantinho da criminalização da política só serve para que a economia dispense a mediação da política e ponha seus lacaios sem voto e que se vangloriam de sua impopularidade vendida como cartão de visitas para a elite do atraso, como garantia da obediência cega à elite na rapina da população como um todo. Já o espantinho da criminalização da esquerda e do princípio da igualdade social só serve para que a justa raiva e o ressentimento da população, que sofre sem entender os reais motivos do sofrimento, percam sua expressão política e racional possível. Foi assim que a mídia irresponsável possibilitou e pavimentou o caminho para a violência fascista do ódio cego dos bolsonaros da vida. O ódio fomentado

todos os dias ao PT e a Lula produziu, inevitavelmente, Bolsonaro e sua violência em estado puro, agressividade burra e covarde (SOUZA, 2017, p. 128).

## **CAPÍTULO III - A ASCENSÃO DO NEOPOPULISMO DE DIREITA NO BRASIL**

### **3.1 As Origens Do Bolsonarismo**

Para situar melhor o leitor a respeito do que se produziu nessa pesquisa, apresentam-se alguns elementos que serão recuperados dos capítulos anteriores e apresentados de forma empírica, ou pelo menos, numa tentativa de assim o fazer. Tem-se uma clara reflexão sobre a crise da democracia global, que a partir de meados 2008, quando diversas manifestações ou insatisfações de cunho popular passam a questionar a legitimidade da democracia em função de diversas crises que se refletem em maior grau na crise política, matriz de todas as outras, como a ambiental, a econômica, a social e etc. Em específico no Brasil, existe uma clara tentativa de distorcer pautas populares por parte da mídia, de forma a federalizar protestos que antes tinham um viés local ou municipalizado e a partir disso, a criar o dissenso ou a falta de confiança na classe política, que se torna não só um fenômeno nacional, mas universal, porque surge ao mesmo tempo em diferentes países, com peculiaridades diversas. Os políticos como um todo são deslegitimados e desacreditados por conta do efeito da corrupção que se torna endêmica no mundo. O que não seria diferente no nosso país que sofre um ataque do aparato jurídico-policia em conluio com a imprensa e mostra o lado obscuro da política, criando a falsa imagem da corrupção apenas estatal, invisibilizando a real corrupção do mercado, que é mostrado como cheio de encômios: imaculado.

É preciso que fique evidente que Bolsonaro nunca foi um desejo da mídia tradicional, mas é fruto ou efeito da falta de consenso e de confiança nas instituições democráticas. O que corresponde a dizer que o povo passou a desacreditar na política como um todo. Nenhum partido establishment ou tradicional se mostrava confiável. A partir disso, é que as manifestações com pautas diversas são mobilizadas e subvertidas pela imprensa para atacar a hegemonia da esquerda política que culminou no processo já descrito. O maior capital de Bolsonaro foi arregimentar a ideia de um moralismo de fachada por meio dos seus seguidores e apoiadores (reais ou virtuais, os robôs), para criar por meio da ideologia de patrimonialismo e de populismo, com a retórica de que é não só contra o antipetismo, mas que compõem a nova política, antissistema, antielitista e porta-voz da maioria prejudicada pelas políticas esquerdistas que destroçaram os valores da família honesta e cristã.

O Bolsonarismo tem a função, a partir da crise de 2013, de condensar e articular uma variedade de reivindicações da sociedade civil que permaneceram sem resposta por parte dos governantes, articulando o espaço político na dicotomia entre "nós" e "eles". Mesmo fazendo parte do sistema, coloca-se como fora dele, para mendaciosamente se apresentar como representante da maioria, nós, contra as elites, eles. E assim afirmar-se como um populista de extrema direita, com discursos de antissistema, passando a ideia de ser contra uma velha política, comandada por uma elite viciada em usurpar a maioria pagadora de impostos. Sendo o pacto antipopular, uma expressão elite versus povo, a precondição da lógica populista que o distingue da fronteira política bolsonarista em relação à tradicional. Dito isso, pode ser entendido como a construção transversal do povo em oposição às elites.

Em função da vontade da maioria que o apoia, promove um discurso contra o pluralismo. Não basta apenas ignorar as opiniões individuais e as diferenças entre os indivíduos como elementos fundamentais para o funcionamento da democracia moderna, é preciso atacar com discursos de ódio ao diferente que é tratado como algo nefasto. É um rancor que se normaliza e banaliza por meio de uma retórica sempre interpretada com teor jocoso. Apresenta-se como iliberal ou antidemocrático, pois atua em profundo desacordo com a manutenção de instituições que sirvam, como pesos e contrapesos, para que a vontade da maioria não atropеле os direitos individuais e das minorias. Destarte, o estilo agressivo do bolsonarismo faz parte da estratégia do populismo, em especial de extrema direita, demonstrando desprezo para com as minorias e um tom de arrogância e de grosseria ao atacar a diversidade de opinião, o pluralismo e a oposição. Todos são considerados antes de quaisquer reflexões, em vez de adversários, inimigos a destruir.

O bolsonarismo tem como pressuposto a disseminação de informações deletérias à credibilidade das instituições, promove um ataque deliberado à harmonia entre os poderes e à autonomia do Poder Judiciário. Além disso, parece não aceitar a liberdade de expressão, sobretudo, a liberdade de imprensa, porque o critica. Julga a imprensa como produtora de fake news a que está habitualmente comprometido. Tentando entorpecer o cidadão comum com desinformação, confundindo a todos para que descreditem na ciência ou na informação com fontes verídicas, criando o universo de muitas verdades, no qual a minha verdade é a única, pois o mundo da conspiração é constante, perpassando a ideia de caos. Nesse sentido, somente os seus discursos são verdadeiros e podem ser confiáveis para o cidadão honesto, assim como ele que ser traduzido.

A crise de 2008 foi para as democracias, metaforicamente, o rompimento do pino da granada que depois de explodir, sacudiu o mundo com manifestações de rua, logicamente com insatisfações diversas e peculiares a respectivos países, ao longo do mundo, com arcabouço de matizes econômicos e culturais intrínsecos e variados, de forma a manchar a ideologia da democracia liberal, colocando em xeque os sistemas de representação institucional. O qual passa a ser tratado como fruto de uma ruptura da confiança entre governantes e governados, com o consequente processo de deslegitimação do regime democrático pelo olhar daqueles que não mais se sentem representados (CASTELLS, 2018).

Sob esse prisma, nada mais importante que inferir o problema em função de elementos que estão invisibilizados em um sistema de instituições que além de colonizados pelos mecanismos econômicos e também pelo viés de ideias multiculturalistas, apregoadas a partidos traidores da nação, no sentido de abafar a voz popular da maioria. Pois, na alogia do afastamento alimentado pela separação dos representantes e representados, que se insere a não contemplação do mínimo consenso. Destarte, a falta de confiança nos representantes pelos representados que aparece o descrédito total não só nas políticas, mas nas instituições. O que implica em um processo que tira a legitimidade, sobretudo da representatividade política e obviamente destrói a proteção dos desideratos populares em função de mesquinhos interesses individuais (CASTELLS, 2013).

Colocado a prova a relação entre o que os representados pensam ou almejam e aquilo que os representantes colocam em prática, no sentido de que as aspirações populares se traduzam em políticas públicas e não em políticas de interesses particulares dos legisladores. Quando este se impõe, tem-se a crise de legitimidade política, com a translúcida ideia de que o sistema político não representa o representado, com a premissa de que os políticos atuam somente em favor dos próprios interesses, criam a profissionalização das próprias funções, atuam em favor de grupos sociais aos quais estão alinhavados, e assim, são responsáveis por verdadeiros monopólios políticos. A deslegitimação cria o dissenso que vige na mente dos cidadãos que por conta disso não se sentem representados e passam a questionar o sistema, as instituições (CASTELLS, 2018).

O contexto a que o Brasil se insere reflete muito do que foi dito, principalmente, quando se parte da intrínseca visão patrimonialista e populista a que a sociedade está imersa. Isso fica cada vez mais evidente no embate entre a corrupção e as múltiplas

relações identitárias, um pujante sentimento de falta de confiança e de insatisfação com relação ao universo político. Inclusive servindo como vácuo para a retórica apolítica, antissistema e que abriu precedentes para que surgisse ideologias mais extremistas (SOUZA, 2020).

Nesse contexto, as elites são relevantes para criar uma interligação entre as tendências no bojo de uma sociedade. No fundo da crise de legitimidade política está a crise financeira, traduzida em crise econômica e uma crise cultural, no qual prevalece o ódio às minorias, consideradas inimigas em função de fazerem parte de políticas de redistribuição e de reconhecimento (FRASER, 2017).

Existe um progressivo desencantamento dos valores democrático que se inicia com as manifestações de junho de 2013, passa pelas distorções sistemáticas da mídia tradicional em conluio com o aparato jurídico-policial, comandado pela operação Lava Jato, com a seletividade de informações vazadas na mídia para criação do antipetismo e o falso moralismo político, com o conseqüente julgamento público, para ampliação do discurso de massa e para persuasão de uma nova política, plena de ódio ao multiculturalismo, com fito de aprofundar os ideais patrimonialistas e populistas (FOA, 2016).

### 3.2 A Direita Conservadora Tem Uma Mão Amiga

Nesse contexto, que surgem elementos contundentes que atrelam as manifestações de junho de 2013 ao golpe de abril de 2016. Pois as jornadas de junho marcam o início do circo ideológico pura e simplesmente com uma questão a compreender sobre como protestos municipalizados se federalizam? As manifestações foram capitaneadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), cuja bandeira principal era a tarifa zero para o transporte público. Envolvia tanto estudantes de classe média como da periferia. Nesse ínterim, ocorria um fenômeno estranho e novo. Assim como a moeda inflaciona, os diplomas também, sobretudo quando produzidos em quantidade expressiva e em circulação. Os jovens da periferia estavam tendo acesso às universidades, mas os empregos eram precários e de baixa produtividade, confirmando a assertiva do estudioso Bourdieu (1979), quando à idos tempos, fez uma correlação entre o excesso de determinado produto ou da própria moeda ao demasiado número de diplomas que inexoravelmente criam a inflação da moeda ou a inflação do diploma, respectivamente.

Nesse ínterim, a presidente Dilma tomou frente ao debate e lançou o tema da reforma política como combate à corrupção, contudo a grande mídia passou a atacar o

governo com uma onda de perseguição seletiva, da qual a própria presidenta caiu na mendaciosa imagem da imparcialidade da Lava Jato, que ao lado da mídia promoveu distorção seletiva e a manipulação emotiva do público. Tudo se inicia com manifestação de alguns milhares de jovens contra o aumento das passagens de ônibus em diversas capitais brasileiras. No dia 10 de junho de 2013, recebeu as primeiras referências em nível nacional, que obviamente era pejorativa, apresentando aquele momento como fruto de uma baderna que atrapalhava o trânsito e à população em geral. Já dois dias depois surge na mídia o termo “vandalismo” e muitas reportagens mostrando cidadãos indignados com o tumulto, com a perturbação da ordem. Muitos manifestantes foram criminalizados e presos por depredação e formação de quadrilha. No terceiro dia, a PEC 37 foi mostrada como uma informação pouco relevante para a sociedade e então já se tem indícios de um conluio entre o aparato jurídico-policial do Estado e a imprensa. Para Souza (2016, p.85):

É interessante notar aqui já um início da articulação e do conluio entre o aparato jurídico-policial do Estado e a imprensa. A PEC 37 e sua crítica passa a ser frequentemente referida pelo Jornal Nacional como uma demanda cada vez mais importante das “ruas”. A PEC limitava a atividade de investigação criminal às polícias federal e civil dos Estados e do Distrito Federal, como, aliás, acontece na maioria dos Estados democráticos. Isso contrariava o desejo dos integrantes do Ministério Público, que também queriam investigar e acusar, o que por sua vez contrariava a divisão de trabalho típica do judiciário. A ideia aqui é que haja controles recíprocos e nenhum órgão possa monopolizar todas as ações e momentos processuais. O “agrado” do Jornal Nacional ao Ministério Público já lançava as primeiras bases da atuação em conluio.

No quinto dia, houve uma referência da grande mídia aos protestos dos produtores rurais contra os índios e a política de demarcação de terras da Funai. Com forte apelo ao domínio das ações nas mãos do congresso, assim como, se mostrava amplamente favorável aos proprietários de terra. Ainda, havia manifestações que eram estigmatizadas e pensadas como mote para crítica ao governo federal. Contudo no sétimo dia, o discurso da mídia ganhou outro envelopamento com protesto antes de vandalismo, agora passam a ser cunhados de pacíficos, tendo a bandeira brasileira como símbolo. Tudo se tornou expressão democrática. Pois iniciam pautas como gastos da copa do mundo, a PEC 37 e, em sentido ainda abstrato, contra a corrupção se tornam pujantes para sagaz artimanha de federalizar os movimentos contra o governo. No oitavo dia, aparecem rostos pintados junto a bandeiras do Brasil, e a imprensa passa a capitanear os movimentos contra o governo. Os ritos passaram ações como cantar o hino nacional, vestir a camisa da

seleção, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional. Alteraram o perfil dos protestantes, de jovens estudantes a famílias de classe média. Além disso, as pautas ganharam o precípua tema da corrupção. No nono dia, foi crucial para a federalização dos protestos com claro fito de atingir a presidenta. Assim o próprio Jornal Nacional tem a desfaçatez de criar palavras de ordem para incentivar as manifestações como “a explosão democrática do povo brasileiro”. E para completar mostraram pela primeira vez a queda de popularidade da presidenta Dilma: de 79% de contentamento com o governo em março de 2013- sua maior aprovação histórica- para 71% em junho (SOUZA, 2016).

O resultado até então se mostrava fraco, com uma queda inexpressiva. Contudo, perceberam uma brecha para ataque:

O jornal Nacional cerrou fileiras contra a presidenta e seu governo. Os temas que se tornariam clássicos mais tarde se constituíram aqui. A bandeira da antipolítica ou de antipartido surgiu. Inflação e custo de vida se tomaram bandeiras e substituíram a passagem de ônibus. Entraram com toda força com ataque à PEC 37 e com tema cada vez mais importante da corrupção. O jornal chegou a dizer que “quem é contra a PEC 37 não precisa cobrir o rosto”. Disse também que a Globo pretende “dar voz aos manifestantes” e por isso lamenta a depredação de carros da imprensa que começa a acontecer. O ataque à imprensa se dá por uma pequena minoria de manifestantes que perceberam, precisamente, a manipulação midiática de um processo que estava em seu comando no início e que foi paulatinamente tomado pela atuação combinada dos órgãos da imprensa conservadora (SOUZA, 2016, p. 86-87).

O décimo dia foi crucial porque teve o peso das manifestações com ampla maioria da classe média conservadora, que viria a ocupar o palco da política conduzida midiaticamente até o impeachment em abril de 2016. O apelo para o fim das tarifas de ônibus se tornaram invisibilizados e o tema da corrupção se tornou central. Tudo em função de uma seletividade política na qual os partidos políticos foram demonizados, ao mesmo tempo, em que se inicia manipulação midiática da operação Lava-Jato. Destarte, os manifestantes se viam como únicos representantes de um “Brasil apartidário”, com cidadãos apolíticos. No décimo primeiro dia, o esquema da distorção midiática já se mostrava pronto. E todas as manifestações tinham como mote além da corrupção uma insatisfação às políticas públicas precárias, significando que a maioria da população não estaria satisfeita com as promessas da esquerda. Enquanto que a direita era vista como o ponto central do movimento, considerado povo, sendo os baderneiros agentes infiltrados para tumultuar. A cobertura jornalística dos dias que seguem apenas aprofundam o mote da corrupção e da ladroagem seletiva de um único partido, o PT. Concluindo o processo de transformação de pautas municipalizadas em federalizadas. Ou seja, o ataque direto

ao governo federal teve êxito, com pautas corporativas do aparelho jurídico-policial, para “vazamento seletivo”, com intuito de deslegitimar o governo. Surgiram termos como “Muda Brasil”, ou seja, “Muda de Governo Brasil”. Discutem-se os investimentos em políticas públicas de maneira a culpabilizar todos os problemas a nível federal e graças ao esforço homérico da imprensa e todas as suas vias açodaram o entorpecimento de grupos populares como base para desfecho final, o golpe. Era apenas uma questão de tempo, porque o linchamento público já ocorrera. Dito isso, para Souza (2016, p.89-90):

A reação governamental tende a canalizar as manifestações para tirar da imobilidade diversos projetos de interesse popular que se encontravam parados no Congresso, por conta do perfil conservador da casa. No dia 21 de junho o governo propôs uma reforma política para combater- a corrupção e cinco pactos: transporte público, reforma política, corrupção como crime hediondo, médicos estrangeiros e a destinação de 100% do pré-sal para educação. A resposta foi inteligente, mas tardia e pouco efetiva. Ela não só teve reação por parte do Congresso como esbarrou no desinteresse da mídia, que experimentava o auge de poder pautar a agenda política relevante. O Jornal Nacional continuava nesse mesmo dia martelando a PEC 37 na esperança, que se revelaria um verdadeiro “Filão de Ouro” para a estratégia golpista mais tarde, de cooptar o alinhamento do aparelho jurídico-policial, com objetivo de deslegitimar o governo federal.

A reforma política, na verdade, a única resposta racional à manipulação midiática que passou a se estender às ruas- foi transformada em proposta de Plebiscito Popular, já que a Congresso barrava a reforma. Mas o bombardeio contra a proposta já começara.

A grande aposta era a da reforma política paralisada há muito tempo no Congresso, mas nenhum peso foi atribuído a ela pela mídia supostamente tão interessada no combate à corrupção. No dia 29 de junho, finalmente, o Jornal Nacional colheu o sucesso retumbante da violência simbólica tão bem perpetrada: foi mostrada uma pesquisa segundo a qual a aprovação popular da presidenta despencara em queda livre. Ela perdera 27 pontos percentuais desde o início dos protestos, os quais visavam na sua origem a questões locais e municipais. Era a maior queda de popularidade da presidenta desde o início do mandato.

Era o sucesso absoluto da campanha midiática pela federalização das manifestações e pela personalização do descontentamento na pessoa da presidente da República: ocorrera queda de 35 pontos na popularidade de Dilma se a comparação se der com o mês de março de 2013, quando a presidenta gozava de sua maior taxa de aprovação popular. A rejeição também aumentara de inexpressivos 7% para 25%. Sucesso total da violência simbólica. Esse foi o efetivo começo do golpe.

### 3.3 Uma Nova Direita Que Maquia A Velha

O emaranhado de conluios sobretudo entre a imprensa e a classe média já em 2013 apontavam para desdobramentos maiores no futuro a que mais tarde se revelou como o golpe de 2016. tem-se em meados de 2015, uma aproximação do aparato jurídico-policial e a grande mídia para deslegitimar o governo eleito por meio da operação Lava-Jato. O que necessariamente implicou em uma estratégia de pautar as manifestações e distorcê-las, para federalizar o descontentamento da população que ficou

perdida em uma realidade virtual. Enquanto isso, a classe média recebe o papel de herói. A direita conservadora começa a ganhar voz num discurso moralista que é comprado inclusive por parte dos pobres. O que mais chama atenção é o poder de transformação de uma classe até então discreta e reclusa em uma classe revolucionária, a classe média (SOUZA, 2016).

Nesse amálgama de sentimentos, torna-se evidente o desprezo em relação aos pobres que de 2003 a 2013, que passam a ter maior inclusão social e que ainda fazem parte de ambientes antes inimagináveis como os aeroportos e universidades. O que só faz aumentar o ódio da classe média pelos pobres, além de culpá-los pelo fracasso de si mesmos. A classe média passa a ter medo de que também seus privilégios de classe e seus empregos sejam ameaçados. É um medo irracional porque a inclusão das classes populares se dá via consumo e não inclusão cultural para posterior reprodução de privilégios. Enquanto a elite, dona do capital financeiro, apenas despreza os pobres; por sua vez, a classe média, dona do capital cultural, teme o processo de arregimentação e ascensão das classes populares.

Para Sousa (2016, p.93):

[...] “Populismo” torna-se cada vez mais uma palavra que não sai da boca de muitos, inclusive de editorialistas de jornais e TV que desejam aproveitar a ocasião para arregimentar seu público. A acusação de populismo é muito interessante. Ela indica que alguém estaria se aproveitando da ingenuidade dos pobres para se consolidar no poder. O “bom” nesse caso seria continuar a esquecer e abandonar os pobres, como a maioria havia feito até então, já que assim eles não seriam feitos de tolos.

Se agradar a maioria é populismo, a boa democracia é, então, aquela que os esquece e se dedica à minoria de privilegiados. Afinal, ninguém poderia chamar de populismo a ajuda a essa minoria. Isto, por pura e simples dedução lógica. A crítica ao “populismo”, que criminaliza a atenção à maioria esquecida, apesar de absurda, é ouvida o tempo todo durante esses anos, e não apenas da boca dos não especialistas da classe média, mas também de intelectuais, em livros e jornais. Mas a própria dificuldade com a noção de populismo, como meio de deslegitimar as medidas de apoio, à parte de baixo da população, mostra que a classe média conservadora e os partidos que a representam estão na defensiva, sem um discurso articulado e convincente. Por conta disso, perdem todas as eleições para presidente, e perdem também a hegemonia ideológica- ou seja, não possuem a narrativa mais convincente para descrever o rumo a ser tomado pela sociedade - para a esquerda do espectro político.

É nesse contexto multifacetado que as jornadas de junho possibilitaram uma nova narrativa para a nova direita. No sentido de distorção de pautas que começa com estudantes que expressam indignação, não só pela falta de oportunidades de trabalho, como também pela precarização dos serviços públicos. O que incomodou a classe média

foi um projeto de inclusão social dos mais pobres ao capital cultural de maior prestígio. Em outras palavras, a possibilidade de ascensão social por meio do ensino superior inflacionou o sistema e a competitividade por espaço no mercado de trabalho. Além disso, nasce o caráter antipolítico de rejeição a partidos políticos. Traduzido ao sabor de “nova forma de fazer política”, contrária à forma fossilizada ou burocratizada dos partidos tradicionais. Criou-se, assim:

[...] uma oposição entre uma “política viciada”, tendencialmente corrupta e distante das ruas, e uma “nova política”, supostamente mais espontânea, com maior capilaridade social, em grande parte possibilitada pelo uso das mídias sociais, que foram uma importante base de arregimentação política das manifestações. A candidata às eleições presidenciais seguintes, de 2014, Marina Silva surfou nessa onda como ninguém e chegou a obter índices expressivos de popularidade no período. A associação temporal com a “primavera árabe”, que ocorria no norte da África- e que também fora ingenuamente\* interpretada com o renascimento democrático, mas dos países islâmicos- aumentou a falsa impressão de novidade. Em torno se veria depois de modo mais claro, o suposto novo era, pelo menos em grande medida, o que a “novidade” é, na imensa maioria das vezes, mais ou menos em todo lugar: mera máscara de algo muito velho, ansioso por parecer novidade. No nosso caso, tratava-se de uma máscara da velha e surrada rejeição conservadora e antidemocrática à política vista como suja e corrupta. Assim, em vez da novidade da “nova política”, o que tivemos foi a arregimentação política dos setores mais conservadores da sociedade brasileira e sua virtual transformação em “classe revolucionária” da direita, por meio do aprofundamento da gigantesca manipulação midiática iniciada em junho de 2014 nos episódios da eleição presidencial e, logo depois, na Lava Jato.

A verdadeira novidade das “jornadas de junho” foi a reconstrução, repaginada e turbinada- uma espécie de versão 2.0 - de um ator político velho e bem conhecido da história brasileira: a fração da classe média moralista e conservadora, que sempre desprezou e odiou os pobres, representantes da maioria da população brasileira. É essa fração que torna as manifestações verdadeiros “fenômenos de massa” a partir do dia 10 de junho, quando a mídia já se preocupa em separá-la cuidadosamente da minoria de “vândalos”. É também quando as manifestações passam a ser percebidas pelo Jornal Nacional como uma “grande\* festa democrática”. Nesse sentido, constrói-se para esse suposto “ente novo” na nossa política uma nova estética e uma nova moral (SOUZA, 2016, p.95).

Nesse sentido a camisa da seleção ou a própria bandeira nacional passam a mensagem de que não somos de nenhum time, apenas torcemos pelo mesmo Brasil. Surge a idolatria e o ufanismo que não tolera a diversidade, como único e absoluto representante da nação. Aparece um profascismo louvado pela mídia, como os amarelinhos apartidários e espontâneos, enquanto os vermelhos são militantes profissionais.

Os brancos representavam o interesse nacional no sentido de uma transformação para o melhor. Disso resultou dois processos que foram pujantes. No primeiro, o sentimento de que a classe média a qual nos referimos é protagonista das manifestações sendo que na verdade não passam de mecanismos de manobra. No segundo, a distorção

das pautas que tinham um teor regionalizado e passaram a se federalizar com a ideia de combate à corrupção seletiva de um único partido, PT. É nesse momento que o populismo passa a ser alvo de críticas aos programas de governo de distribuição de renda. Adquiriram a fachada de engajamento político e democrático contra a sujeira na política. E assim, com a entrada em massa dessa classe e em boa parte dos pobres foi construída a base social para o golpe de abril de 2016. O reforço necessário a esse processo se dinamizou a partir da moralidade como espectro de um mundo compreensível assim como as novelas e filmes. Um universo que deixa de ser confuso e passa a se tornar claro e inteligível, como se a realidade estivesse desenhada em duas figuras, mocinhos e bandidos, baseadas num simplismo de senso comum cotidiano. Por isso, a classe média por intermédio de um discurso midiático inteligente e manipulador se transformou no sonho de si mesma, numa imagem imatura de si própria, como direcionadora do bem e da moral nacional. Em vez do ódio às classes populares e o incômodo com as políticas de inclusão social, passa a ser a classe revolucionária (SOUZA, 2016).

Com mais uma derrota das forças conservadoras de direita, entra em cena o aparelhamento de instrumentos de conluio, segundo Souza (2016, p. 100):

Depois da quarta derrota seguida, as forças conservadoras não só não aceitaram a derrota eleitoral como começaram a flertar com um caminho não eleitoral. É aqui que entra em cena de modo arrebatador o elemento fundamental no esquema do golpe comandado pelos endinheirados: o complexo jurídico policial do Estado. Instituições destinadas a proteger a democracia passaram a agir de modo concertado para derrubá-la. Agindo em parceria e em conluio com a mídia conservadora e servindo de fomentadora para a recém-organizada base social de extrema direita, a casta jurídica que comanda o combate à corrupção seletiva tomou-se a chave para a compreensão do “golpe branco” em abril de 2016. O combate à corrupção torna-se fonograficamente seletivo, uma vez que persegue a esquerda, enquanto blinda a direita. Mas sem a participação do nosso verdadeiro “partido das elites”, a imprensa manipulada e manipuladora, não teria se formado graças ao clima insurrecional que possibilitou o golpe. A imprensa partidária e conservadora já havia criado uma base social de extrema direita para o golpe. Faltava o discurso para direcionar e arregimentar à base social recém-construída.

O golpe de 2016 só pode ser compreendido a partir da manipulação midiática das manifestações em junho de 2013, pois não bastava os aliados de sempre como congresso e mídia comprados. Era necessário uma base social engajada, uma classe média a serviço de uma manobra política, mas crente de um protagonismo ilusório, que ganhou peso com uma retórica batida, ou seja, um mote antigo que ainda apresenta muita

força que é o tema do patrimonialismo e do populismo, ou melhor a ideia de um povo desonesto, corrupto e manipulável.

A grande mídia aparece como representante do capital financeiro e tem uma função extremamente importante de distorcer a realidade para desviar a atenção do povo diante do golpe do qual é vítima. Pois a idiotização popular passa a ser vista pelo viés apenas da corrupção na forma dos políticos desonestos. Contudo tamanha manipulação, não seria possível se não tivesse raízes na própria classe média e popular. A mídia não é tão poderosa a ponto de criar o mundo. O que ela faz tão bem, como suas novelas é manipular preconceitos já existentes em nome do dinheiro que a sustenta com anúncios e falcatruas. Pois como já foi explicitado, ela não passa de mandatária de interesses maiores, para Souza (2017, 98):

Minha tese é que ela se justifica para cima com o moralismo e para baixo com o populismo. Não por acaso precisamente as duas ideias centrais que a elite do dinheiro e seus intelectuais orgânicos construíram para tornar a classe média cativa e manipulável simbolicamente pela elite. Nossos intelectuais e pensadores do patrimonialismo e do populismo legaram à mídia a linguagem e a semântica para que elas possam se dirigir a seu público cativo, a classe média consumidora do capitalismo seletivo, fazendo de conta que defende seus interesses e os interesses da nação.

A elite do dinheiro soube muito bem aproveitar as necessidades de justificação e de autojustificação dos setores médios. Comprou uma inteligência para formular uma teoria liberal moralista feita com precisão de alfaiate para as necessidades do público que queria arregimentar e controlar. Esse tipo de compra não se dá apenas nem principalmente com dinheiro. São os mecanismos de consagração de um autor e de uma ideia seguindo aparentemente todas as regras específicas do campo científico.

Não basta construir a universidade mais importante e de mais prestígio, como a elite paulistana criou a USP e as teses do patrimonialismo e populismo. É necessário ter os jornais também nas mãos da elite para reverberar as teorias falsamente críticas para o público indefeso. É preciso ter as editoras de maior nome e influência e o acesso aos financiamentos de pesquisa, aos prêmios, honorários e mecanismos de consagração intelectual. Assim, é possível usar a posição de proprietária dos meios de produção material para se apropriar dos meios simbólicos de produção e reprodução da sociedade. É aqui que entra o contexto que existe até hoje entre imprensa, universidade, editoras, premiações e honorários e capital econômico. Como o dinheiro não pode aparecer comprando diretamente os valores que guiam as esferas da cultura, do conhecimento e da informação, essas esferas precisam construir mecanismos de consagração internos a elas como se fossem infensos à autoridade do dinheiro e do poder.

A astúcia e sagacidade de teorias de massa como o populismo servem como formas de dominação simbólica covarde de um povo em grande maioria humilhado e roubado via impostos e espoliações de direitos a políticas públicas diversas. Destarte, qualquer tentativa de mitigar o sofrimento dessa gente, deve ser estigmatizado na raiz, porque se há uma política a seu favor deve haver uma manipulação para o voto

inconsciente, porque o pobre segue a risca o populismo de esquerda e não é capaz de votar corretamente, ou seja, votar conforme os interesses da elite. Classes sem valor não podem participar da política, porque não sabem votar e pouco deveriam existir. O populismo então se reveste de carácter científico e se utiliza de preconceitos para estigmatizar uma classe inteira: os pobres (BUARQUE, 2001).

Tanto a esquerda quanto a direita tradicionais nunca tiveram uma reflexão autônoma sobre o Estado, por quanto, compraram a tese absurda do patrimonialismo, que invariavelmente coloca o cidadão brasileiro na condição de desonestos, em função de autores renomados que criaram, sob o comando da elite do dinheiro, a postura de um brasileiro incompetente e incapaz de gerenciar os próprios recursos. Por esse caminho que o governo Dilma enfiou no próprio ventre a faca envenenada da balela da corrupção patrimonialista construída unicamente, como vimos, para criminalizar os partidos populares (SOUZA, 2018).

Como a classe média é constituída por uma heterogeneidade de valores que sob certo aspecto se assemelham, sobretudo, ao que diz respeito à moralidade, por isso que a grande mídia clamou a frações diversas dela para que saíssem às ruas entre 2013 e 2016. Obteve um apelo massivo ao patrimonialismo sob o viés da corrupção estatal, ao passo que nem se cogitou a do mercado. Como se fosse possível apenas a culpabilização da política, tornando o mercado um mar de rosas, um paraíso intocado. Ao lado dessa falsa idiosincrasia, tem-se a teoria populista cuja função precípua é a legitimação do ódio e do desprezo aos pobres. Leituras plenas de prestígio acadêmico e divulgada em massa pela grande imprensa de forma distorcida e sistemática, abrindo espaço para invisibilidade do saque da elite à sociedade. Impossibilitando qualquer visão crítica, conforme Souza (2017, p. 104) esboça:

Assim, tomei como exemplos recentes intervenções públicas de três figuras que são referência para todas as frações da classe média que analisamos até agora: o procurador Deltan Dallagnol, o intelectual da Lava Jato, como expoente da fração profascista da classe média; o ministro Luis Roberto Barroso, do STF, como representante das frações do centro, a liberal e a classe média de Oslo; e, finalmente, o ex-prefeito Fernando Haddad, como representante da fração crítica, mais à esquerda. O que existe de comum em todos eles é o fato de pensarem a sociedade brasileira sob a égide da noção de patrimonialismo.

Esse fato mostra a força espantosa dessa ideia que se naturalizou entre nós de tal forma que pessoas tão diferentes, com interesses até opostos, expressam sua visão de mundo com uma mesma ideia. Como vimos, a elite econômica que logrou consolidar uma visão de mundo hegemônica em seu benefício fez com que mesmo a crítica social seja feita segundo seus próprios termos, enfraquecendo, obviamente, o alcance e a radicalidade de qualquer crítica. A ausência de

perspectivas efetivamente críticas que vivemos advém desse fato mais que de qualquer outro.

Dos três exemplos, a figura mais atrelada aos imperativos patrimonialistas é Deltan Dallagnol, que expressa, a fração protofascista da classe média, preconceitos e seus ódios, enxerga apenas a corrupção seletiva do suposto Estado patrimonial. Tem-se a seguir:

No post de 25 de dezembro (que se encontra aqui: <https://www.facebook.com/deltan.dallagnol/posts/994207707289605>), vimos que a ausência de organização da sociedade e da formação de uma identidade nacional permitiu um Estado controlado por elites corruptas, os “donos do poder”, num ambiente favorável a práticas como clientelismo, coronelismo, nepotismo (Souza, 2017, p.104).

Criou-se no país uma ordem de pensamento arcaica, constituída por autoridades públicas que são espécies de “seres superiores” que não se subordinam à lei: fazem o que querem e não são punidos. A autoridade é transferida dos cargos aos seus ocupantes, como se o poder irradiasse da pessoa e sem limites, em vez de irradiar de sua função e dentro dos limites de seu exercício – o que explicaria a comum, mas infeliz, pergunta: “você sabe com quem você está falando?”. Some-se, dentro desse contexto, que, analisando as características do brasileiro: o “jeitinho brasileiro”.

Nesse contexto a concepção de vira-lata brasileiro se visibiliza em autores renomados como Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda que legitimam o protofascismo, como se o brasileiro tivesse uma herança cultural desonesta. Isso se torna extremamente perigoso porque essas concepções invadem escolas, universidades, editoras, jornais e ganham uma naturalização na grande mídia de que o país é pobre, ocultando toda nossa riqueza natural e produtiva. Joga-se a culpa toda na política como se fosse a única culpada pelo atraso social e civilizacional. Exceção à elite, classe média e popular compram a mentira de que somos empobrecidos. A massa popular é dividida e passa a defender interesses econômicos transvestidos em princípios morais para dirigir o ódio a aproximação social em relação aos pobres que passaram a frequentar ambientes que eram cativos à classe média, entre eles, em especial, a universidade pública, onde se passou a receber mais de cinco milhões de indivíduos da classe popular.

A seguir, tem-se a fala do ministro Luis Roberto Barroso para uma comunicação no dia 8 de abril de 2017, em uma universidade americana, o ministro do STF prepara uma

fala que condensa sua imagem do Brasil moderno. O título da fala é sugestivo: “Ética e jeitinho brasileiro: por que a gente é assim?”:

O patrimonialismo remete à nossa tradição ibérica, ao modo como se estabeleciam as relações políticas, econômicas e sociais entre o Imperador e a sociedade portuguesa, em geral, e com os colonizadores do Brasil, em particular. Não havia separação entre a Fazenda do rei e a Fazenda do reino, entre bens particulares e bens do Estado. Os deveres públicos e as obrigações privadas se sobrepujam. O rei tinha participação direta e pessoal nos tributos e nos frutos obtidos na colônia. Vem desde aí a difícil separação entre esfera pública e privada, que é a marca da formação nacional. O cor ou cordis vem de coração e revela o primado da emoção e do sentimento nas relações interpessoais, acima dos formalismos e do verniz superficial da polidez. A cordialidade, nesta acepção, reconduz à versão positiva do jeitinho, manifestado na pessoalização das relações sociais pela afetuosidade, informalidade e bom humor. Mas esta é, também, a raiz das disfunções apontadas acima, que se materializam na indisciplina, no desapareço aos ritos essenciais, no individualismo que se sobrepõe à esfera pública (Souza, 2017, p.105).

Explica-se o Brasil nas palavras do ministro sob o viés institucional e subjetivo, no qual se preza o “jeitinho brasileiro do homem cordial” atrelando ao mundo político a nossa desonestidade e a idoneidade ao mercado financeiro. Nesse interstício, fala de desigualdade como um elemento fundamental de nossa sociabilidade. Seguindo o mesmo teor de discurso, Fernando Haddad, defende posições muito próximas do ministro Barroso e do procurador Dallagnol. Em artigo na revista Piauí do mês de junho de 2017, denominado de “Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro”:

O patrimonialismo é, antes de mais nada, uma antítese da república. O despotismo é outra antítese da república. Entre nós, brasileiros, nenhuma obra do pensamento social e político descreve melhor o patrimonialismo, hoje com suas entranhas expostas no noticiário do país, do que Os donos do poder, de Raymundo Faoro. O texto, publicado em 1958, deveria ser relido, cum grano salis, como veremos.

“Na peculiaridade histórica brasileira”, escreve Faoro, “a camada dirigente atua em nome próprio, servida dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelhamento estatal.” Não há sutileza aqui: ele afirma que o Estado no Brasil é objeto de posse, tomado pela camada dirigente como seu. E prossegue: a comunidade política comanda e supervisiona todos os negócios relevantes, “concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle de crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia”. E conclui: “A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios como negócios privados seus, na origem como negócios públicos, depois em linhas que se demarcam gradualmente.”

A essa forma acabada de poder, institucionalizada num certo tipo de domínio, Faoro chama de patrimonialismo. E nota que, ao contrário do mundo feudal, que é “fechado por essência, não resiste ao impacto com o capitalismo, quebrando-se

internamente”, o patrimonialismo se amolda “às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do mundo externo”. Ou seja, Faoro já percebia que o patrimonialismo brasileiro – que segundo sua tese remonta à dinastia portuguesa de Avis (1385–1580) durante a expansão comercial lusitana para a África, Índia e Brasil – adaptou-se à chegada do capitalismo. Ou seja, ele o concebia como um modelo arcaico que sobreviveu à modernização (Souza, 2017, p.106-107).

Utilizar de termos como patrimonialismo moderno é contraditório, sobretudo porque o patrimonialismo está atrelado a inseparáveis condições pré-modernas, as quais Haddad tira o contrassenso conceitual, pois o criador desse valor, Max Weber, tem um prestígio científico inquestionável (SOUZA, 2017).

Os exemplos mostram tanto ideais de esquerda, quanto ideais de direita cooptados por uma mesma interpretação, o que sugere que se faz preciso desconstruir essas imagens sociais de patrimonialismo, porque perpassam o universo acadêmico e de senso comum. O que de fato implica na colonização do pensamento crítico social brasileiro. É dessa forma que Buarque (2001), pai do liberalismo conservador brasileiro, ao construir a noção de vira-lata emotivo, primitivo, personalista, desonesto e corrupto. O homem cordial deve ser tornado pelo mercado e pela industrialização um homem tão democrático, produtivo, puro e honesto como os americanos, o exemplo de homem divino.

Isso parece essencialmente imaturo se tomarmos inúmeros exemplos de desonestidade de outras nacionalidades, a mais exemplar e que teve maior impacto como a já mencionada crise norte-americana de 2008, em que o mundo sofreu as consequências e por aqui parece não ter refletido e pior suplementado as bases do viralatismo nacional. Para Souza (2017, p.116):

Mas isso ainda não é o pior. O patrimonialismo esconde as reais bases do poder social entre nós. Ele assume que interesse privado é interesse individual privado, de pessoas concretas, as quais se contraporiam aos interesses organizados apenas do Estado. Tudo como se houvesse interesses organizados apenas no Estado, suprema estratégia de distorção da realidade. Uma noção de senso comum do leigo que não percebe os interesses privados organizados no mercado e sua força, ou seja, que não percebe, em suma, como o capitalismo funciona. Daí decorre a noção absurda, mas tida como verdade acima de qualquer suspeita entre nós: a noção de que a elite poderosa está no Estado, com isso invisibilizando a ação da elite real, que está no mercado, tanto nos oligopólios quanto na intermediação financeira.

Se compararmos nosso capitalismo com o narcotráfico, o político corrupto é o aviãozinho do tráfico, quem fica com as sobras; a boca de fumo que faz o dinheiro grande é o mercado da rapina selvagem que temos aqui. O conceito de patrimonialismo serve, precisamente, para encobrir os interesses organizados no mercado, que funcionam para se apropriar da riqueza social, já que a noção de privado é absurdamente pessoalizada, permitindo todo tipo de manipulação. A real função da noção de patrimonialismo é fazer o povo de tolo e manter a dominação mais tosca e abusiva de um mercado desregulado completamente invisível.

O ocultamento real da corrupção do mercado é assegurado por forças que vão em direção da instrumentalização da sociedade que se vê como corrupta e incapaz de gerir recursos, já que é cevada diariamente em diversas mídias a desacreditar de si mesma e se culpabilizar pelo próprio fracasso, assim como pela própria corrupção, que para Souza (2016, p.101-102):

Esse discurso será o discurso anticorrupção usado de modo seletivo contra o PT, procurando atingir, sobretudo, seus principais líderes: Lula e Dilma. Não era a primeira vez que a corrupção entrava em cima para travestir os interesses da elite econômica e seus aliados de “interesse coletivo”. Como vimos, este é o único mote dos endinheirados e de seus aliados em reação a líderes populares no poder. O Mensalão se deu sem uma base social engajada que tomasse as ruas e transmitisse a impressão de que o “povo” estava nas ruas. Essa foi a diferença central entre o golpe fracassado do Mensalão e o golpe bem-sucedido de abril de 2016. Como já notado anteriormente, houve também a utilização de parte dos recursos do boom das commodities em programas sociais que permitiu a lealdade dos mais pobres, tornando o tema da corrupção seletiva- ou seja, a corrupção “fulanizada” e nunca percebida como um sistema que contamina todos os agentes - irrelevante para essas classes naquela ocasião.

A discussão do capítulo anterior mostrou a bem perpetrada manipulação midiática por meio do exemplo do Jornal Nacional, que conseguiu “pautar” as manifestações de 2013, que antes atiravam para todo lado. Essa pauta foi pensada no sentido tanto de construir um fio condutor anticorrupção - ainda “abstrata” nessa ocasião, uma vez que apenas a Lava Jato viria a torná-la “concreta”- quanto de propiciar uma aliança com os aparelhos jurídico-policiais do Estado, já indicada pelo apoio decisivo à derrota da PEC 37 no parlamento. A proposta de emenda à constituição visava a garantir que polícia, ministério público e poder judiciário dividissem entre si o trabalho na atividade judicial, ou seja, as atividades de investigar, acusar e julgar. Segundo essa divisão, a polícia investigaria, o MP acusaria e só o juiz julgaria. Assim, nenhuma corporação poderia abrigar dentro de si as mesmas atividades. Embora a imensa maioria dos manifestantes não tivesse a menor ideia do que era a PEC 37, nem para que servia, o Jornal Nacional indicou o caminho, como vimos, e os inúmeros “amarelinhos” que começaram a aparecer a partir do dia 19 de junho tomaram-se defensores da causa.

O conluio da mídia e de corporações jurídicos policiais do Estado possibilitou a derrota de ações políticas do governo e implosão no golpe. Não foram acontecimentos casuais, mas elementos sumamente relevantes, desde a defesa de pautas corporativas do aparelho jurídico-policial e depois o vazamento seletivo, sistemático e ilegal de trechos de depoimento comprometedores amplamente novelados e transformados em espetáculo em função da operação Lava-Jato e da estigmatização de apenas um partido. Outros partidos se mostram envolvidos diretamente nos esquemas de propinas, contudo a seletividade e retórica da mídia comovia o público para o sacrifício de apenas um: O PT. O que o colocou na maior de suas crises desde sua criação, conforme Souza (2016, p.103):

Na raiz dos problemas está o assim chamado “presidencialismo de coalizão” que caracteriza o sistema político brasileiro. Como o presidente muito dificilmente vai eleger também uma maioria parlamentar que possa formar sua base de apoio no Congresso Nacional, ele será obrigado a compor e entrar em uma série de acordos e barganhas com as forças dominantes no Congresso se quiser governar. Uma série de fatores estruturais convergentes, como fragmentação partidária, massiva sobre-representação de interesses econômicos com agenda conservadora via financiamento privado de eleições e a pouca representatividade e responsabilidade em relação ao eleitor que o sistema de lista partidária confere, faz do legislativo um bastião dos interesses mais conservadores da sociedade brasileira.

Em um governo como o de FHC, tão ou mais conservador que o legislativo, especialmente em questões econômicas e distributivas, o embate de interesses foi menor, e por conta disso o sistema como um todo foi celebrado como causa de estabilidade política. Exceto na muito discutida e por todos conhecida- ainda que jamais investigada- compra de votos para a reeleição do FHC, reina, de resto, o silêncio acerca do funcionamento real dos acordos políticos e subpolíticos que permitiu a governança. Na época falava-se abertamente do então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que recebera a alcunha de “engavetador-geral da República”[...].

A oposição procurou a maneira mais barata e menos comprometedora para cooptar políticos venais e assim o congresso foi majoritariamente comprado para atender os interesses da elite econômica, que procura saquear o máximo possível, entregando as empresas e os cargos públicos. A Petrobras e os investimentos no promissor pré-sal foram o ápice do processo. O esquema ilegal na Petrobras existia desde muito tempo. O próprio FHC assume ter sido alertado, embora nada tenha feito à época. Da mesma forma, os partidos de sustentação do governo tenham sido os principais envolvidos, PP e PMDB à frente, foi a corrupção petista que provocou alarde e comoção social. Tudo inicia com vazamentos seletivos direcionados ao linchamento público petista. Cotidianamente, televisões e jornais atacavam o público com trechos de depoimentos selecionados, para provocar impacto. O público em grande maioria tem dificuldade em compreender o funcionamento da sociedade por conta de sua complexidade intrínseca como a economia e com a política. A imprensa ao conferir a mendaciosa imagem de que a vida social é regida por intencionalidades individuais como novelas, que tem, de um lado, mocinhos, e de outro, bandidos, idiotizando toda uma sociedade. Na prática, muitas vezes, a história nos ensina, que os supostos heróis são os verdadeiros bandidos. Em nenhum momento a grande mídia promoveu debates para diminuir a endêmica corrupção, apenas se operou no modo ataque e criminalização do governo vigente. Conforme, Souza (2016, p.107):

Como em toda a história republicana brasileira, o mote da corrupção é sempre usado como arma letal para o inimigo de classe da elite e seus aliados. Isso sempre ocorre quando existem políticas que envolvam inclusão dos setores

marginalizados- que implicam menor participação no orçamento dos endinheirados e aumento do salário relativo dos trabalhadores, o que também não os interessa- como a condução pelo Estado de políticas de desenvolvimento de longo prazo. A ideia é que a riqueza do país já tem dono, ou seja, ela é privada e deve ser privatizada. São esses os dois crimes que estão sempre verdadeiramente por trás de toda manipulação da corrupção brasileira.

Quando se personaliza a corrupção na imagem de um opositor político, apenas o destrói sem qualquer mudança na estrutura social, que no país é abissal. Já que não interessa aos supostos moralistas, qualquer mudança estrutural. O falso combate à corrupção surge como o testa de ferro universal de todos os interesses inconfessáveis. Ela recebe tamanha força destrutiva porque pode ser vendida como de interesse de todos ou como mascaramento de interesses particulares. Além disso, pouco se explicita o que ela significa. Assim os donos do mercado compravam a elite intelectual para definição de corrupção como arbitrária e variável, mudando conforme o interesse de quem manda na sociedade. Para impor a imagem de que a corrupção só existe na função estatal, enquanto que o mercado abusa dela sem que seja cobrado por isso. É exatamente dessa forma que se naturaliza taxas de juros escorchantes, drenando dinheiro de impostos a que todos estamos sujeitos, para o bolso dos endinheirados. Então, surge um exército de falsos especialistas da mídia a defender as altas taxas de juros que falsamente controlam a inflação. O controle da mídia pelos endinheirados é, portanto, fundamental para distorcer e sacralizar todos os seus interesses, que, longe de serem percebidos como criminosos, são sacralizados como contribuição à sociedade em geral. Conforme Souza (2016, p.109):

[...] Essa é uma "corrupção legal", ou seja, engana-se a população por meio de um discurso que afirma o que é essencial na corrupção, mas trata-se de uma enganação legalizada. A evasão gigantesca de impostos por meio de paraísos fiscais no exterior é muitíssimo maior que toda a corrupção estatal combinada. Mas esse tema não se torna nunca um mote a ser perseguido pela imprensa, ela própria tendo seus patrões como os primeiros beneficiários desses expedientes. Essa, por sua vez, é uma corrupção ilegal, mas não é percebida como tal, já que quem a comete são os patrões da mídia e seus aliados da elite do dinheiro, e não seus eventuais inimigos no Estado.

Uma imprensa parcial e comprada é, portanto, decisiva para a qualidade da democracia em uma sociedade moderna. Ela tem o poder de distorcer sistematicamente a percepção dos problemas sociais, como nos exemplos anteriores, e de, em circunstâncias favoráveis, pautar o que deve ser discutido e como deve ser discutido. Em certos contextos, como vimos com o Jornal Nacional nas "jornadas de junho", é possível, inclusive, "criar" fatos e versões. O poder da imprensa na sociedade midiática moderna não é ilimitado, mas é decisivo. Como a informação é absorvida sempre de cima para baixo, a inexistência de pluralidade de perspectiva de opinião é fatal para a democracia. Afinal, esta não significa apenas a possibilidade de votar, mas de votar com independência e autonomia.

Sob o comando do capital financeiro, no contexto da imprensa, altera-se o perfil dos repórteres e redatores, que passam a ser bem mais jovens e dóceis ao comando de cima para baixo. Instaura-se, inclusive, uma competição pela obediência e pela antecipação dos desejos dos chefes. Para Frias (2016), uma TV pública de boa qualidade como se tem em países europeus e o aumento da competição empresarial nesta área teriam sido fundamentais. O decisivo é o acesso efetivo à informação plural e alternativa. É isso que o Brasil não tem. Faltou à esquerda uma reflexão madura sobre o papel central da mídia na construção seletiva e distorcida do debate público.

De certo modo, ocorre no jornalismo processo semelhante ao que já havia ocorrido nas fábricas com a dispensa dos trabalhadores com passado sindical em favor dos jovens sem passado político, além da entronização da ideologia que substitui a noção de trabalhador por aquela do parceiro e aliado do dono do empreendimento. O patrão pode a partir daí economizar e eliminar os supervisores, antes um gasto fundamental do capital, que agora não precisa mais de vigilância do trabalhador, já que este agora vigia a si próprio e aos outros, para o bem do comando. O capital financeiro cria a corporação que lhe convém não apenas na produção de mercadorias materiais, mas, agora, também na produção de mercadorias imateriais e simbólicas.

No contexto da democracia moderna a informação tem que ser plural, e o indivíduo tem que poder avaliar opiniões alternativas para formar seu julgamento próprio e autônomo. Sem isso não existe voto consciente. A ditadura do pensamento único na grande mídia brasileira compromete, portanto, a qualidade de nossa democracia e a qualidade da sociedade que construímos. Constrói-se um pensamento homogêneo na imprensa dominante que apenas repete mantras no interesse dos endinheirados. Jornalistas independentes foram expurgados dos grandes jornais e cadeias de televisão de modo que temos, hoje em dia, a dominância do que Otávio Frias, dono do jornal Folha da São Paulo, chamou em um artigo, "editorialistas paranoicos", o mote desse grupo de pseudojornalistas é a criminalização da esquerda e a perseguição seletiva de seus líderes.

Para Souza (2016), muitos programas de televisão apresentam visões parciais, com comentadores que concordam entre si e veiculam visões distorcidas, parciais e interesseiras sobre a realidade. Foi o que motivou o golpe envenenando o público cotidianamente. O fio condutor da crise democrática que culminou no golpe de 2016, tem a ver com conluio da imprensa e da casta jurídica.

O ataque à democracia e às garantias constitucionais se deu em nome da justiça e de uma moralidade seletiva, para propiciar a venda de nossas riquezas, em especial o pré-sal, em seguida, vem os cortes às políticas públicas e aos serviços básicos populares, já que o interesse maior está voltado como sempre ao saque para o 1% mais rico. Enquanto que as classes populares passam para o contínuo estágio de marginalização e aos salários miseráveis para prestar serviços à mesma classe média conservadora e aos ricos, plenos de desprezo (SOUZA, 2016).

Tudo permanece a favor do elitismo, com juros estratosféricos, como um tipo de imposto universal, adicionado a todos os preços do mercado, forçando um furto do trabalho de todas as classes para a volúpia das elites endinheiradas. Assim a parte da renda familiar que vai para o pagamento das dívidas passou de 19,3% para 40% ainda em 2015 (DOWBOR, 2015).

Coloniza-se a sociedade com interesses de rapina e compromete-se a democracia, criando crises em função dos próprios interesses. Essa é a corrupção verdadeira, com apelo a mecanismos de espoliação do trabalho de todos, sendo drenado para uma minoria de privilegiados, em torno de 1% da população elitista, que simplesmente vampiriza a sociedade em nome de si mesma, como também de atravessadores estrangeiros, em especial norte-americanos, e ainda, oculta-se a nossa verdadeira origem institucional, a escravidão (MORAIS, 1994).

Para Souza (2016, p. 131):

Todos os nossos papéis da escravidão foram queimados, supostamente para nos esquecermos dela. A nossa anistia do esquecimento teve o mesmo sentido. Quem esquece o erro está destinado a repeti-lo indefinidamente. Esse golpe malfeito, apressado, errado, pelos piores motivos, pode ser, finalmente, nossa chance de aprender alguma coisa com nossa história. Nossa desigualdade, seja pela indiferença de uma elite vampiresca e míope, seja pelo desprezo de uma classe média boçal e tola, é uma continuidade direta com a escravidão nunca assumida efetivamente e nunca criticada em sua continuidade até os dias de hoje. Os golpes sucessivos, toda vez que a maioria oprimida ganha voz, significam o eterno retorno dessa indiferença e desse desprezo.

### 3.4 Os Pontos Elementares Do Populismo De Direita Brasileiro

Compreender o bolsonarismo passa sistematicamente por refletir sobre o surgimento ou não de uma nova direita com face de conservadorismo antigo. Com uma associação de enunciados capazes de criar coesão para seus seguidores, partindo sempre de uma visão de política como uma luta contra o imoral e assim forjando a

imagem do cidadão de bem como essencial para luta contra o comunismo global e a corrupção da velha política. Ocultam-se, em seus discursos de ódio, os marginalizados, em nome de símbolos populares, contra uma política estatal contaminada pelo esquerdismo (TEIXEIRA, 2013).

Para Maitino (2020), não se pode ignorar a intervenção de recorrentes símbolos da direita internacional, sobretudo americana, ou até mesmo, a tradição conservadora brasileira nos variados grupos que compõem o bolsonarismo. Tudo isso implica em pensar como essas ideologias invadem o Brasil e como são articuladas a interesses de classe em busca de poder. Sob esse pensamento a vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018, apresenta-se como uma substancial ruptura da polarização entre PT e PSDB, como coadjuvantes da ideologia do populismo de direita, por isso a inevitável comparação à eleição de Donald Trump, por exemplo, como uma nova onda de direita populista conservadora, que no Brasil ostenta a marca do conservadorismo em discussões na internet, na mídia e nas ruas. O que a aproxima da analogia à direita norte-americana.

Para Chaloub e Perlatto (2015), muito do que se liga à ascensão do populismo brasileiro de direita tem a ver com militantes e influenciadores digitais, para a retomada de velhos símbolos e ideologias liberais, abrindo espaço para velhos atores sociais que se revestem de novas roupagens, com outras máscaras para o velho discurso de uma política de direita escondida no “armário”, mas que agora ganha relevância.

Estão presentes inovações em relação à velha política tradicional, com uso do humor caracterizando uma atitude sarcástica para temas viscerais de atores marginalizados socialmente. Além de utilizar maciçamente a internet, através de redes sociais como facebook e whatsapp. Compõem instrumentos de ações dessa ideologia também protestos de rua com a participação de jovens, salientando uma ruptura com o tradicional, tem-se antes de qualquer coisa uma ampla defesa dos desideratos da direita populista.

A aproximação da direita como uma nova onda mundial faz muitas relações com vínculos internacionais norte-americanos e europeus de forma explícita. A saber a aproximação de Trump ao ditador húngaro, Victor Ôrban, assim como as fortes ligações ideológicas entre líderes da nova direita populista brasileira e conservadores estado-unidenses, criam uma zona de convergência em discussões sobre o tema (ROCHA, 2015).

O fenômeno do bolsonarismo precisa ser contextualizado, por mais semelhanças às ingentes ideologias populistas de direita no mundo, que adquirem outros sentidos e

simbologias em novos contextos. O que corresponde ao fato de que ideologias precisam ser contextualizadas e não colocadas a esmo em um mesmo paradigma, nesse sentido o que os une é o autoritarismo (LACLAU, 1977).

De certa forma, a relação ao populismo de direita norte-americano não pode simplesmente ser relacionado ao caso brasileiro, é preciso cautela, pois o norte-americano apresenta algumas diferenças quanto a estrutura partidária. Nesse viés é imprescindível avaliar mais que o conteúdo, mas também o meio que essas ideologias são introduzidas e articuladas nos interesses de classe, de modo a evidenciar, por exemplo, a que grupos estão atreladas. Ao se falar em direita, tem-se inadvertidamente a oposição à esquerda. E ao se tratar o termo “nova”, implica em dizer que vai contra a velha direita representada pela política tradicional. Em outras palavras, a ideologia bolsonarista ou bolsonarismo revela um apelo contra a esquerda e contra a velha política. É justamente nesse espaço que ganha corpo não só no Brasil, mas no mundo o termo populismo, como segregação de grupos contraditórios e iguais, tendo a política que expressar a vontade do povo contra uma “elite corrupta” e a favor uma “massa imaculada”, que devem logicamente ser contextualizados a cada país, para dar significado, respectivamente, ao povo e à elite, nós e eles (MUDDE, 2019).

É na dicotomia entre o nós e o eles como construção discursiva ou novo estilo de comunicação que articula uma gama variada de reivindicações das quais a política tradicional não dá conta e permaneceram sem resposta, até o surgimento de espaços políticos para um “aparente” novo populismo de direita entendido no país, como bolsonarismo (JAGERS; WALGRAVE, 2007).

O populismo no geral é flexível e muito utilizados por ideologias diferentes, como a esquerda ou a direita. É um discurso anti status quo, no qual contrapõe o povo ao suposto inimigo ligado ao poder. É nesse ínterim que surgem significantes flutuantes para abarcar demandas heterogêneas para construção discursiva dessa retórica do inimigo no poder (LACLAU, 1977).

Com busca por mobilização de pessoas em nome do “POVO”, que se constroem ideologias maleáveis tanto de direita, quanto de esquerda. A palavra central para o populismo é a categoria “POVO”, que pode ser construído, de acordo com a necessidade do discurso ou dos interesses. Comumente, o populismo emprega como meio flexível a persuasão de pessoas, a massa, contra adversários do poder (PANIZZA, 2005).

Laclau (2013), corrobora com a distinção do povo como o “NÓS” em relação ao “ELES” como significantes maleáveis que se antagonizam a partir de um contraponto de

uma classe das massas e outra associada ao poder. Para Tormey (2019), a mobilização das pessoas em nome do “POVO” serve para manipulação de orientações políticas diferentes para o populismo tanto de direita, quanto de esquerda.

Laclau (2013), insiste que o populismo tradicional se diferencia do novo populismo pela polarização da sociedade, tendo como elemento central o “povo” e de outro lado “elites”, sendo o “povo” construído a partir da liderança que o produz, no sentido de converter o “nós” a identificação da liderança à massa, à coletividade, com feições de unidade em detrimento à elite dominante.

Como ressalta Tormey (2019), se uma das características da modernidade é o processo de individualização, com a erosão progressiva da identidade grupal e coletiva e sua substituição por identidades auto-escolhidas, incertas, híbridas, é com a ascensão das mídias sociais que os indivíduos se reconectam na esfera pública, compartilhando suas histórias de vida e conhecendo as histórias de outros usuários, juntando-se em grupos ou comunidades em função de certas causas ou certos objetivos. Com a difusão da rede, reforçou-se a imagem que a política possa ocorrer em qualquer lugar sem precisar de intermediários e de políticos profissionais. A ideia de fundo é que a rede possa ajudar a diminuir os privilégios seculares das elites, saltando as mediações e oferecendo ao cidadão cotas de poder e de liberdade da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e de diferentes condições sociais comunicam-se, facilitando a difusão e o reconhecimento de demandas sociais não atendidas pelo poder político, criando as condições para o antagonismo populista entre “nos”, entendidos como “povo”, e “eles”, percebidos como oponentes relacionados ao poder. E nesse passo que reside a diferença entre o populismo e o novo populismo: as redes sociais.

Em linhas gerais, o nós é fácil de compreender. Os desideratos populares são simples, porque desejam apenas uma vida melhor, com mais poder de compra, acesso a um trabalho com mínimas garantias e um salário compatível com a realidade social e uma vida digna, na qual os direitos liberais sejam respeitados. Foram essas promessas não cumpridas de modo geral que deram espaço para o descrédito como promessas não realizadas e permitiu a ascensão do populismo de direita e foi decisiva para vitória do bolsonarismo.

Para Mounk (2019), o novo populismo de direita, como exemplo o bolsonarismo ou outro qualquer, é perigoso para a democracia, porque detêm forças iliberais, em nome do povo, contra liberdade de imprensa, contra direitos civis, a favor de regras eleitorais parciais. Procura expressar tanto a frustração do povo, quanto minar as instituições

liberais, que são imprescindíveis à proteção do Estado Liberal. Já que o que está em jogo é a liberdade democrática por meio de defesas, como os pesos e contrapesos que a garantem enquanto regime robusto. Pois, logo que os obstáculos liberais são eliminados, líderes de viés populista, tal qual Bolsonaro podem limitar a expressão da vontade popular e dar às costas ao povo e tornar a democracia uma clara ditadura.

O bolsonarismo de fato se coloca como representante moral, como a única e honrosa representação legítima do povo, sempre naquela batida ideia de um inimigo no poder a derrubar. Isso passa a se tornar deletério para sociedade a medida que se esvaziam as instituições que impedem a tirania da maioria contra os direitos civis. Há uma clara declaração de guerra a democracia liberal ao não se priorizar garantias liberais como liberdade de expressão, representação política e direito das minorias (PAPPAS, 2013).

Para Mounk (2019), esse neopopulismo na figura do bolsonarismo tende a responder de forma simples a questões complexas da sociedade, justamente porque não tenha mínima ideia de como resolvê-las. Dessa forma, iludindo um povo já pleno de insatisfações e marcado por ressentimentos. É essa a energia que move esse populismo de direita, para com respostas simplistas consumir o ideário popular, enchendo-o de esperança, ignorando os direitos individuais e acusando sempre uma elite fantasmagórica e corrupta, como culpada pelas mazelas de todas as ordens. Além disso, fazendo questão de não lembrar os interesses dos representados em função de uma ordem de interesses maiores a que corresponde aos patrocinadores, aos apoiadores em geral.

O mendacioso discurso populista de direita ao colocar o povo versus a elite tem o propósito de abarcar o poder econômico e político das elites para entregá-lo ao povo. Em outras palavras o bolsonarismo em nome das massas viola o direito das minorias, que em função da relação do líder às majorias destrói a constituição, apagando-a do universo legal, colocando-se acima da lei em nome da vontade da maioria, sem a mínima intermediação do parlamento, ou seja, sem o filtro da representação. Assim, cristaliza o monopólio moral da representação e se aproxima do autoritarismo, do protofascismo e por fim da ditadura. Apaga literalmente o parlamento por se considerar a voz do povo e lhe outorga o meritório direito de reivindicar o poder das mãos da elite (MULLER, 2016).

O populismo de direita não é claramente a causa da crise da democracia liberal, porém é produto dos problemas econômicos, políticos e culturais. Assim, um populista como Bolsonaro se apropria de promessas não cumpridas pelo regime tradicional e

arregimenta simpatizantes, que encontram, na voz bolsonarista, os argumentos de um populismo de direita suficiente para colocá-lo como portador da vontade da maioria, sem intermediários políticos desonestos e sem dar satisfação ao pluralismo. Nada fica acima da vontade do povo, representado pelo líder honesto que coloca a constituição em segundo plano. Nesse caso o problema não passa pela falta de democracia, mas pelo desprezo aos direitos individuais, à separação dos poderes e a representação política tradicional (TORMEY, 2019).

A recessão econômica, o desemprego, a desesperança, o ódio cria espaço para uma forte relação entre a crise econômica, política, cultural e a ascensão do bolsonarismo. Como se houvesse um ceticismo no regime tradicional e uma abertura a esse profascismo.

É exatamente nesse sentido que se identifica o bolsonarismo, como uma máscara da velha e conservadora política, construída apenas com um novo estilo de comunicação, que ganhou ímpeto ou vivacidade com as manifestações de junho de 2013, com a capacidade de condensar e articular uma gama de desideratos diversos de uma sociedade heterogênea, cujas necessidades não foram saciadas pelos representantes tradicionais, sendo o pacto antipopular, representado por uma expressão elite versus povo, a precondição da lógica populista bolsonarista. O segredo para a compreensão desse processo é a classe média que comanda um acordo contra a massa, nós, a favor da elite proprietária, eles. Conforme afirma Souza (2016, p.64-65):

Mas a chave para a compreensão da iniquidade e vileza singulares da sociedade brasileira é a classe média. É ela que forma um pacto antipopular comandado pela elite dos proprietários, onde se misturam aspectos racionais, como preservação de privilégios, e aspectos irracionais, como necessidades de distinção e ódio e ressentimento de classe. É esse mecanismo essencial, construído de modo consciente e planejado pelas elites a partir da década de 1930, que explica a recorrente vitória do pacto de classes antipopular do último século.[...] É claro que, inicialmente, a criação das novas classes sociais ainda é localizada e incipiente. Será apenas a partir do Estado Novo de Vargas que a criação de uma sociedade de outro tipo, moderna e industrial, será perseguida pela primeira vez sob a forma de um projeto nacional de desenvolvimento articulado e refletido. Esse período inaugura o começo da sociedade brasileira atual e consolida uma configuração de classes específica e com um padrão de dominação social e política que continua até nossos dias.

A elite brasileira representada pelo eles, tem um discurso restrito e centrado apenas no patrimonialismo a que a maior parte da esquerda passa a corroborar, no sentido de refletir conforme o discurso do inimigo e assim se justifica a debilidade e ambiguidade do discurso esquerdista, num contexto desfavorável, quando o

conservadorismo de direita crescia exponencialmente se tornando hegemônico em pouco tempo. E mesmo com uma política de oculto ataque aos empobrecidos e aos marginalizados (multiculturalismo) ganhava força. Pois, as ações do bolsonarismo estão fundamentadas na pauta ultraneoliberal em torno de uma lógica que privilegia os mais abastados, eles, os mais ricos, mesmo se colocando como articulador, não só como parte, mas como representante das pautas sociais, que desde 2013 bradavam por socorro. Ao contrário, na prática serve como expressão da elite versus o povo. No populismo esses reflexos não aparecem, são diáfanos e estão inerentes na falácia da velha política contra a nova, a que o bolsonarismo se justifica, com o invisibilizado apoio à bancada do boi, à bancada da bala e à bancada da bíblia. É a expressão de sempre, na qual os poderosos dão as cartas na sociedade e representam o eles, banqueiros, grandes empresários, religiosos evangélicos, ruralistas, políticos, juízes, jornalistas, influenciadores digitais que desprezam os direitos dos trabalhadores cada vez mais empobrecidos, mas ainda em parte crentes nessa nova ideologia populista que enquadra os pobres e os marginalizados como o nós, a que Bolsonaro quer que o interpretem, o mendacioso porta-voz de muitas vozes abafadas pela lógica do mercado que luta enlouquecida e conspiratoriamente contra um estado esquerdista corrupto. Além disso, adeptos do bolsonarismo têm absoluta convicção de que ele seria capaz de destroçar a velha política, comandada pelos mais ricos, e tomar partido de uma nova política populista conservadora distante dos valores da imoralidade e da corrupção. Mostrando-se como representante de uma nação moral e cristã, numa oposição transversal do povo em oposição às elites.

Para Maitino (2020, p. 7):

Não basta a presença de elementos populares no discurso ou de críticas a “elites”: é necessário que os elementos articulados como “populares” sejam apresentados como uma opção à ideologia dominante e ao bloco no poder. Isso não significa de modo algum dizer que o populismo é revolucionário, uma vez que pode ser mobilizado por classes dominantes. Nesse caso, seria caracterizado por uma fração de classe que, diante da incapacidade de se impor no bloco de poder existente, apela às massas para desenvolver o antagonismo contra o Estado, viabilizando sua hegemonia.

A ascensão do populismo de direita passa a ter grande relevância nos variados universos sociais, onde ganha vivacidade. Para melhor compreender como de fato se relaciona a grupos determinados na sociedade, impõem-se dois pensamentos que promovem o conhecimento dos meandros que os sustentam: a modificação do universo

econômico ou do universo cultural (EATWELL, 2003; MUDDE, 2019; NORRIS; INGLEHART, 2019).

O primeiro tem a ver com o desmonte do estado de bem-estar social, maior liberdade comercial, desregulação financeira e conseqüente perda das garantias trabalhistas, criando os abandonados pelo neoliberalismo e abraçados pelo populismo de direita, o que justificaria a ascensão da direita. O segundo tem a ver com uma reação cultural daqueles indivíduos que convertidos em marginalizados tenderiam a posturas mais radicais e mais propensas a populistas. (NORRIS; INGLEHART, 2019).

Em outras palavras, surgem dois modos distintos de ver a mesma coisa, tanto pelo viés econômico como resposta ao ultraneoliberal e ao multiculturalismo, ou crise identitária. Para essa interpretação, surge outra forma de compreendê-las, sob o título de crise de hegemonia (FRASER, 2017).

No caso brasileiro, o candidato Bolsonaro em nenhum momento coloca-se contra o neoliberalismo, ao contrário, posiciona-se a favor e, além disso, justifica-o como essencial para solucionar a crise econômica. Enfatiza que a culpa pelo desemprego é fruto de políticas esquerdistas corruptas e incompetentes. Tudo como sempre pode ser culpabilizado pelo Partido dos Trabalhadores que negociaram com países de ideologias fracassadas como Cuba, Bolívia e assim afastaram os investidores. É uma chaga da hegemonia da esquerda como ideologia dominante, retirando o Partido dos Trabalhadores não só da presidência, bem como da possibilidade de concorrer em caso de uma futura eleição, com a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula Da Silva, como principal adversário político e maior alvo da operação Lava Jato ou Vaza Jato, segundo o site The Intercept Brasil. A estigmatização da esquerda foi criada como uma figura de um marxismo cultural responsável por contaminar a política com a mácula da desonestidade e minar os valores da nação e da família brasileira. Agora com um governo decente, ético e moral, no qual Bolsonaro se coloca como representante e parte do povo e, sem atacar as elites, direciona críticas a uma elite política e cultural fantasmagórica, sem dar nome “aos bois”, na lógica da oposição entre o nós, a maioria, a qual Bolsonaro diz representar, e o eles, uma elite, para qual não impõem na prática nenhuma restrição, ficando apenas num falso discurso, onde a maioria ignora a minoria privilegiada que se apropriou do orçamento estatal, por meio de um congresso de representação corporativista, que atua em função do poder econômico e se concentra nas mãos das elites, eles. (SOUZA, 2020).

A artimanha da elite que suga tanto o trabalho social, com juroscorchantes em tudo o que se compra, quanto os impostos que eram destinados a políticas públicas como

saúde, segurança e educação. Toda limitação de despesas vêm atrelada ao neoliberalismo progressista que garante uma cosmética concessão às minorias com privilégios de nascença. Isso vai mais longe ainda, porque rasgam o compromisso de classe na força do Estado-Nação para destroçar a restrição a livre circulação de capitais que coloca a elite como manipuladora de evasão de riquezas em paraísos fiscais não só ameaçando o próprio Estado como lavando capitais.

Para o bolsonarismo importa articular seus seguidores por meio de aspectos diversos, partindo da heterogeneidade dos adeptos, com características como homem, com curso superior, com os maiores salários, com religião evangélica e que promovem ataques a partir do personagem, Bolsonaro, tido como uma figura divertida e antissistema (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018).

A base de apoio a seus seguidores, começa com o antipetismo, passa por indivíduos que requerem o retorno da ditadura, por mulheres que não se sentem representadas pelo feminismo, defensores da meritocracia e suburbanos que anseiam por políticas de segurança pública. Embora, toda dedicação em se mostrar a favor de minorias, o bolsonarismo é inerentemente misógino, racista, homofóbico comprovado em todo percurso político de Bolsonaro. A campanha eleitoral procurou ocultar essa realidade para mostrar a inclusão de negros, gays e mulheres sob categorias gerais, como “povo” e “brasileiros”. Outra forma de representar o mesmo sentido, está na campanha: “Minha cor é o Brasil”. Os inimigos não são indivíduos, porém a militância feminista, LGBT e do movimento negro, os quais são vítimas, na realidade, de um antagonismo do discurso bolsonarista, com uma retórica de desprezo e ódio (CESARINO, 2019).

A percepção das diferenças na sociedade não passa de uma estratégia ideológica comunista criada pela esquerda hegemônica para dividir o país, com embate de pais contra filhos, de brancos contra negros. A ideia de luta de classe tem para Bolsonaro ou para nova direita a menção ao antipetismo, como ícone de anticomunismo. No sentido de ser de direita é ser contra a esquerda e contra a doutrinação ideológica. Além disso, tem-se a leitura bolsonarista como uma luta moral. No sentido de explicar o mundo pelo respeito à disciplina e às autoridades que promoviam excelentes serviços públicos à época da ditadura militar. A famigerada hegemonia esquerdista rasgou os valores da família, criando a anarquia. Em outras palavras ser de direita é porquanto ser cidadão de bem e combater a corrupção. De modo que:

A figura do cidadão de bem é recorrente na simbologia política brasileira, denotando um “modo de conduta adequado, seja na vida privada, seja na vida ‘cívica’” e, mais recentemente, passa a ser evocada tanto em oposição à desordem em protestos como na luta contra a corrupção (KALIL, 2018, p. 9).

O bolsonarismo tem como fundamento a luta implacável pela moralidade e pela ética, mobilizando o prejudicado cidadão honesto contra o político corrupto, que circunscreve o universo da esquerda como negativa ou imoral. Com isso a criminalização da política e da esquerda são faces da mesma moeda, porque ou são reflexos do comunismo ou da velha política do toma-lá-dá-cá, com acordos vicários. Ao contrário, o bolsonarismo é caracterizado por uma nova política, cujo interior transmite e idealiza a icônica imagem de uma nova cultura plena de uma nova identidade nacional, na qual a impunidade, a corrupção, a vantagem e a esperteza não teriam espaço. O que garante a Bolsonaro ser o precursor dessa nova cultura é o fato de ser porta-voz de uma maioria honesta assim como ele. Em especial, quando se refere a si mesmo como homem honesto ou moral. Como cidadão adotou a passagem bíblica: João, 8:32: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Exaltam-se valores que cabem somente a figura de uma moralidade imaculada ou uma perfeição moral que só caberia em um ego pleno de idoneidade, pleno de santidade como símbolo de uma verdade avessa à corrupção. Articulando discursos que possam rivalizar ao comunismo e à velha politicagem corrupta. Ao mesmo tempo que consegue sustentar um vínculo ao amplo espaço da religião, do qual ganha legitimação e forte propagação, porque incorpora adeptos que acreditam fervorosamente no líder religioso e também no líder político (MAITINO, 2020).

De fato, tem-se, a partir de meados de 2013, esse ritual ufanista com forças que abriram espaço para o Bolsonarismo, um símbolo paradoxal que ao mesmo tempo diz ser muito simples resolver os múltiplos problemas sociopolítico-econômicos, depois terceirizar todos os problemas para outros políticos tidos como inimigos. O que implica em não ter a menor ideia sobre o que está fazendo na presidência do Brasil, ressalta que o povo clama por ele, exaltando o populismo, pois o povo não acredita mais na política e tem, “no capitão”, a certeza de que tudo que atrapalha a agenda de cada cidadão desaparecerá, nem que seja à bala, ou seja, “a coisa que esta aí vai mudar”, mas não tem a menor ideia de como. Para tanto, não importa a lei, o que vale é a vontade da maioria deixando de lado as minorias, porque ou são inimigas, ou porque são desprezíveis, irrelevantes. Em outras palavras, o povo conta com Bolsonaro para mudar a política e ele nada sabe sobre os meios para cumprir a tarefa.

Fica implícita a ideia de transmutação do "poder recebido do povo" a "poder concedido sobre o povo". Isso realmente é preocupante, já que a liberdade entra em risco porque a voz da maioria esmaga direitos institucionais. Fica evidente que a situação é frágil, pois há contexto de destruição da constituição cidadã por meio de políticas ultraneoliberais que esfacelam a política, a economia, a cultura e a ética. São inúmeras ameaças e violências contra os direitos trabalhistas e previdenciários. Aqui entra o que se denomina de ódio ao multiculturalismo em que as violências são arquitetadas pela união entre o conservadorismo e o neoliberalismo. São violências que se sustentam na lógica financeira e suas consequências como a pobreza, o desemprego, a depredação ambiental, as minorias marginalizadas (negros, indígenas, quilombolas, mulheres, homossexuais e outros). É uma espécie de empresa que prevê a precariedade das condições de vida e das perspectivas de indivíduos e coletividades. Gerenciada por poucos, em benefício de alguns e em prejuízo de muitos. Isso pode ser traduzido e autorizado pelo falecido sociólogo Florestan Fernandes: "vivemos numa sociedade civil não civilizada".

Embora manifestações heterogêneas, com pautas diversas e com sentidos múltiplos, desde a moralidade, até pautas identitárias, com uma grande insatisfação sobre a política, abrindo espaço para o discurso de luta contra a corrupção apenas no estado, onde surge a legitimação da desconfiança e da insatisfação à classe política em geral, que se reflete em crise, a qual logo tem origem na ausência da própria política, como esgotamento da velha e da tradicional. Nesse contexto, há uma cadeia de ações que culminaram no bolsonarismo, que foi criado a partir da distorção sistemática da realidade com pautas subvertidas, como em 2013, quando, desde então, tenta-se transformar temas municipalizados em movimentos sociais federalizados, para claramente atingir o governo federal. Em consequência veio a operação Lava Jato em nome de um falso moralismo de fachada, que culminou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. O que fica implícito são as mais diversas pautas e insatisfações muitas vezes divergentes, sobretudo, em relação aos interesses dos que compõem os estratos sociais: elite, classe média e o restante da população, cerca de oitenta por cento, para estes são modificados ou modulados em rede para idiotização e dominação em favor de grupos de interesses, eles, à elite. Nesse viés, surge um movimento que ganha espaço no mundo como se pode notar com a eleição de Trump nos Estados Unidos, assim como a de Bolsonaro no Brasil, com um discurso de extrema direita fortemente autoritário, antidemocrático e populista. Com intuito de arrastar cidadãos para o que vem a se convencionar, no Brasil,

de nova direita ou bolsonarismo, ideologia que agrupa indivíduos sob uma mendaciosa política que se credita como “nova” (Souza, 2017).

O Bolsonarismo se coloca como faxineiro da corrupção no sistema. Ficando claro quando solicitou a apoiadores e milicianos que saíssem à rua para lutar contra o sistema em meados de maio de 2019. Embora, político sem muita expressão a mais de duas décadas usa da própria zona cinza da política para se colocar como fora do sistema. Utiliza-se da retórica de antielitista dos movimentos trabalhistas, usado contra os próprios trabalhadores para imprimir a imagem de que acharam uma liderança e alguém que defende as suas causas. Para Souza (2020, p.159):

Obviamente, ninguém define quem é parte desse “sistema” nem quem faz parte dessa “elite sistêmica” – que passa a ser associada apenas ao opositor político. Em seguida, torna-se decisivo o uso das bandeiras “progressistas” no campo do reconhecimento das minorias sociais, típico do neoliberalismo progressista, contra ele mesmo. Tudo como se tivessem sido essas políticas compensatórias a causa última e indiscutível da pobreza e do desemprego crescentes.

O neoliberalismo progressista se personifica na emancipação dos oprimidos e também dos marginalizados. Tudo é direcionado a serem que estão sob a égide dos direitos liberais e meritocráticos, contudo a ascensão real não passa de um décimo da minoria excluída, para qual a promessa não cumprida não passa disso. Surge o desencanto e a desesperança que abre espaço para o inimigo político, no sentido de falsear a compreensão de que as sequelas sociais e econômicas do neoliberalismo são consequências da legitimação mais progressistas do pensamento neoliberal. O que implica no discurso atroz contra os direitos humanos e direitos das minorias marginalizadas. Em função de que as causas do empobrecimento e da violência simbólica são fruto do progressivismo como a causa da precariedade da economia. Com ataque aberto da plutocracia contra democracia, contra emancipação social, política e econômica da população como um todo por meio da generalização de direitos percebidos como universais. Para Souza (2020, p,167):

É como se a culpa da continuação e do aprofundamento do desemprego e da pobreza fosse das políticas cosméticas de emancipação das minorias. Afinal, é o que as pessoas veem na dimensão da vida cotidiana. Mulheres, LGBTs, negros e latinos passam a ser os alvos visíveis da classe trabalhadora branca e decadente, possibilitando a escalada do sexismo, da misoginia, da homofobia e do racismo aberto e indiscriminado. Num ataque ao establishment empacotam o descontentamento difuso do povo ao travestir o discurso de bolsonaro de antielitista.

O inimigo é a “elite”, nunca definida enquanto tal e podendo assumir qualquer rosto ao gosto do freguês, além da imprensa. O ataque à imprensa tradicional tem o objetivo de eliminar a diferença entre verdade e mentira e atacar a própria linguagem da emancipação e dos direitos. Daí que o multiculturalismo, a proteção ao meio ambiente e a luta pelos direitos das minorias passem a ser vistos como a causa real de todos os problemas.

O ataque é feito em nome da “sinceridade” e da “verdade”, travestindo o ódio e o ressentimento como se fossem virtudes. É preciso ser “sincero” e dizer a “verdade” atacando diretamente pobres, negros, mulheres e LGBTs, acusando-os de fazer “mimimi” e reclamar sem razão o tempo todo. Daí que a radicalização no nível do discurso do ódio tenha podido ultrapassar limites de modo antes inimaginável.

Nesse caos social, o grande capital se reveste com as roupagens do povo e finge representar os interesses populares. Sobra nesse momento muito rancor e ressentimento que para Bolsonaro serviu como uma luva, porque soube muito bem direcionar os anseios e medos em uma voz que representa a maioria silenciosa, sob a virulência de um discurso de outsider. Com essa guerra de ideias para criminalizar e estigmatizar o controle do Estado, os indivíduos se juntam em grupos para um fim comum, formando uma unidade, que estabelece as ligações necessárias para a identidade e para legitimar a ideia de totalidade. O desejo por unidade alimenta os elos sintéticos, que submetem os indivíduos ao mesmo sentimento e que os coloca igualmente diante de um líder que pode tanto ser político, militar ou religioso (Freud, 1921).

Quando líderes populistas como Bolsonaro ressaltam que serão a voz do povo, apelam a receptividade das massas em busca de unidade, como se pode observar em:

Assim, as necessidades da massa a tornam receptivas ao líder, mas precisa corresponder a ela com suas características pessoais. Ele próprio tem de estar fascinado por uma forte crença (numa ideia), para despertar crença na massa; ele tem de possuir uma vontade forte, imponente, que a massa sem vontade vai aceitar." (FREUD, 1921, pág. 127).

Conforme dados da pesquisa Datafolha, realizada em março de 2015, mais da metade dos cidadãos concordava totalmente em entregar o poder a um político honesto, o que corresponde a busca de um líder capaz de criar identidade a um grupo que anseia pelo sentimento de unidade na voz da liderança de alguém que confiem. Cabe ainda a reflexão de que o termo honesto remete a ideia já constantemente debatida no capítulo anterior, cuja falsa e seletiva moralidade entra em jogo como se a corrupção fosse fiel fiadora do Estado e só lá existisse na figura de uma classe de políticos esquerdistas e corruptos que não servem para representantes ou líderes, porque não são suficientes para criação de uma mínima imagem de identidade ao povo que enxerga, inclusive em um juiz o propósito da representação, justamente por conta da identificação de pautas

morais. Criando fantasiosamente a imatura ideia de mocinhos contra bandidos e assim a idealização de um líder, conforme a obra *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (Freud, 1921), no que diz respeito a identificação de um líder ao povo e vice-versa. Nesse contexto, o discurso do líder deve corresponder as expectativas das massas, que culturalmente manipuladas requerem a bandeira da anticorrupção, assim como um discurso mais emocional de forma a simplificar o mundo. O contexto do populismo a que está envolto o discurso fatídico de haver apenas uma liderança capaz de transcender a vontade da maioria, que absorve do líder uma voz que represente sistematicamente um novo discurso pleno de legitimidade porque alcança os desideratos desejados pelas massas. O que implica em referendar a retórica da idoneidade e sacralidade por meio de uma liderança, que se coloca acima do sistema, o interesse das massas, não respeitando os direitos individuais. Porquanto, merece todo voto de confiança, em função de fazer a vontade do povo e de se colocar na condição de embaixador da verdade e da honestidade. Como se pode observar nas informações abaixo o apelo ao líder honesto, que até pode ser um político ou juiz é extremamente eficaz, porque torna o desejo das massas simbolicamente possível, em função de uma liderança que traduz a voz de uma maioria na figura de um representante político, que expresse a honestidade, como a maior das virtudes, assim como os valores por trás de um líder representante da classe moral, a classe média, nas figuras respectivas de Bolsonaro e Serjo Moro que convergem para o resultado a seguir:

Tabela 4– Alternativas para a crise política (%)

Opções	Entregar o poder para um político honesto	Entregar o poder para os militares	Entregar o poder para alguém fora do jogo político	Entregar o poder para um juiz honesto	Tomar decisões políticas por consulta popular e plebiscitos	Fortalecer organizações como ONGs e movimentos sociais
Concordo totalmente	64,20	27,70	13,10	43,70	40,50	27,90

Torna-se evidente que a moralidade do líder honesto, tanto pode estar associada a presença de um político que representa uma nova ordem, que não faça parte do jogo

político sujo da velha política tradicional e se traje com vestimentas de honestidade, fruto de um delírio de massa imatura que credita todo voto de confiança na presença de duas figuras Bolsonaro e Serjo Moro.

Bolsonaro é parlamentar medíocre que ao longo de toda a trajetória política aprovou apenas dois projetos de cento e setenta. Além disso, faz parte de uma lógica de classe política, o político profissional, porque vive das custas do povo a mais de vinte e nove anos e mendaciosamente prega contra a velha política. Exaltando um passado irreal com a presença da ditadura militar, onde as instituições eram respeitadas e o sistema funcionava porque eram os militares no poder independente da forma como assumiram, um golpe por exemplo, e é nesse passo que se faz iliberal ou antidemocrático, porque defende abertamente a ditadura. O mais paradoxal está no discurso de defensor da família e da honestidade sendo um multiplicador do próprio patrimônio, de forma a não corresponder a própria renda, talvez tenha ganho na loteria? Mas o pior é que ataca a imoralidade como a corrupção e a desonestidade tendo enriquecido com dinheiro suspeito e como defensor da família cristã se diz conservador mesmo tendo casado três vezes, sendo o último com uma mulher que poderia ser sua filha, sem contar que teve dois filhos fora do casamento. Não é preciso mais de meio cérebro para perceber que soube muito bem ludibriar a massa com velha retórica do populismo de direita conservador e que surfou na onda de uma mídia mentirosa que contextualizou o patrimonialismo como essencial para sociedade, abrindo espaço para um boçal que nada sabe sobre política, assumido por ele mesmo quando repassa a responsabilidade sobre questões viscerais como economia, quando fala: “Quem decide será o Ministro da Fazenda?”. Além disso, abre o mesmo caminho para um juiz tucano transvestido de justiceiro. Tudo isso fica expresso na tabela acima que demonstra claramente a intenção de voto em um político ou juiz supostamente honesto.

A mesma estratégia serve para o universo do moralismo na política, desde idos tempos, em meados da metade do século XX, para o qual autores como Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro contribuíram na construção da imagem de um brasileiro desonesto e vagabundo. A mídia soube dinamizar esse processo em conluio com aparato jurídico-policial encenado na Operação Lava-Jato, com vazamentos seletivos de informações judiciais, de modo ao julgamento dos que atuam contra a desigualdade, no país, na figura do Partido dos Trabalhadores. Apresentou-se uma narrativa de que somente políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores eram corruptos ou que a maior corrupção do mundo ocorreu em nosso país. Ignorando o fato de que após a saída da

presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assumisse como representante nacional e mesmo envolto em comprovadas acusações de corrupção se manteve no cargo, drenando todo orçamento público para bancos e oligopólios, ou seja, a elite nacional e internacional. Minando legitimamente a ideia de que a moralidade na política é fundamental em nossa sociedade, já que nenhuma alma branca e bem-vestida ou não saiu às ruas para protestar (SOUZA, 2020).

É preciso saber que o direito só se desvincula historicamente da política nos últimos séculos do desenvolvimento ocidental. Antes, ele era subordinado à política. O que era considerado justo era fruto de um julgamento político que impunha a vontade do mais forte. Esse era o “direito material”, ou seja, o fundamento do que era percebido como direito estava fora dele e representava sempre a vontade do mais forte, do mais rico e do mais poderoso. O caminho para a autonomia da esfera jurídica se dá com a noção de “direito formal”, ou seja, segundo a qual o conjunto de princípios, procedimentos e regras processuais têm a função de preservar a autonomia do que é jurídico por oposição, precisamente, ao que é político (WEBER, 1985).

No nosso país cuja entrada no sistema jurídico se dá por concurso público, o agente jurídico age somente por delegação da soberania popular advinda do voto democrático, precisamente para que possa manter sua independência em relação à opinião pública. O direito serve para garantir a universalidade de tratamento a todos de modo a prevenir a injustiça. Graças a ele que todos devem ser tratados do mesmo modo, em respeito a lei. O juiz fala nos autos, e não na imprensa e nos jornais, porque não pode haver a judicialização da política ou a politização da justiça. A ideia é que sempre que houver a predominância da política sobre a justiça, tem-se a desvalorização da autonomia judiciária. Exatamente, o que ocorreu com a Lava-Jato. A contraposição midiática da figura de esquerda atrelada a figura de Lula foi colocada em confronto com a figura imaculada do juiz Sérgio Moro, como imagem maior da direita. Traduzindo um discurso de direita muito forte e ao mesmo tempo, tirando do “armário” adeptos dessa política, que foi tão poderosa quanto o combate à desigualdade.

Conforme Souza (2016, p. 114-115):

A perda da eleição de 2014, que a classe média engajada- que havia votado em massa em Aécio Neves- imaginava ganhar-, conferiu uma sensação de desespero. O desespero de que eleitoralmente não havia saída. Foi uma sensação compartilhada com a elite do dinheiro e seus aliados de sempre na imprensa e na mídia. Afinal, em uma sociedade em que 70% das pessoas não possuem privilégios de qualquer espécie, uma esquerda minimamente articulada

só perde eleição se for muito incompetente. É aí que entra a figura política do juiz Moro. Ele representa a incorporação do discurso que faltava para os manifestantes de junho de 2013 incensados pela mídia. As bandeiras abstratas anticorrupção das jornadas de junho tomaram-se concretas com a operação Lava Jato. Agora a articulação do partido da elite estava completa: o partido da rapina econômica tinha não apenas seus braços de sempre na mídia e no Congresso, mas possuía uma base social engajada e motivada e um discurso potente e concreto.

Trata-se de um discurso construído há décadas para manipular o tema da corrupção. Por meio dele, toma-se tanto a corrupção legal quanto a ilegal invisíveis no mercado comandado pela elite do dinheiro, de modo a usar o Estado e quem o ocupa como bode expiatório conveniente sempre que necessário. Agora, esse discurso é mais necessário que nunca. A construção da violência simbólica necessária para a retirada do inimigo de classe do comando do Estado foi refinada. Como toda narrativa midiática, o discurso da moralidade na política tem que ter também apelo afetivo, como acontece nas telenovelas, com seus galãs e heróis. A juventude do homem de olhar sempre focado no horizonte distante, de rosto quadrado, cabelo bem-cortado, camisas escuras e poucos sorrisos no rosto sério, montam a estética perfeita para o portador do discurso “doa a quem doer” o do “estamos refundando o Brasil”. Sérgio Moro foi a figura perfeita para a estratégia do golpe funcionar, seja para a classe média nas ruas que o via como um dos seus, seja para os membros do aparelho jurídico-policial que o percebiam como a encarnação perfeita do partido corporativo que se traveste de partido do bem comum.

Cria-se uma casta jurídica, cujas benesses são profusas, com garantias profissionais e previdenciárias acima do padrão do mercado e uma legitimação do motivo pelo qual essa casta é melhor do que o restante dos mortais. Tem que se parecer justo para poder se legitimar com a lógica de que o mérito é a fonte do sucesso, porque para entrar nesse universo se faz necessário competir em concursos que exigem anos de dedicação, ou seja, a justificativa para o merecimento de altos salários e privilégios de classe. Outro fator preponderante é o discurso de que promovem algo de importante, como guardiões da moralidade, assim com a Lava-Jato, julgam-se promotores da limpeza moral no país. Conforme se observa, em Souza (2016, p.116-117):

O contexto criado de caça às bruxas é perfeito tanto para legitimar os privilégios mais descabidos quanto para campanhas paranoicas de redução sistemática das garantias constitucionais e democráticas, e para relativização de todas as garantias legais em nome da “limpeza moral” do país. O procurador Dalton Dallagnol, por exemplo, da equipe da Lava Jato, junta assinatura de evangélicos para apoio a projetos de lei que inibem mais ainda as garantias e direitos individuais.

O Estado policial é o melhor terreno não apenas para legitimar privilégios corporativos, mas também para permitir a apropriação e captura da agenda do Estado, com vistas a um aprofundamento cada vez maior do Estado de exceção. Afinal, quanto menos garantias aos direitos individuais e quanto maior o ataque à presunção de inocência, maior o poder relativo dessas corporações.

A regulação de um mercado espoliador e cartelizado, como o nosso, passa pela cabeça de poucos da casta jurídica. O Brasil teria muito a ganhar com o controle dos oligopólios e das práticas cartelizadas que caracterizam o mercado brasileiro. Isso, sem falar na evasão fiscal dos endinheirados. Mas o que dá manchete nos jornais e o direito aos quinze minutos de ribalta e luzes é tão somente os negócios

do Estado criminalizado, especialmente quando ocupado pelo inimigo de classe. E a mesmíssima oposição entre o Estado criminoso e o mercado virtuoso criado pela nossa pseudociência servil, que depois foi naturalizada pela mídia. O mercado palco do saque de uma população desprotegida fica intocado pela sanha justiceira. O Estado, contra os inimigos de sempre, passa a ser o fio condutor único que liga de modo impessoal e invisível- e por isso mesmo de modo mais eficaz- todas as corporações da casta jurídica.

Em outras palavras, as manifestações que se iniciam nas jornadas de junho apresentam braços fortes e evidentes. Um deles, é a mídia que inverte a realidade conforme os interesses da elite. Outro é a facção corporativa da casta jurídica comprada pela vingança da derrota de 2014, com um esquadrão de tucanos que formavam a equipe de delegados da Lava Jato. Juntaram-se a isso vazamentos seletivos de depoimentos e de delações para criar o clima de linchamento público do governo. Envolvia manipulação de informação, seletividade de conteúdos, simplificação de questões complexas, estímulo aberto a pré-julgamentos, além da eliminação do contraditório e do direito de defesa. A presunção de inocência, marco fundamental da ordem jurídica democrática desapareceu. O que apareceu foram as cores partidárias que o aparato jurídico-policial fornecia material ilegal em massa aos órgãos de imprensa, que manipulava o público e demonizava o inimigo. Para Souza (2016, p. 120):

Por meio do discurso da mídia manipuladora, ela era transformada em “povo” nas ruas. Muitos acreditaram, inclusive o governo inarticulado e sem defesa. A partir de março de 2015, ocorreu uma idealização completa das manifestações, celebradas como rebelião pacífica, democrática e popular. Famílias com a camisa do Brasil e bandeira em punho expulsaram as bandeiras de partidos.

A televisão explicava que as manifestações contra o governo eram espontâneas e apolidárias, enquanto as manifestações a favor do governo eram organizadas por militantes partidários. A mentira da “espontaneidade” se juntou à desqualificação dos partidos que possuem efetiva penetração popular.

A divisão de trabalho entre o linchamento televisivo e os vazamentos seletivos produziu dois efeitos conjugados que se retroalimentaram. O cerceamento da defesa das acusações sem provas se dava tanto na dimensão das ruas, com os painéis e as vaias sempre que a presidenta fazia pronunciamentos públicos procurando se defender, tanto quanto na esfera processual. O juiz Sérgio Moro passou a transformar- prisões temporárias de cinco dias prorrogáveis por mais cinco em prisões preventivas, que se alongavam por meses a fio. Os recursos levados às instâncias superiores eram invariavelmente recusados.

Nesse caso o inimigo político teve qualquer defesa negada, inclusive a que deu origem ao fundamento da ordem legal democrática, criando território ao cerceamento da liberdade, com um julgamento antecipado nas ruas. Nessa toada que Sergio Moro se tornou celebridade de revista e de jornal como única figura de direita capaz de duelar com a maior figura de esquerda brasileira desde 2002. Rivalizam-se o combatente da desigualdade e o combatente da moralidade. Num apelo diuturno a favor da moralidade,

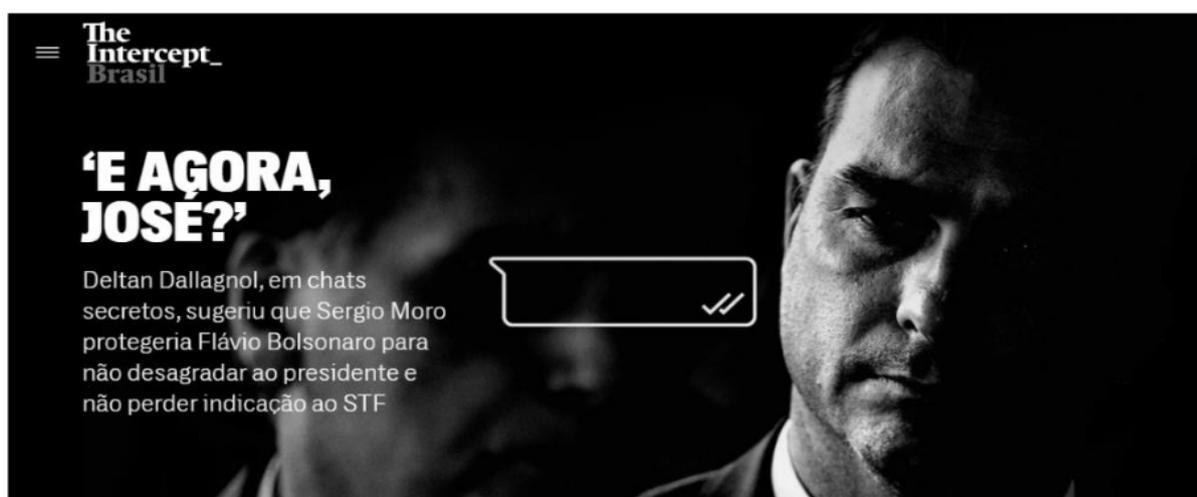
que em meio a crise econômica e regressão de políticas públicas tomou parte de setores das classes populares que passaram a se identificar contra os próprios interesses. Ou seja, compraram as pautas de um moralismo de fachada, que hoje qualquer indivíduo com mais de dois neurônios é capaz de se enojar. A mídia fazia uma força extraordinária para demonstrar que setores de todas as classes lutavam pelo moralismo no país, apresentavam pessoas negras, pobres e outras minorias nos protestos dando a entender que não era um projeto da elite, da classe média conservadora, mas de todos os brasileiros. Ao inviabilizar o golpe do judiciário, com o vazamento ilegal e seletivo de uma conversa de Dilma e de Lula, trataram de realizá-lo por meio do golpe político, comprando o congresso cheio de uma politicagem venal, disposta a sabotar o próprio país e abrir as portas para a rapina em nome de uma elite nacional e de aproveitadores internacionais (Souza, 2016).

A ação de um congresso comprado, de uma mídia mendaciosa e de uma casta jurídica e partidária que se consumou o golpe. Com vazamento de ilegalidades antidemocráticas passando os limites do que é espaço da justiça ou espaço da política. Assim, destrói-se a independência dos poderes e a crise democrática se revela, com juízes e a própria mídia fazendo política abertamente, com a passagem do direito material ao direito formal (WEBER, 2004).

O engodo era composto pela manipulação de conteúdo, seletividade de informação, simplificação de ações complexas, inexistência do contraditório, de direito à defesa, à presunção de inocência, como marco fundamental da ordem jurídica democrática. Nesse sentido, não existe adversário político, porque não aceitam ninguém que contraponha o discurso do qual são os únicos donos da verdade. Não é a toa que atacam às instituições, à mídia tradicional e até mesmo o poder judiciário, desde que não siga a sina de ameaçar e destroçar o inimigo, que é a princípio a esquerda na figura do Partido dos Trabalhadores. Contudo pode ser qualquer outro, caso venha a se opor aos interesses aos quais o bolsonarismo quer se apresentar. São os fiéis fiadores de uma razão populista, como princípios de uma nova direita, que agride e humilha inimigos, sujeitos marginalizados, o estado democrático, a própria imprensa, as instituições, inclusive o próprio judiciário. Tudo isso fica explícito nos discursos do populismo bolsonarista que em grau nenhum pode ser contestado e jamais criticado sob o risco imaturo de uma perseguição, que surge por meio de ataques diretos e indiretos do populismo de direita e seu estafermo exército de seguidores (SOUZA, 2016).

Em razão disso, a parcialidade da operação Lava-Jato foi fundamental para a condenação do principal adversário político de Bolsonaro, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, porque passaram o “pano” em provas venais para o processo de criminalização de um símbolo da desigualdade, Lula. Invariavelmente, ignoraram as revelações do The Intercept Brasil, por meio de dados que vieram à luz, por causa de várias irregularidades e ilegalidades cometidas pelos procuradores, chefiados, à época, por Deltan Dallagnol e pelo juiz Sérgio Moro, mas que não tinham a menor relevância, em função de atrapalhar os desígnios do bolsonarismo, visto que o que importava era estigmatizar de qualquer forma a imagem do inimigo político, sem se importar com as medidas pelas quais esse processo se realizasse, não importando a judicialização da política ou a politização da justiça.

**Figura 1:** Imagem da capa da matéria publicada no site The Intercept



<https://theintercept.com/2019/07/21/deltan-dallagnol-sergio-moro-flavio-bolsonaro-queiroz/> Acessado em 21 de janeiro de 2020.

Foi um dos elementos que propiciou a vitória do bolsonarismo em 2018. De fato, isso não implica em dizer que a grande mídia desejava Bolsonaro. Foi uma forma encontrada para federalizar os movimentos nas jornadas de junho de 2013 e alçar o antipetismo como marca registrada de um falso moralismo, ou luta pela anticorrupção em nome de uma elite que aproveitou para saquear o país ao desmontar o processo que garantiria a soberania brasileira frente a grandes nações, como o pré-sal sustentando o desenvolvimento em tecnologia e educação. Contudo, foi a condução inapropriada da justiça junto à mídia, que possibilitou a derrocada do país, imergindo-o no caos político e no econômico. A “Vaza-Jato”, termo cunhado para dimensionar o estrago a que a operação conseguiu realizar por conta de interesses partidários e sorrateiros, mostrando a

parcialidade comprovada pelo site The Intercept e divulgada amplamente em diversas mídias como a que segue (SOUZA, 2020).

**Figura 2:** Capa do jornal Folha de S. Paulo da edição de 23-06-2019



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/lava-jato-articulou-apoio-a-moro-diante-de-tensao-com-stf-mostram-mensagens.shtml>. Acessado em 01 de janeiro de 2020.

As informações interceptadas do então juiz Sergio Moro a procuradores da Operação Lava Jato demonstram a parcialidade da justiça, questionam-se as condutas dos representantes do judiciário nesse caso. Pois o site The Intercept prova que Moro influenciou os trabalhos. É notória a participação seletiva e reverberação de ações jurídicas, com desideratos delineados de populismo bolsonarista e interesses pessoais, colocando em risco a justiça ética e moral. Já que após a eleição de 2018, com a vitória de Bolsonaro, Moro ganha a função de não só de ministro da justiça, bem como a de neutralizador da oposição política do Supremo Tribunal Federal. Abafando o velado autoritarismo e práticas populistas amalgamadas a ideologias neoliberais que colocam em risco, sobretudo, a democracia. Ganham força ideologias conservadoras de populismo de direita com o pujante ódio aos sujeitos marginalizados sustentado pelas redes sociais e interpretados humoristicamente. Arrastam-se seguidores e apoiadores com sentimento de moralização da política, como se Bolsonaro fosse de outro universo político do qual inexistem os conchaves, ou seja, a velha política do toma-lá-dá-cá. Concomitantemente, tem-se o apelo ao fundamento religioso colocando-o como primordial a família heterossexual e cristianização da esfera pública (SOLANO, 2018).

Apresentam-se discursos que se vestiram com roupagens de verdade, porque fizeram parte de um arcabouço de enunciados do bolsonarismo, entre meados de 2013 a 2018, em falas plenas de ódio e fake news para desconstruir os pressupostos democráticos, de forma a demonstrar o autoritarismo, a demagogia e o populismo. Tudo é efetivamente pronunciado com viés atroz tanto a adversários políticos como a grupos

marginalizados, ambos inimigos. São falas de Jair Bolsonaro que pautam não só os discursos dos próprios filhos, assim como a dos apoiadores em mídias virtuais, com textos e imagens postados nas redes sociais e comprovadamente frutos de fake news, apontando sempre para uma política de ódio para possíveis inimigos, para partidos políticos, para grupos identitários que não coadunam dos mesmos pensamentos ideológicos. Nesse campo de ataque os alvos frequentes são universidades cujos professores são tidos como doutrinadores comunistas, a imprensa, gays, feministas e negros, assim como uma elite de corruptos na política, a qual Bolsonaro quer se mostrar como contrário: o antissistema o antielitismo. É nessa toada que se incorporaram discursos de um populismo de extrema direita, pois se coloca como único porta-voz da política capaz de destroçar os supostos inimigos e políticas e culturas comunistas que levaram o país a uma crise que se enraizou durante governos de esquerda.

Para tanto, apropria-se da mesma retórica de luta contra a violência, contra a corrupção, contra culturas e políticas que não defendam famílias honestas em função de ideologias conspiratórias presentes em universidades e grupos marginalizados como os defensores dos negros, indígenas, mulheres, quilombolas, homossexuais e esquerdistas. Com isso ganham força a banalização do ódio em práticas populistas, que combinam, agressividade, autoritarismo e neoliberalismo, cujo contexto, enseja grave risco à democracia, com ataque direto à república, ao multiculturalismo, de forma a ser interpretado com humor nas redes sociais (SOLANO, 2018).

A comunicação de massa e as redes digitais transformam-se em amplos meios privilegiados, para os quais Bolsonaro criou o vínculo a seguidores e militantes, onde permeia o ódio e o medo, que são produto da ligação entre o lado conservador e o lado ultraneoliberal. De forma a traduzir as pautas progressistas e identitárias como culpadas pelas crises, sendo o indivíduo, nessa lógica neoliberal, o único responsável pelo sucesso ou insucesso, para de fato justificar a meritocracia em nome do individualismo, não mantendo nenhuma relação ao coletivo (DARDOT; LAVAL, 2016).

### 3.5 O Populismo E As Mídias Sociais

A internet ganhou tamanha relevância na nossa vida e se tornou fundamental tanto para o entretenimento, quanto para o trabalho. Ela possibilitou a comunicação instantânea das pessoas, modificando o universo de relações pessoais tanto para o bem, como para o mal. Tornou-se palco de crimes como censura de informações, de vigilância e de

espionagem ilegais, assim como violações de direitos humanos e civis, com ataque descarado à democracia e com a descaracterização do debate público democrático, que é pautado por grupos de ódio e de segregação. A desconstrução do processo de espontaneidade se dá pela construção de discursos que servem tanto para uma pessoa específica, quanto para comunicação de muitos para muitos. No sentido de que a ausência do público e do privado com textos, cuja página apresenta temas íntimos e ao se rolar a mesma, surgem temas públicos, com questões políticas, por exemplo. Nessa relação, cabe ainda o raciocínio de que a comunicação de um sujeito que se especializa como jornalista tal qual a empresa a que trabalha, ambos se responsabilizam pelas mensagens. Ao contrário, a internet criou um universo de comunicações anônimas que podem minar o debate, porque pode ser expressa por agentes políticos com intuito de multiplicar vídeos, textos, áudios, imagens com a confirmação de preconceitos e preferências dos interlocutores, que compartilham, imediatamente, a comunicação em função da afinidade com o discurso. Por trás dessas informações, sempre há um jogo de interesse de empresas para coletar dados privados e vendê-los como forma de propaganda construída metodicamente, conforme as escolhas dos usuários. O problema é que indivíduos dispostos a acreditar em notícias, que confirmam as próprias crenças, criam bolhas para as quais a diversidade de opiniões é excluída. De forma, a distorcer ou manipular tudo o que for contrário aquilo a que creditam como verdade (CASTELLS, 2017).

Plataformas de internet são vendidas por muito dinheiro e como se sabe as redes sociais comumente não cobram por serviços. Mas então como se sustentam? Saber como funcionam é importante para compreender que a resposta é simplesmente publicidade direcionada em serviços gratuitos, que coletam dados privados de usuários em troca do uso de serviços como Facebook, Twitter, Youtube, Whatsapp e outros. O interesse que existe por trás desses serviços é a venda de propaganda, assim quanto mais anunciantes e maior o número de usuários, tanto maior a possibilidade de vendas de determinado produto anunciado. A diferença para a propaganda tradicional nos canais de televisão é que é genérica para os usuários, ao passo que a automatização por trás do processo de plataformas de internet potencializou o perfil do potencial consumidor. Esse processo se dá pela coleta de bilhões de dados de usuários, ou seja, as empresas de tecnologias se mantêm com as informações dos usuários direcionadas à publicidade. A lógica por trás de tudo está na maior exposição do internauta na plataforma e assim maior

a quantidade de informação obtida e mais direcionada a propaganda (BENNETT; THOMPSON, 2018).

As pessoas não estão apenas buscando notícias, como também estão formando opinião ou visão de mundo na internet, que tem pautado a forma como interagem entre si e com as informações. Cada usuário é, na verdade, um receptor e interlocutor de mensagens. Nesse universo a quantidade de informações a que estamos sujeitos é gigantesca e assim a própria rede social é responsável por organizar os dados. O Facebook utiliza o feed, que para cada usuário é personalizado, conforme o critério de interesses do próprio internauta. Para tanto utilizam-se algoritmos que são códigos de programação destinados a selecionar conteúdos mais próximos ao que os usuários se identificam. Isso pode ser cunhado pelo termo “bolha” que são ambientes, onde circulam informações que apenas tem a ver com perfil de usuário, nada que contrarie seu ponto de vista. É uma espécie de eco do que se pensa ou acredita. Para Sorj (2015, p.24):

Diante dessa questão, alguns cientistas sociais do Facebook analisaram, em estudo publicado na revista Science, a maneira como mais de 10 milhões de usuários interagiam com links de notícias políticas. Eles constataram que a plataforma de fato criou bolhas que ecoam e confirmam nossas próprias ideias.

A ideia a ser avaliada é a respeito da forma como nos informamos e o modo como repassamos essa mesma informação. Embora os algoritmos, tendem a se relacionar com pessoas e informações a que se identificam. Por isso ambientes virtuais têm enorme possibilidade de se espalharem exponencialmente dentro das bolhas. E é exatamente assim que propaganda comercial ou política atingem um número absurdo de pessoas em pouco tempo. As redes sociais não criaram o consenso de opiniões entre indivíduos, apenas reforçaram. Algo que já existia antes das redes sociais, mas que se refinou a partir de códigos que coletam e analisam dados o tempo todo. As informações que o usuário repassa cria uma espécie de perfil que reforçam preferências ou preconceitos. Parece informações aleatórias, contudo podem ter objetivos ideológicos e políticos que manipulam uma infinidade de internautas. Da mesma forma que cada leitor off-line pode escolher qual filtro editorial que melhor lhe convenha. Com as redes sociais, os feeds do Facebook chegam prontos e não há alternativa. Para Sorj (2018, pp 28-29):

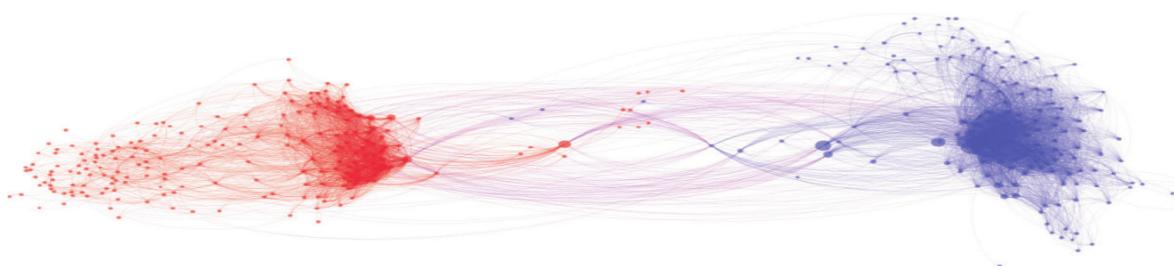
Essas novas tecnologias de personalização, quando usadas para propaganda política, podem ter graves consequências para a democracia. Empresas especializadas em marketing digital prometem direcionamento de anúncios políticos que agora podem combinar ciência comportamental, análise de big data e

publicidade direcionada. A partir desses instrumentos, é possível fazer circular mensagens que podem fortalecer preconceitos e recrudescer visões de mundo, de um lado, ou aproveitar-se de medos e vulnerabilidades, de outro. A precisão desse tipo de técnica pode ser maior do que se imagina. A interação política intensa que ocorre nas redes sociais e as novas possibilidades de personalização tornam viável que a publicidade política chegue até pessoas que se encaixem em determinados perfis de modo muito cirúrgico. Hoje em dia, várias companhias oferecem esse tipo de serviço [...] Isso pode ter consequências no resultado de uma eleição ou de uma disputa política. Suponha que determinado partido político ou o lobby de produtores de armamentos queira aprovar uma lei liberando a venda de armas no Brasil. Para uma audiência mais sensível ao risco de assaltos, a mensagem poderia trazer a imagem de um assaltante quebrando o vidro de uma casa ou maltratando uma família durante um roubo. Para uma audiência mais preocupada com a liberdade individual, a mensagem poderia trazer a imagem de um clube de campo com pessoas felizes atirando em alvos. O objetivo é mobilizar emoções para atingir objetivos políticos.

A personalização da propaganda política é apenas um dos impactos que as novas formas de nos relacionarmos têm na discussão política. Concomitantemente ao uso crescente de redes sociais como meio de disseminação de notícias e como fórum de debate público, podemos observar uma grande polarização no debate político, tanto no Brasil como no mundo. A relação entre mecanismos de personalização e criação de bolhas, de um lado, e o crescente antagonismo na política, de outro, é fundamental para compreender a maneira como temos falado sobre política hoje em dia – conversando, brigando e, muitas vezes, deixando de ouvir o interlocutor.

Para o populismo de direita, todos que adotam a mesma ideologia criam a coesão de grupo ou bolha como já mencionado. Todos indivíduos com posições diferentes são antes de adversários, inimigos por meio de um processo que promove o antagonismo, um julgamento contra qualquer argumento que esteja em desacordo ou não se encaixe nos termos definidos pela oposição nós/ eles. Destruindo a possibilidade de diálogo, com absoluta diferença, entre o conflito de ideias, que reconhece a legitimidade delas de forma plural, como características primordiais da democracia liberal. Ao contrário, o autoritarismo de ideologias de direita como o populismo se coloca como a voz da verdade a se impor a um amplo campo de atores que são desqualificados do espaço político por pensarem diferente (MOUNK, 2019).

**Figura 3** - A estrutura do debate político brasileiro nas redes sociais em 2016



Fonte: <[https://www.facebook.com/monitorododebate-politico/?ref=br\\_rs1](https://www.facebook.com/monitorododebate-politico/?ref=br_rs1)>. Acessado em 21 de março de 2019.

A figura representa as quinhentas páginas mais importantes sobre assuntos políticos no Facebook em 2016. Cada página Web é uma bolinha que representa a quantidade de posts curtidos por pessoas diferentes. Quanto mais popular a página, maior a bolinha que a representa. Dessa forma, quando uma página tem um post que é curtido por uma pessoa que também curte um post de outra página, as duas bolinhas são unidas por uma linha. A figura mostra a interação de 12 milhões de brasileiros com essas 500 páginas. As bolinhas pintadas de azul formam um agrupamento de páginas muito próximas: as mesmas pessoas curtiram posts dessas páginas. Esse agrupamento está muito distante daquele pintado de vermelho, indicando que quem curte posts das páginas pintadas de azul não curte posts daquelas pintadas de vermelho. Nesse processo se observa claramente a polarização entre ideologias de esquerda e de conservadores ou populistas de direita (SORJ, 2015, p. 32).

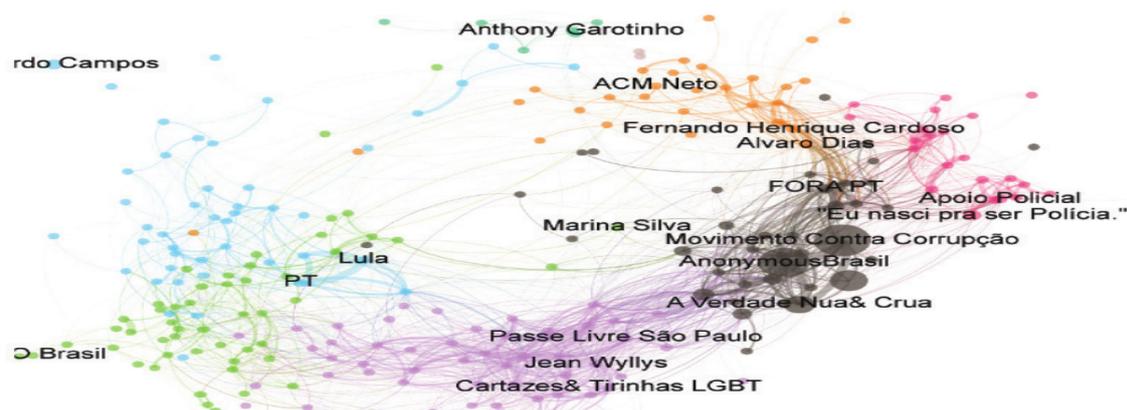
De 2015 a 2016 as redes sociais receberam um grande potencial para fomentar o debate público, passando o foco da discussão à relação direta da população, que por sua vez passa a ser propulsora das dissidências e protagonista do processo.

Em pesquisa realizada em 31 de março de 2016 na manifestação contra o impeachment, 90% dos entrevistados declararam considerar graves os casos de corrupção denunciados na operação Lava Jato e 75% consideraram graves os casos do mensalão petista. Ou seja, naquela época, havia um consenso entre todos os manifestantes sobre a importância do combate à corrupção e sobre a primazia do caráter público e gratuito dos serviços públicos. Além de enfatizar as diferenças e esconder os consensos, a polarização do debate político faz com que os lados criem caricaturas uns dos outros. A disposição para compreender os argumentos que mobilizam os membros de cada um dos polos sobre o outro é muito restrita – por trás das denominações pejorativas “coxinhas” e “mortadelas”, há uma visão preconcebida e simplória sobre o lado ideologicamente oposto (SORJ, 2015, p. 35).

Os opostos podem ser encontrados antes da internet e são caracterizados pelo termo polarização, contudo são as plataformas virtuais que intensificam esse fenômeno, como se pode observar na comparação entre 2013 e 2016, onde se pode observar que a estrutura das relações tinham outra dinâmica, como a parte superior dominada por acessos a páginas ligadas a ideologias que representam à esquerda, o Partido dos Trabalhadores. À direita, tem-se o acesso às páginas ligadas às ideologias, que

representam a direita, ao PMDB e ao PSDB. Pode-se observar abaixo que o campo da política institucional está em contraposição ao campo inferior da sociedade civil, em que à esquerda estão os ambientalistas (em verde) e os movimentos sociais (em rosa), e à direita, os grupos que apoiam a polícia e os militares (em azul-claro).

**Figura 4-** Estrutura das páginas do Facebook em 2013



Fonte: <[https://www.facebook.com/monitorordodebate-politico/?ref=br\\_rs2](https://www.facebook.com/monitorordodebate-politico/?ref=br_rs2)>. Acessado em 16 de março de 2019.

O que melhor traduz o que foi dito até então é que a polarização política tinha menor relevância, de forma que tanto o combate à corrupção, quanto os temas ambientais, por exemplo, ficava no dois polos. Apenas depois de 2014, que a estrutura polarizada passou a se estruturar e se agravar continuamente dando vida a um conservadorismo acirrado e açodado, que culminou no populismo de direita na figura do presidente Jair Messias Bolsonaro. Com o fenômeno do bolsonarismo e uma intensa interação contínua de usuários de redes sociais, ao apareceram consequências como um empoderamento de milhões de pessoas que passaram a se posicionar nas disputas políticas, quanto a descontextualização de discurso e a fabricação de informações falsas descontroladamente.

Não se apresenta nada de novo nos fenômenos da polarização política ou nas fake news, pois a divulgação de boatos e informações deformadas já eram utilizados antes mesmo da internet. Para se ter uma ideia de quanto isso é antigo na “República” de Platão, escrita em torno de quatrocentos antes de Cristo, a “mentira nobre” servia para justificar o que, de outra forma não seria aceitável pela grande maioria da população. No entanto, o tema ganha novos meandros com o ambiente digital, porque apresenta uma enorme quantidade de ferramentas virtuais para facilitar a circulação de dados, criando um novo contexto para a sociedade com consequências imprevisíveis como a ascensão de políticas extremistas com o populismo de direita, no qual a relação e o respeito entre

aqueles que têm posições diferentes se destroçam. Justamente porque reforçam o comprometimento com leituras de notícias e de opiniões a partir de links ou de sites, a que se alinham ideologicamente. Nesse sentido que Sorj (2015, p.44) ressalta que:

Em levantamento realizado pelo Monitor do Debate Político no Ambiente Digital da USP, descobriu-se que, nos primeiros meses de 2017, o Brasil produziu 3 mil matérias de jornalismo ou de opinião política por dia. Isso não inclui postagens de indivíduos: apenas as publicações dos maiores jornais, revistas, portais e blogs. Parte do acesso a esses milhares de matérias diárias se dá diretamente por meio do acesso aos sites. Outra parte, muito maior, se dá por meio de links desses veículos compartilhados nas mídias sociais, principalmente no Facebook, mas também no WhatsApp e no Twitter.

Em particular, em um cenário muito polarizado, esse comportamento ganha ares de missão: viramos soldados em uma guerra de informação. As pessoas estão tão convencidas de seu ponto de vista que consideram absurdo o ponto de vista do inimigo. Por isso, quando observamos e analisamos o que é compartilhado em cada um dos lados do campo político, vemos coisas muito diferentes.

Nesse sentido que a tecnologia digital desestabilizou as elites governantes no mundo inteiro, acelerando o ritmo da mudança, remodelando o funcionamento das democracias e possibilitando que candidatos sem vastos recursos, mas com muitos seguidores, controlem as pautas políticas (MOUNK, 2019: 183).

Com o relativismo e a criação das condições para uma atmosfera de ceticismo sobre a “verdade”, questionando as narrativas, as ideologias, a ciência positivista, mas é com ascensão da rede que se tornou possível gerar histórias para legitimar certas visões políticas. As mentiras são reforçadas em termos visuais e emocionais, manipulando dados e imagens. Propagam-se histórias fabricadas, usando técnicas digitais para alterar rostos e lugares. Em um clima de ceticismo em relação às opiniões dos especialistas, entendidas como narrativas funcionais aos interesses do establishment, a “verdade” define-se, aparecendo visões alternativas de mundo e teorias que ontem podiam ter parecido excêntricas, bizarras ou esquisitas, hoje ganham força, “mandando para escanteio as opiniões dominantes” (TORMEY, 2019: 157).

A comunicação populista introduziu um estilo político mais combativo que no passado, pois além de criticar as posições dos partidos tradicionais, entendidos como defesa da política tradicional, afirma que são falsas, “produzindo” fatos alternativos. Frequentemente ouvem-se alegações sobre o papel das *Fake News* na comunicação populista, evidenciando que “estamos na era política da pós verdade, onde se tornou legítimo retirar a verdade, manipular os dados e espalhar falsidades” (TORMEY, 2019:142).

Nos últimos anos, muitos analistas políticos demonstraram grande interesse pela “pós-verdade”, entendida como o surgimento de uma cultura de mentira sistemática, onde os fatos perderam seu valor persuasivo no debate público. A pós-verdade seria ao mesmo tempo causa e consequência da ascensão do populismo, desafiando a veracidade das conclusões estabelecidas e minando a confiança dos especialistas no debate racional (SISMONDO, 2017).

Nesse sentido as plataformas digitais se tornam ambientes que destroem a imagem do propósito a que foram destinadas. Pois, a internet nasceu como um campo aberto capaz de redistribuir o poder, se tornou presa de pouquíssimas empresas que engoliram praticamente tudo, lucrando com uso dos dados dos usuários. Neste contexto, a violação da privacidade se tornou sistemática e parece ser o preço a pagar para usar a rede. Uma grande multitudine de informações, chamados *Big Data*, é recolhida, analisada e sistematizada pelos motores de pesquisa, plataformas comerciais, portais governamentais etc. Assim a rede oferece às corporações e aos governos a possibilidade de exercitar um controle extenso e persuasivo sobre os usuários, controlando seus estilos de vida, solvibilidade e confiabilidade financeira, orientações políticas e religiosas, etc.. (BENNETT; THOMPSON, 2018).

As redes sociais têm sido decisivas em relação a espaços para os quais não deviam representar ascendência como na política, pois Facebook, Google, Twitter e Whatsapp acabaram interferindo em resultados políticos em diferentes países como nos Estados Unidos e no Brasil. Em ambos os casos, houve uma manipulação de informações a partir de uma excessiva influência em questões políticas e sociais, além de se transformarem no principal meio de entretenimento entre pessoas, distanciando-as do mundo real em função de exposição contínua em frente a telas de computador e celular. Existem alguns elementos que traduzem de forma negativa essa ordem de pensamento quando se enxerga nas plataformas um padrão de negócio baseado na vigilância de informação pessoal de usuários para fins publicitários, para os quais os internautas sequer têm consciência e ainda têm se tornado instrumento do autoritarismo populista de direita como uma de suas ferramentas (DEIBERT, 2015).

As plataformas de internet criaram na conectividade uma forma de transformação do modo como as pessoas passam a interagir e trabalhar. Nesse processo surge o mercado de informações pessoais de forma a monitorar os usuários normalmente com serviços gratuitos com a personalização de anúncios baseados no perfil de cada internauta. Logicamente que cada plataforma tem seu produto, mas tratam o processo

como se fossem um serviço prestado à humanidade como a Google, cuja ideia é organizar todo o saber e disponibilizá-lo a todos. Simplesmente para parecer amigável e ocultar o verdadeiro propósito que é a vigilância do comportamento social para fins comerciais. Existe uma coleta de informações por meio de processos de vigilância extremamente refinados que vão desde a compreensão social de opiniões a determinados padrões de comportamento e adequação de informações para coleta de dados e controle (BENNETT; THOMPSON, 2018).

Em função desse universo de informações existem inúmeras outras empresas que em segundo plano trabalham com hardware e software para venda desses produtos como computadores e celulares. Outro caminho é o de serviços on-line com compartilhamento de dados para diversas empresas como Apple e Samsung. É uma forma exponencial de repassar informações confidenciais de usuários para fidelizá-los a outros serviços pré-definidos nos dispositivos. Não é a toa que o modelo de redes sociais gratuitas segue em expansão. Com usuários cada vez mais incautos em relação aos termos de serviço que são a base para que aceitem contratos ou acordos de anuência de disponibilização de dados em uma estrutura viciante que têm a vigilância total. É nesse sentido que as redes sociais ganham espaço no cotidiano das pessoas, tornando-as dependentes, quase como uma dependência química. Não é a toa que empresas investem muito dinheiro em diversos tipos de apelos emocionais para produzir um desejo irrefletido para o uso das redes sociais ou jogos. Para tanto, utilizam variadas estratégias como experimentos psicológicos para aumentar o refinamento dos resultados numa linguagem excitante como a “nuvem” que nada mais é que um ambiente de obscuridade, com informações de bilhões de usuários protegidos por acordos de confidencialidade desconfiáveis (DEIBERT, 2015).

Uma preocupante realidade sobre as redes sociais é que elas impulsionam usuários para práticas autoritárias, alimentando preconceito e conflito. São bilhões de informações, de forma a aproximá-los daquilo a que tem afinidade, ao mesmo tempo, códigos fabricados com perfeição ímpar, colocam usuários em bolhas nas quais se sentem confortáveis e ideologicamente alinhados. Nesse viés uma incomensurável quantidade de dados é compartilhada por meio de informações falsas misturando verdade e mentira. A contínua exposição a conspirações e falsidades alimenta o cinismo e o questionamento da integridade de toda mídia, abrindo espaço para o autoritarismo, com um populismo de fachada pleno de dados falsos. Atores mal-intencionados estão agora usando grupos de WhatsApp, bem como imagens e vídeos adulterados chamados de

fakes. Como são muito difíceis de detectar, são um desafio para processos de difamação e chantagem na política. É improvável que um sistema cuja receita se baseia em anúncios não erre ao tentar distinguir os atores legítimos dos mal-intencionados. O problema é que essas empresas fazem de tudo para manter a atenção dos usuários a qualquer custo. Pois tudo está baseado na vigilância de informações independente de conteúdos, o que faz emergir ideais populistas de direita e extremamente radicais, pois existe um propício ambiente criado pelas redes sociais (GUNITSKY, 2015).

O fato passa a ser crucial para o entendimento de que tanto agências de governo quanto partidos políticos atacam a opinião pública com as redes sociais, sobretudo, líderes populistas de extrema direita ameaçam a imprensa por dissiparem fake news, ao mesmo tempo, que disseminam aos milhares e na maior desfaçatez notícias claramente mentirosas, sobre ações de governo e contra adversários políticos. Isso traz consequências preocupantes, porque se traduzem em ações de ódio, como em casos difundidos no Facebook em Myanmar, na Índia, nas Filipinas, na Turquia e em outras democracias em retrocesso, gangues de ativistas usam o Facebook para disseminar informações falsas e aterrorizar os oponentes (WEISBERG, 2018).

O Twitter além de não exigir o nome real no cadastro, permite uma inúmera quantidade de contas para o mesmo usuário abrindo espaço para uma automatização negativa do serviço de modo a permitir que robôs sejam utilizados diuturnamente para sequestrar conversas e distorcer ideologias para um viés autoritário, tornando-se uma feérica ameaça a democracia liberal e por isso é mais utilizado por populista de extrema direita (RID, 2017).

A débil estrutura de segurança das redes sociais se transforma em obstáculo para ativistas ou jornalistas que defendem um mínimo de ética na internet. As plataformas viraram um símbolo de compartilhamento de informações sigilosas que são aproveitadas por populistas de direita que se utilizam de diversas técnicas para atacar usuários, por meio de phishing e engenharia social até o uso de spywares sofisticados e comercialmente disponíveis que infectam os dispositivos da pessoa-alvo (DEIBERT, 2015).

A sociedade como um todo não tem conhecimento para se defender dos abusos de populistas de direita que sorrateiramente invadem contas, comunicações de inimigos normalmente políticos de forma a observar tudo o que fazem, sem que os mesmos saibam. O que se configura como algo extremamente perigoso, porque ataca os direitos individuais de liberdade democrática. Trata-se de uma maneira de se apropriar de dados

de usuários tanto para fins comerciais, quanto para modulação de ideologias ou manipulação inconsciente de cidadãos, para um contexto político devoto ao populismo de direita.

Nesse sentido, tem-se na República Popular da China um exemplo aterrorizador de manipulação de cidadãos e empresas tanto para controle como para restrição de acesso a benefícios como empregos e negócios. Existe uma lei de cibersegurança, aprovada em 2016, que exigem uma vigilância de redes, com censuras discretas de chats privados e postagens públicas, de modo que se compartilhem os dados dos usuários, sempre que forem demandados pelas autoridades locais. O movimento de empresas como a Apple, Facebook e Google que se tratam como proclamadoras da defesa dos dados individuais, na China, passam a se adequar ao projeto Chinês. E isso passa a se tornar realidade para todo o sistema de plataformas, porque garante muito dinheiro para empresas de tecnologia responsáveis pelo controle dos dados dos cidadãos em escala mundial.

O futuro das redes sociais não parece nada animador porque:

Essas duras verdades resultam em um quadro desanimador e uma previsão preocupante para o futuro das práticas liberais-democráticas. Parece inegável hoje que as redes sociais precisam assumir parte da culpa pela ascensão do neofascismo, pelas políticas tribais e pela disseminação da ignorância e preconceito que testemunhamos nos últimos anos. A vigilância dos dados pessoais se coaduna com práticas autoritárias e ambas se enredaram em oportunidades comerciais aparentemente infundáveis que prometem grandes lucros, mas também ameaçam minar a accountability, semear a divisão, disseminar a ignorância e garantir o controle autocrático.

Uma vez que se compreenda isso, torna-se claro que pequenos ajustes às redes sociais — seja por meio de políticas corporativas voluntárias ou uma série de regulamentações — terão efeitos desprezíveis. Pode haver intenções genuinamente boas por trás das promessas dos executivos das redes sociais de se esforçarem mais para proteger a privacidade ou policiar suas redes, mas os imperativos de negócio que guiam essas plataformas tornam a eficácia de tais promessas altamente questionável (DEIBERT, pp 43-44).

O processo de vigilância e exploração de dados pessoais ataca os direitos da democracia liberal destruindo o direito de compreender o que estão sendo feitos com dados pessoais de bilhões de internautas, que são tratados como possíveis mediadores de ideologias sem consenso dos mesmos, assim como sujeitos passivos a instrumentos mercadológicos de uma lógica neoliberal de usurpação de comportamentos e de dados pessoais. O que corresponde ao fato de que existe um mercado obscuro, onde usuários passam informações para empresas, que por sua vez repassam informações privadas, como se fossem mercadorias e assim transformam códigos, que representam a vida sigilosa das pessoas, em produtos e serviços para violação de direitos humanos e civis.

### 3.6 A Comunicação Bolsonarista Em Tempos De Mídias Sociais

A maneira como ocorre as discussões na internet dependem de fatores tecnológicos e fatores humanos que se autoalimentam. Criam por sua vez, um fechamento da possibilidade de diálogos políticos, com um precursor processo de difamação do discurso inimigo. Comumente, anteriormente ao surgimento da internet, especialistas políticos em marketing se utilizam dos recursos de que dispunham que se baseavam em boatos. Para o populismo como nova forma de fazer a política, as redes sociais são a grande inovação na forma de manipulação política. Para tanto, controlam perfis falsos nas redes sociais em diversas plataformas para influenciar o debate público, de forma a inventar ou inverter opinião, apoiar determinadas ideias, tumultuar debates indesejáveis, criar “cortinas de fumaça” e assim abafar manifestações. São utilizadas pessoas ou mesmo códigos automatizados para criar uma espécie de novela, com atores fictícios e assim dominar o debate político (TORMEY, 2019).

O ataque a liberdade de expressão ou a própria democracia ocorre quando usuários falsos ou automatizados manipulam o debate de usuários comuns de forma a influenciá-los num processo maquiado pela espontaneidade das redes sociais. São conhecidos por amplificadores de discursos ideológicos, além disso, são difíceis de detectar.

A estratégia mais utilizada pelo populismo, em especial, de direita é o uso de bots, softwares que automatizam reações e comportamentos ideológicos, por meio de instruções de programadores. Existem bots ou robôs como o buscador do google que analisa em milésimos de segundo a melhor resposta. Contudo, esse mesmo processo é utilizado para influenciar o debate público no sentido de promover o engajamento ideológico, como também para distorcer o próprio debate. Dessa forma, torna-se cada vez mais comum o uso de novas tecnologias para atacar inimigos eleitorais e com isso triunfar em eleições.

A manipulação ideológica da população, que fica vulnerável, em redes sociais, diante de ferramentas tão poderosas. Existe como exemplo o “Social Media Predator”, que possibilita uma manipulação exponencial de contas falsas no Twitter, com baixo custo. É um software que cria e administra contas falsas com fotos, biografia e nomes que se encaixam em qualquer perfil. Por meio desse processo, usuários normais têm a impressão de que estão interagindo com outros internautas com os quais compartilham os

mesmos ideais. Na verdade os bots manipulam a opinião pública de forma a transparecer a ideia de que o apoio a determinada ideologia ou partido é maior do que parece. Para Sorj (2015, p.59):

Isso já ocorre no Brasil. Estudo publicado na Universidade de Oxford levantou dados sobre hashtags usadas no Twitter envolvendo temas como corrupção, reforma, protestos e questões econômicas. A ideia era entender qual público apoiava esta ou aquela palavra de ordem. No dia primeiro de maio de 2017, uma das hashtags mais populares no Brasil foi #agrevecassou. Curioso foi que essa hashtag começou a se popularizar não no Brasil, mas na Índia (onde se tornou um “trending topic”). Por que indianos estariam se importando com temas políticos brasileiros? Uma das explicações apresentadas para essa distorção foi que teriam sido usados robôs para manipular o debate público, levando essa hashtag à popularidade instantânea a partir da atividade de perfis que não necessariamente estavam no país.

O uso de robôs faz parecer que determinados candidatos ou ideologias tenham maior adesão popular do que realmente tem. Isso aparenta uma relação de verdade porque a quantidade de opiniões que recebem curtidas e compartilhamentos positivos são importantes para que ideologias sejam mais vistas e recebam maior crédito. A programação é infinita no sentido de poder dissipar informações, compartilhá-las e até mesmo comentar frases específicas. Além disso, pode-se observar em Sorj (2015, p.63):

Esses perfis falsos atuam em duas vias: na primeira delas, construindo, por exemplo, uma boa imagem de um candidato político, por meio de postagens, comentários e avaliações, inflando a popularidade desse candidato; na segunda, desconstruindo um potencial candidato contrário, também mediante postagens, comentários e avaliações, mitigando suas chances de vencer o pleito. As personas são muito usadas, ainda, como amplificadores falsos, isto é, para simular uma onda de opinião buscando a adesão de pessoas reais.

Bolsonaro não se furtou de usar de todos os artifícios para vencer as eleições de 2018, inclusive com uso de diversas artimanhas, inclusive as mais tecnológicas, robôs:

**Figura 5:** Capa do site CTB sobre uso de robôs

### **O uso de robôs nas redes sociais, arma de Bolsonaro para manipular a opinião pública**



Fonte: <https://ctb.org.br/fora-bolsonaro/bolsonaro-usa-robos-nas-redes-sociais-para-manipular-opinio-publica/>. Acessado em 21 de janeiro de 2020.

Outro elemento utilizado são os “trolls”, que servem para provocar e agredir em redes sociais, com propósito de desestabilizar as discussões, espalham conteúdo racista, misógino e homofóbico. São responsáveis pela disseminação de tipos de mensagem falsas ou agressivas para quebrar a interação e promover outros debates. Segue a força de trolls na política populista de extrema direita americana:

A relação entre trolls e veículos da grande imprensa foi bastante tensa no contexto da eleição de 2016 para a presidência dos Estados Unidos. Especula-se que esse tipo de comportamento na rede tenha sido um fator importante para a vitória do candidato Donald Trump. Em diversas situações durante a campanha, trolls inundaram as redes sociais de comentários exaltando falas do candidato republicano, dando maior visibilidade a seus discursos (frequentemente identificados com discursos de ódio) ou disseminando informações falsas ou exageradas que corroboravam seus posicionamentos. Funcionando como uma espécie de armadilha, o discurso agressivo atraiu o olhar de veículos da grande imprensa, que, escandalizada, fez dele uma pauta. Isso levou as pessoas a focar aquele candidato, dando a ele e a suas ideias mais atenção do que teriam dado. Dessa maneira, tal comportamento agressivo na rede teria contribuído para tornar o candidato mais relevante e, portanto, mais popular (SORJ, 2015, p. 64).

A seguir, tem-se um exemplo da acusação de uso de trolls do populismo de direita do então candidato à presidência Bolsonaro:

**Figura 6:** Capa do site BBC sobre uso de Trolls

## Inspirado nos EUA, Bolsonaro adota tática de troll: testar limites para ganhar visibilidade, diz filósofo

Giuliana Vallone  
Da BBC News Brasil em São Paulo  
22 fevereiro 2020



REUTERS  
Para Nunes, presidente e seu entorno querem monopolizar eleitorado conservador no Brasil e não ligam para a economia

Inspirados pela extrema direita americana, o presidente Jair Bolsonaro e seu entorno adotam estratégia de comunicação dos trolls, os provocadores da internet, afirma Rodrigo Nunes, professor de Filosofia Moderna e Contemporânea na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51511316>. Acessado em 21/01/2021.

As redes sociais deram uma nova dinâmica ao fazer político, pois aqueles que criam uma imagem de líderes de massas tem o poder de serem seguidos e comentados, criando para si verdadeiros oligopólios midiáticos, onde são detentores de uma verdade única e irrestrita a partir de uma produção e legitimação do que é verdadeiro, numa realidade cujas verdades são viciadas nos discursos deslegitimados pela ciência e apenas corroborados por discursos de uma liderança que se impõem em contextos favoráveis e em situações que alimentam suas falas, de forma a transbordar valores, sentimentos e sobretudo ideologias que ganham força por si só, quando replicadas por seguidores dispostos a tudo para defender o líder e suas verdades. É nesse sentido que o conceito como o de Panoptismo, que é idealizado pelo pensador utilitarista Jeremy Bentham, que escreveu a obra *O panóptico, uma prisão modelo*, cujos habitantes, “prisioneiros”, eram constantemente vigiados, sem que percebessem. Ao aplicar o conceito como uma forma de observar de forma ocultada pelo mecanismo de percepção de quem é observável e para quê? Ocorre a formação de sujeitos produtivos que não refletem aquilo a que estão subordinados, no caso, a política. A torre a que Foucault (1996) salienta pode metaforicamente ser comparada ao disparo de discursos de Bolsonaro em redes sociais falsas, que multiplicam-se, exponencialmente, com seguidores que irrefletidamente se atrelam aos discursos e se apropriam como se fossem deles mesmos. E assim passam em grupos de família, que por sua vez repassam a outros que também tomam como verdade. Com isso o “copo”, em figura de linguagem, apenas enche e transborda sem que haja a mínima reflexão sobre o aquilo que é dito.

A modulação da realidade pelas redes sociais mobiliza valores e sentimentos infiltrados nos enunciados a que atribuem a Bolsonaro, como a desesperança e o medo; para em segundo plano apresentem-se soluções simplistas sempre com a velha retórica de torná-lo a própria solução. Contudo, quando o arsenal de respostas a que dispõem não são satisfatórios propõem ataques ideológicos ou sarcásticos para acusar inimigos da nação.

Na prática são as redes que compartilham deliberadamente espaços de ressonância de informações específicas de cada cidadão, ao mesmo tempo que limitam o alcance de outros conhecimentos, de forma a direcionar, por meio de algoritmos com precisão ímpar, apenas os desígnios ideológicos contextualizados, para modular de forma diáfana a visão dos cidadãos, que são inconscientemente manipulados como corpos dóceis a interações e respostas premeditadas por uma rede de códigos aleatórios que

condicionam as linhas de raciocínio humano por um adestramento virtual a partir de softwares que representam a torre do Panoptismo ( FOUCAULT, 1996).

Nada mais evidente que os códigos replicadores de dados e informações são responsáveis por construir fatos e influenciá-los de modo a passar a impressão que não foram impostos aos usuários, mas partiram deles tais influências em discussões que ganham contornos incontroláveis e ao mesmo tempo ocultando um debate espontâneo. É uma era de trocas de fake news por meio de diferentes mídias, com perfis robotizados ou falsos para atacar a imagem de supostos políticos ou inimigos ideológicos (CASTELLS, 1999).

O ataque de forma instrumentalizada de códigos aleatórios implica em um mapeamento de informações disponíveis, por usuários incautos, em plataformas virtuais para mobilizar toda uma retórica de valores ou um arcabouço de informações, para lógica de convencer usuários a respeito de determinado universo de conhecimento, respeitando sempre o viés ideológico de quem o criou. O que não foge do batido tirocínio do termo cunhado como fake news ilimitado e projetado com precisão de alfaiate para comprometer e envolver usuários aos fins doutrinadores virtuais. Isso não corresponde a uma estratégia nova na política, o que muda é a nova morfologia social virtualizada que se torna mais incisiva no meio social, porque toma espaço de humanos interagindo com humanos, a partir de familiares compartilhando links e vídeos manipulados por softwares ( CASTELLS, 2017).

Os cidadãos ou usuários da internet são imersos nesse universo virtual e de forma imatura repassam dados, clicam inadvertidamente em links com fitos mal intencionados a roubar senhas ou dados, criando um universo de ambiguidades, nas quais conhecimentos com fundamentação científica são colocados de lado para acreditar em conteúdos claramente mendaciosos e fabricados.

A utilização inapropriada de plataformas virtuais passa a ter uso contra os próprios usuários indefesos e torna possível a compreensão de que “crenças privadas” da população, poderiam ser usadas para manipular e influenciar o comportamento político, fabricado com informações que manipulam sentimentos como desesperança e raiva, para mascarar as causas do empobrecimento e do desemprego. Com ameaça a uma suposta oposição que se traduz em um ataque abstrato e genérico à “elite” no poder de forma a distanciar o presidente Bolsonaro, como se não partisse dele ou fizesse parte dela.

Para Souza (2020, p.162):

Agora temos a “privatização da política” em dois sentidos: primeiramente, o uso dos dados privados dos usuários depende do dinheiro de quem quer comprá-los com fins políticos; em segundo lugar, é a vida privada, profanada e vendida ilegalmente, o que permite a manipulação de propaganda política da “guerra privada” entre as pessoas. A vida pública, como espaço de interação, cede lugar à performance virtual dos fantasmas psíquicos de cada um. Toda a concepção de política que conhecemos se transforma e perde valor. Ao contrário de um espaço de interação, encontro e troca de experiências do mundo vivido nas ruas, nos protestos de rua, temos agora o solipsismo virtual, que não gera aprendizados e nos aprisiona em bolhas de ódio.

O porta-voz do bolsonarismo seja falando por ele mesmo ou pela voz de seguidores ou militantes apresenta como discurso um viés populista, com inúmeras feições profascistas, uma normalização de uma retórica de ódio ao diferente ou a quem discorda de suas ideologias, uma manipulação de indivíduos pelo anticientificismo e um grande apelo ao antidemocrático, mas principalmente pelo esvaziamento do discurso político com apelos a grande figura que o representa para seus seguidores. O influenciador digital e ideólogo que foi jornalista e astrólogo. Autoproclamado filósofo é considerado um representante do conservadorismo, conhecido por Olavo de Carvalho.

As narrativas de Olavo de Carvalho arregimentam o discurso bolsonarista, entendido como um amalgama de conspirações sem teor científico e que inspiram inúmeros seguidores trazendo à luz um debate da verdade sob os próprios domínios, dado que cada um acredita em sua verdade, questionando a própria ciência. Por exemplo, nessa rota entra a ideia de que as “vacinas matam ou endoiam”; ou o “globalismo” que prevê num futuro próximo um governo comunista global e atrelado a isso vem o “marxismo cultural” que vincula o campo acadêmico à dominação comunista. E daí surgem ideologias que embalam as políticas públicas no país, com processos de desconstrução do discurso científico e forte apelo do populismo conservador de extrema direita com uma utópica discussão à nível de idiotização da sociedade, tal qual as vacinas podem ser maléficas aos cidadãos, a terra deixar de ser oval e de uma ora para outra se tornar plana, além de variadas teorias conspiratórias comunistas que justificam em grande medida a perseguição aos grupos marginalizados, tais como negros, indígenas, quilombolas, mulheres, homossexuais, pobres. Além disso, há um evidente e grotesco desprezo às universidades de humanidades, para as quais criam para sociedade o estigma de uma imagem maculada pela ideia mendaciosa de defesa dos interesses esquerdistas, perpassando um receituário negativo e assim justificando o corte de verbas para investimentos nessa área e até mesmo criando abertamente resistências para que a população enxergue nesse campo de conhecimento como inválido ou desvalorizado.

Para Castells (2013), a falta de identificação nas instituições democráticas, na forma de aversão a políticos, à mídia e até mesmo à ciência ganha força com as redes sociais, para as quais as verdades de cada um se tornam fontes de sabedoria para muitos que não refletem suficientemente, tão pouco estão abertos para discursos que não casam com o roteiro que estipularam como verdades incontestes. Por quanto, as redes ganham poderes que antes eram exercidos pela religião e depois pela ciência e hoje cada um elege a sua verdade, de forma que os cidadãos incautos se entorpeçam diante da tamanha e mendaciosa desinformação.

É nesse caminho que os discursos de Jair Bolsonaro se reproduzem aos milhares passando-se como verdades incontestáveis, com a falsa vestimenta da voz da religião ou da ciência. O que torna evidente a desvelada cópia da estratégia ideológica de extrema direita dos princípios do Partido Republicano norte-americano, mesmo que ideias protestantes sejam adaptadas ao catolicismo. Parte-se de um discurso imoral, com termos devassos, cheios de enunciados que se orbitam de um simplismo de senso comum para tratar de temas mais complexos para se aproximar ou passar a falsa impressão de que cria unidade com seu público. Para tanto, utiliza-se de frases polêmicas e contraditórias em mensagens inteligíveis facilmente. Ao mesmo tempo que pode se utilizar de um apoiador direto como é o caso a seguir, além disso, pode haver códigos multiplicadores de posts para que tanto Bolsonaro, quanto seu apoiador se pareçam maiores em relação à opinião pública. É pela inspiração de Olavo de Carvalho que as falas de Bolsonaro ganham as redes sociais exponencialmente, com enunciados distorcidos da realidade, com formatos radicais. Assim que o bolsonarismo capitaneia mais simpatizantes, através de influenciadores digitais, como o próprio Olavo, que segue a risca o populismo e o ódio nas suas postagens. Muitos incautos navegadores da internet em diversas plataformas, YouTube, Facebook, WhatsApp, Instagram, Facebook Messenger, Twitter, LinkedIn, Pinterest, Skype, passam informações sem qualquer fundamento científico ou credibilidade, em relação às fontes. Assim se propagam por ganharem legitimidade por terem simplesmente sido repassadas por familiares ou amigos que por sua vez repassam as informações com valor de verdade, porque ganham legitimidade em função do contato com pessoas conhecidas do enunciador e do receptor (SOLANO, 2018). Destarte, segue um exemplo de postagem que ganhou as redes sociais e valor de verdade, porque foi publicada por um dos fanáticos adoradores e lambe botas de Bolsonaro, que arrasta aparentemente pelo menos 200 mil pessoas, ou os conhecidos por militantes virtuais, espécie de soldados amplificadores de redes, nesse caso em

específico atuam no Twitter, mas como não se restringem apenas a uma plataforma podem muito bem retransmiti-la para as outras, que por sua vez, retransmitem a mesma informação, com a retórica de verdade acrescentando um valor do qual a mensagem não merece :

**Figura 7** : Post da fanpage oficial Olavo de Carvalho no Twitter



Fonte: <https://twitter.com/opropriolavo/status/1157471374887313408>. Acessado em 01 de janeiro de 2020.

A palavra rancor está presente, assim como o desprezo e o desrespeito a religião do outro, como se apenas houvesse um caminho para a salvação, condenando todas as religiões que estão impregnadas de satanismo. Abaixo os comentários são cheios do mesmo veneno, com a banalização da religião do outro com termos que nem merecem ser mencionados porque são imorais. O que de fato corrobora todo o contrassenso do discurso religioso de qualquer religião. Existe um julgamento e uma fixação no ódio ao

que pensa diferente. São mais de 200 mil seguidores no Twitter que são dominados por um palavrório desqualificado, esdrúxulo e polêmico, que pauta os enunciados em redes sociais em grau maior, porque são dissipados de seus seguidores aos respectivos familiares, com matiz de verdade inexorável.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto não tem a mínima pretensão de presumir hipóteses ou conceitos em âmbito de verdades incontestáveis, até porque em nenhum campo do conhecimento existem verdades absolutas. Para tanto, recorre-se ao filósofo Nietzsche (2009), que expressa em poucas palavras a ideia de que toda verdade na condição de conhecimento é individualmente construída, ou melhor, não existem verdades absolutas, mas interpretações da realidade em que se vive. Com isso, as interpretações a que se atinam ao descrever a crise democrática como um fato patente em diversas sociedades, com uma pujante descrença que permeia a mente de cada cidadão, quando se trata de instituições que concentram poder e são soterradas por inúmeros discursos midiáticos que maculam, em especial, as instituições políticas, colocando-as como portadoras dos valores mais desonestos e imorais possíveis. Isso incontestavelmente pode ser traduzido ao sabor da famigerada corrupção endêmica, que solapa o orçamento público de qualquer país. Tudo o que foi expresso tem a chancela incontestável da verdade. Pergunte-se a um familiar, a um amigo ou a qualquer pessoa se ela acredita em políticos honestos. Como resposta a maioria escandalosa, sem dúvida, coloca em jogo a corrupção como um fenômeno natural na política. Isso torna evidente um ponto essencial a respeito da democracia liberal: precisa de ajustes urgentes. Não foi a toa que as maiores democracias do mundo, no período de que trata o recorte da pesquisa, 2013 à 2018, segundo a Organização responsável pela avaliação ideológica dos países, a Freedom House, observou que as quatro maiores democracias liberais estavam sob o comando de políticos com viés ideológico que se opõem deliberadamente aos valores precípuos das democracias.

Outra observação pode se dar no porquê o conceito positivo de regimes hegemônicos como as democracias liberais, abrem espaço para um novo fazer político impregnado de um populismo extremo de direita. É justamente aqui que muitos conceitos podem ser expressos na tentativa de determinar o populismo. No entanto, a consideração a cerca do populismo ganha contornos flexíveis e heterogêneos. Isso implica em uma dificuldade em definir significantes flutuantes em diferentes conjecturas, que produzem a liderança e a categoria povo, assim como a oposição a supostos inimigos conspiratórios na figura de uma elite no poder. O que caracteriza o populismo de extrema direita é tendência iliberal e democrática ou liberalismo antidemocrático, que pode tanto expressar a frustração do povo, quanto atacar as instituições liberais na forma de um deliberado

atentado à democracia liberal. Isso ocorre porque em nome do povo o líder populista não respeita as garantias liberais como liberdade de expressão, a representação política e os direitos civis das minorias. Ele pode se fazer democrático até o momento que consegue destruir os pesos e contrapesos, ou seja, as garantias liberais que sustentam o casamento entre a democracia e o liberalismo. É nesse momento que se torna perigoso, já que não respeita as leis em nome da maioria, quando destrói as garantias liberais, facilmente dão às costas ao povo e surge de modo diáfano um processo lento e contínuo de ditadura.

É dessa forma que todo populismo, sobretudo, o de direita se torna seriamente perigoso, tendo em vista que o líder se coloca acima da lei em nome do povo, que por sua vez pode ser colocado de lado, porque nesse modelo de relação não existe filtro entre a liderança e o parlamento. O líder reivindica o monopólio da representação moral e uma aproximação ao autoritarismo, ao profascismo.

Nesse sentido, muitas outras características podem ser pontuadas, contudo cabe agora refletir sobre o motivo pelo qual surge o populismo de extrema direita, já que de forma geral se teve uma ideia do que é e como funciona. Basta então direcionar todo o tirocínio para um fato incontestável, para o qual o populismo não justifica a causa da crise da democracia, porém é o produto de problemas econômicos, políticos e culturais.

Os populistas se apropriam de promessas não cumpridas pelos regimes tradicionais e arregimentam simpatizantes que encontram voz nas lideranças que se colocam como honestas. Contrapondo totalmente o discurso da imoralidade da velha política, com uma retórica de amparo ao descontentamento político, econômico e social.

Com esse discurso que o bolsonarismo ganhou o coração e a mente de muitos brasileiros que foram idiotizados pela ideia de uma corrupção apenas estatal, que explicitamente foi propalada para todos lados por meio da mídia tradicional em conluio com o aparato-jurídico-policial. Tudo se inicia com as “jornadas de junho” e uma tentativa de federalizar os protestos, que até então tinha pautas municipalizadas. Todavia, com a seletividade de informações divulgadas diuturnamente pela mídia convencional e também disseminada de forma exponencial por redes sociais, criou o embate entre o “representante da moralidade”, o juiz tucano transvestido de justiceiro a mando de uma elite, contra o “representante da desigualdade”, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. O resultado foi uma descarada tentativa de afastar a hegemonia da esquerda do poder, com impeachment de Dilma Rousseff e com a prisão de Lula. Logicamente que isso foi orquestrado para abrir espaço para a direita voltar ao poder. Todavia, o que não se

esperava inclusive pelas maiores mídias, que Bolsonaro se apropriasse dos discursos contra o antipetismo, contra a imoralidade da velha política do toma-lá-dá-cá e se posicionasse como a liderança que apresenta uma política de outro patamar, sem acordos políticos escusos. Assim a vitória eleitoral do Bolsonarismo se consagra como uma ruptura com a política tradicional de esquerda ou de direita.

Todo esse processo se forma a partir uma nova forma de arregimentar seguidores, sobretudo com as redes sociais, para as quais o bolsonarismo sabe muito bem manipulá-las com ataques de forma instrumentalizada de códigos aleatórios, a partir de um mapeamento de informações disponíveis, por usuários incautos, em plataformas virtuais para mobilizar toda uma retórica para lógica de convencer internautas a respeito de um novo universo político imaculado. O que não foge do batido tirocínio do termo cunhado como fake news ilimitado e projetado com precisão de alfaiate para comprometer e envolver usuários aos fins doutrinadores virtuais. Isso não corresponde a uma estratégia nova na política, já que sempre existiu difamações e boatos contra inimigos políticos. O que muda é a nova morfologia social virtualizada que se torna mais incisiva no meio social, porque toma espaço de humanos interagindo com humanos, a partir de familiares compartilhando links e vídeos manipulados por softwares como robôs e trolls, que se espalham exponencialmente e descontroladamente, dando vida a uma militância digital com tendências profascistas, autoritárias, anti-intelectualistas; com aversão a diversidade de opiniões (ao pluralismo); com falso antielitismo e antissistema; com um discurso agressivo; com nacionalismo e saudosismo servil; com o discurso neoliberalista meritocrático; com a introdução de múltiplos preconceitos; com ataque a adversários políticos, à imprensa, ao sistema de eleição (urnas fraudadas) e sobretudo à democracia liberal.

Absolutamente nada do que foi exposto encerra mais um momento de aprendizagem para a humanidade. Pois tudo serve de alerta principalmente para aqueles que sofrem as mazelas de um processo doloroso de marginalização social. E é em nome de cada um deles, sobretudo os pobres, os negros, os indígenas, os quilombolas, os professores, as mulheres, os homossexuais que registro as últimas palavras dessa dissertação, com o fito de um futuro estudo com fins acadêmicos, como um doutorado e também com a inexorável lógica de que tudo o que foi exposto não representa um ponto final, apenas um ponto e vírgula na história da humanidade e na história brasileira. Pois só o inexorável tempo é capaz de dizer o quando se encerra essa nova retórica de

retrocessos civilizatórios. O que vem a seguir não finda mistérios, muito menos teorias diversas. Pois tudo tem seu tempo de aprendizado e de alerta.

## REFERÊNCIAS

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. **Social Media and Fake News in the 2016 Election**. Cambridge, Massachusetts: NBER, 2017.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 2004.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005

\_\_\_\_\_. **Teoria Geral da Política**. A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOLTANSKY, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**, Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BUARQUE, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CASTELLS, M. **A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2017.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2013.

CROUCH, Colin. **Postdemocracia**. Roma-Bari: Laterza, 2012, p. 7.

DAHL, Robert. **Poliarquia. Participação e Oposição**. São Paulo: EDUSP, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEEGAN K; HAUGHTON, T. . **Toward a more useful conceptualization of populism: Types and degrees of populist appeals in the case of Slovakia**. *Politics & Policy*, Vol. 37(4), pp. 821–841, 2009.

DIAMOND, Larry Jay, “**Toward Democratic Consolidation**”, *Journal of Democracy*, v. 5, n. 3, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **Resgatando o potencial financeiro do Brasil**. Fundação Friedrich Ebert, 2015.

ELIAS, Norbert. Sobre o processo de civilização: sociogenético e psicogenético Investigações. Frankfurt: Suhrkamp, 1976. Volumes I e II.

FANPAGE oficial Olavo de Carvalho. Janeiro de 2020. Twitter.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. July 2016. **“The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect.”** *Journal of Democracy* 27, no. 3: 5–17.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1972.

FRASER, Nancy. **“From Progressive Neoliberalism to Trump—and Beyond”**. In: *American Affairs*, n. 1 (4), 2017.

\_\_\_\_\_. **The Old is Dying and the New Cannot Be Born**. Nova York: Verso, 2019.

FREUD, Sigmund. **Psychologie des masses et analyse du moi**. In J. Laplanche (Org.), *Oeuvres complètes*. Paris: PUF, 1991. (Original publicado em 1921).

FUREDI, Frank. **“Populism: A Defence”**, *Spiked Review*, nov. 2016, <http://www.spiked-online.com/spiked-review/article/populism-a-defence/19042#.WN8JlaOZP-Y>.

FUKUYAMA, Francis, **“The End of History?”**, , n. 16, verão de *National Interest*, 1989.

GALSTON, William A. **Anti-Pluralism— The Populist Threat to Liberal Democracy**. Yale University Press, 2018.

GILENS, Martin; PAGE, Benjamin. **“Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens”**, *Perspectives on Politics*, v. 12, n. 3, 2014, pp 564-581.

GINSBURG, Tom; VERSTEEG, Mila. **“Why Do Countries Adopt Constitutional Review?”**, *Journal of Law, Economics, and Organization*, v. 30, n. 3, 2014, pp. 587-622, p. 587.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Oxford University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **OCCUPY: Movimentos de Protestos que Tomaram as Ruas**. Boitempo Editorial, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **O princípio do fundamento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

HOUSE, Freedom. **Freedom in the World 2019: Democracy in Retreat**. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2019/democracy-in-retreat>>.

JAGERS, J., & WALGRAVE, S. (2007). **Populismo como estilo de comunicação política**: um estudo empírico do discurso dos partidos políticos na Bélgica. *European Journal of Political Research*, 46, 319-345. <https://doi.org/10.1111/j.1475-765.2006.00690.x>.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Três Estrelas: São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Politics and Ideology in Marxist Theory**. Londres: NLB, 1977.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINZ, Juan J.; Stepan, Alfred, **Problems of Democratic Transition and Consolidation**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

MAITINO, Martin Egon. 2020. “**Populismo E Bolsonarismo**”. *Cadernos Cemarx* 13 (Campinas, SP:e020002). <https://doi.org/10.20396/cemarx.v13i00.13167>.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. Companhia das Letras, 1994.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUDDE, Cas; KALTAWASSER, Rovira. **Populism: A Very Short Introduction**. Oxford University Press, 2019.

\_\_\_\_\_. **Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America**. *Government and Opposition*, 48/2, 2013, pp 147-174.

\_\_\_\_\_. **The Far Right Today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

MULLER, Jan-Werner. **What Is Populism?** Penguin Books, London, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NORRIS, Pippa, e Ronald Inglehart. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. New York: Cambridge University Press, 2019.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. **Nova direita nas ruas?** Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. *Perseu*, v. 11, p. 169-180, 2016.

PANIZZA, Francisco (2005). “**Introduction: Populism and the mirror of democracy**” in In: Panizza, Francesco, (ed.) *Populism and the Mirror of Democracy*. Phronesis. Verso Books, London.

PAPPAS, Takis. ‘**Populist Democracies: Post–Authoritarian Greece and Post-Communist Hungary**’, *Opposition and Government*, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana, e Lucia Scalco. 2018. “**Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo**”. In: *Cadernos IHU Ideias*, n. 16.

POLILLO, Simone; GUILLÉN, Mauro. “**Globalization Pressures and the State: The Worldwide Spread of Central Bank Independence**”, *American Journal of Sociology* , v. 110, n. 6, 2005, pp. 1764-802, p. 1770.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. “**Modernization: Theories and Facts**”. *World Politics*, v. 9, n. 2 (jan. 1997), pp. 155-83. Disponível em: <[http://pages.ucsd.edu/mnaoi/page4/POLI227/files/page1\\_13.pdf](http://pages.ucsd.edu/mnaoi/page4/POLI227/files/page1_13.pdf)>

RAUCH, J. **How American Politics Went Insane**. *The Atlantic*. July/August 2016. <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2016/07/how-american-politics-went-insane/485570/>

ROCHA, Camila. “**Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina**”. In: VELASCO E CRUZ et al. (org.). *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOLANO, Esther. **O ódio como política. A reinvenção da direita no Brasil**. 1º edição. São Paulo: Editota Boitempo, 2018.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**. Brasília: UnB, 2000.

\_\_\_\_\_. **A construção da subcidadania**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

\_\_\_\_\_. **A guerra contra o Brasil**: Como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

\_\_\_\_\_. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya, 2016.

\_\_\_\_\_. **A ralé brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

SORJ, Bernard. **Em Que Mundo Vivemos?** São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2020.

\_\_\_\_\_. **“Online / off-line**: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública”. In: Bernardo Sorj e Sérgio Fausto (Org.). *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015.

STREECK, Wolfgang. **Comprou hora**. Frankfurt: Suhrkamp, 2013.

SZICHMAN, Mario. **“Salvados por Twitter”**. The Financial Times, 31 mar. 2015. <[www.talculdigital.com/Nota/visor.aspx?Id=114721&tipo=REP](http://www.talculdigital.com/Nota/visor.aspx?Id=114721&tipo=REP)>.

TAYLOR, Astra. **The anti-democratic urge**. *New Republic*, 18 ago. 2016. <https://newrepublic.com/article/135757/anti-democratic-urge>.

TEIXEIRA, Mauro. **“A democracia fardada**: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira (1979-1988)”. In: AEDOS, n. 5 (13), 2013.

TORMEY, S. **Populismo. Uma breve introdução**. São Paulo: Cultrix, 2019.

URBINATI, Nadia. 1998. **‘Democracy and Populism’**. *Constellations*, Vol. 5(1), pp. 110–124.

\_\_\_\_\_. **Democracy disfgured, Opinion, Truth, and the People**, Cambridge, Harvard University Press, 2014.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938.

VÉLEZ-RODRIGUEZ, Ricardo. **“A Tradição Conservadora Brasileira”**. In: *Revista Nabuco*, n. 3, 2015.

VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in Five nations**. Londres: SAGE, 1989.

VOLK, C. Why we protest: Zur politischen Dimension transnationaler Protestbewegungen. In: DAASE, C. et al. (Eds.). **Herrschaft in Den Internationalen Beziehungen**. [s.l.] Springer Verlag, 2017. p. 151–177.

WEBER, Max. **A ética empresarial das religiões mundiais: Confucionismo e Taoísmo**, Tübingen: J.C.B. Mohr, 1991.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **A gênese do capitalismo moderno**, Ática, 2004.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WELLMAN, B.; HAYTHORNTHWAITE, C. **The Internet in Everyday Life**. [s.l.] Blackwell Publishing, 2002.